

ensaios de

História

Franca, v. 5, n.1/2, 2000
ISSN 1414-8854



unesp

FRANCA

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Faculdade de História, Direito e Serviço Social

ENSAIOS DE HISTÓRIA

Revista do Curso de Graduação em História

ISSN 1414-8854

Ensaio de História	Franca	v.5, n.1/2	p.1-177	2000
--------------------	--------	------------	---------	------

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Reitor

Prof. Dr. José Carlos Souza Trindade

Vice-Reitor

Prof. Dr. Paulo Cesar Razuk

FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL

Diretor

Prof. Dr. Luiz Antônio Soares Hentz

Vice-Diretor

Prof.^a Dr.^a Irene Sales de Souza

Curso de Graduação em História

Coordenador

Prof. Dr. Ivan Ap. Manoel

Vice-Coordenador

Prof.^a Dr.^a Célia Maria David

Conselho do Curso de Graduação em História

Alberto Aggio, Célia Maria David, Ivan Aparecido Manoel,

José Evaldo de Mello Doin, Pedro Geraldo Tosi, Horacio Gutiérrez, Lucas Miranda
Pinheiro, Frederico Antônio R. de Blumenhagen Júnior, Filipe de Faria Dias Leite

Conselho Editorial

Editor:

Horácio Gutiérrez

Editores Assistentes:

César Agenor Fernandes da Silva

Lucas Miranda Pinheiro

Vinicius D. Rezende

Publicação semestral/Semestral publication

Solicita-se permuta/Exchange desired

Endereço/Adress

Ens. Hist.

Rua Major Claudiano, 1488 – CEP 14400-690 Franca/SP

ENSAIOS DE HISTÓRIA (Faculdade de História, Direito e
Serviço Social – UNESP) Franca, SP – Brasil, 1996 –1996
– 2000, 1 – 5
ISSN 1414–8854

Capa: Clio – deusa grega da História. Desenho e arte final: Atalie Rodrigues Alves Ferreira

APRESENTAÇÃO

Ensaaios de História completa nesse número seus cinco anos de existência e isso é algo que nos alegra e anima consideravelmente a continuarmos nossa trajetória de estudo, trabalho e pesquisa. Não é pouco um curso de graduação de História manter a continuidade de uma publicação dessa natureza por todo esse tempo.

Na apresentação desse número gostaríamos de registrar e enfatizar que as páginas de *Ensaaios de História* permanecem abertas a todos alunos do curso de graduação em História da Unesp/Franca para a divulgação de suas inquietações culturais e acadêmicas, quer elas estejam organizadas em projetos de pesquisa estruturados no âmbito da faculdade quer não estejam. Queremos enfatizar esse último aspecto: para publicar nesta revista não é necessário que o aluno seja bolsista de qualquer espécie. A revista é aberta a todos, bolsistas ou não. Por outro lado, a partir desse número, a Comissão Editorial de *Ensaaios de História* definiu que a publicação estará aberta também aos nossos colegas dos cursos de graduação da Unesp e de outras universidades, desde que seus trabalhos tenham uma abordagem que seja compatível e pertinente ao diálogo com o conhecimento histórico. *Ensaaios de História* permanece assim fiel aos seus objetivos iniciais e realiza uma atualização necessária para a ampliação da sua produção e difusão.

Acreditamos que seja necessário enfatizar também que, como organismo institucional, *Ensaaios de História* permanece vinculada ao Conselho de Curso de Graduação de História da FHDSS e em termos organizativos conta com uma Comissão Editorial composta por alunos, coordenada por um professor da área de História na função de Editor. Além disso, conta com editores assistentes que são essencialmente os animadores e produtores da revista, estimulando seus colegas a escreverem para a revista, além de dedicarem muito de sua energia e

tempo à escolha dos artigos, revisão de textos e à própria edição de cada um dos números. Participar de uma iniciativa como essa é extremamente estimulante e configura-se como uma experiência extraordinária de formação que espera pela sua participação.

Como nos números anteriores, *Ensaio de História* mantém sua vocação de expressão do conhecimento histórico amplamente concebido e diversificado em seus campos, interesses, ênfases e metodologia. Os artigos desse número se deslocam do campo da história política e social, tanto em seus objetos já consagrados quanto na análise de realidades mais precisas e locais, para estudos que tratam do cristianismo em seus impactos plurais na sociedade ocidental. Outros artigos tratam de forma bastante competente de questões vinculadas ao âmbito teórico e filosófico, que afetam profundamente as diversas formas de se tráfegar pelo conhecimento da história, mais especificamente pela história das idéias, das mentalidades ou pela chamada nova história cultural. Por fim, nesse número vale a pena registrar o interesse expresso pelas discussões em torno das diversas dimensões da história econômica, quer enfatizando suas relações com a estrutura social quer buscando compreender seus aspectos ideológicos ou institucionais.

Não há como não considerar a riqueza de pesquisa e o vigor das inquietações presente nessas páginas. Elas demandam uma leitura tanto generosa quanto cuidadosa para perceber sua extraordinária vitalidade.

Os Editores

SUMÁRIO/CONTENTS

ARTIGOS/ARTICLES

- A Legenda Aurea como fonte para o estudo do ocidente medieval
The Aurea Legend as font to the Middle Occident study
Iara D'assunção 9
- A prática dos jogos de azar: uma história de repressão e resistência
The Games of chance practice: history of repression and resistance
Marcelo de Souza Silva 15
- A influência do cristianismo medieval na Carta de Pero Vaz de Caminha
The Influeny of Medieval Cristianity in Letter written by Pero Vaz de Caminha
Claúdia Regina Bovo 25
- Belmiro de Almeida, um artista além do seu tempo
Belmiro Almeida, an artist beyond his time
Juliana Ferraro 33
- Propaganda Nacionalista no Estado Novo: Franca 1937-1945
Nationalist propaganda in New State: Franca 1937-1945
Karina Anhezini 45
- De toda parte ouve-se o receio de uma insurreição: intervenções judiciais nas relações entre senhores e seus poucos escravos
From everywhere people hear the qualm for an insurrection: judicial interventions in the relations among slaves and their owners
Ricardo Alexandre Ferreira 61
- Refletindo sobre a Filosofia da História: um esboço de três questões metodológicas
Reflecting about histor's philosophy: an sketch of three methodological questions
Juliana Ortegosa Aggio 77

Limites e possibilidades de pesquisa entre a "História das Mentalidades" e a "Nova História Cultural"

Bounds and possibilities of researchs between The "Menality History" and the "New Culturam History"

Diogo da Silva Roiz; Jonas Rafael dos Santos; 89
Orlando André Faustino

Reforma do Estado e Historiografia: reflexões sobre o nosso tempo

State Reform and History's writing: reflections about our time.

Gustavo Bueno; Leandro Salman Torelli; 111
Michael Luiz dos. Santos

Companhia Estrada de Ferro Morro Agudo: a chegada dos trilhos e as transformações sócio-econômicas, 1925-1942

Railway Company: steel rails arrival and social-economical transformations, 1925-1942

Reginaldo de Oliveira Pereira 119

As políticas creditícias do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo, 1909-26

The credence politics by the Mortgagery Credit and Agricultural Bank os São Paulo Satate, 1909-26

Leandro Salman Torelli 133

A Escalada Neoliberal No Brasil

The Neoliberal Escalate in Brazil

Gustavo Bueno 141

José Guilherme Merquior, Intelectual Político e Vida Pública

José Guilherme Merquior, political intellectual and public life

Milton A. dos Reis 151

A juventude negra no mercado de trabalho no município de São Paulo

The black youth in work market in São Paulo City

Benjamin Xavier de Paula 161

ÍNDICE DE AUTORES/AUTHORS INDEX 173

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAL 175

ARTIGOS/ARTICLES

A LEGENDA AUREA COMO FONTE PARA O ESTUDO DO OCIDENTE MIEVEVAL

Iara D'ASSUNÇÃO*

RESUMO: Este artigo objetiva mostrar a importância que tem a *Legenda áurea*, documento do século XIII, ainda pouco estudada pelos historiadores, para a discussão de vários temas do Ocidente medieval.

UNITERMOS: Legenda Áurea; Fonte; Idade Média; Século XIII.

São bem conhecidas as carências da pesquisa medievalística no que diz respeito à escassez de fontes primárias, principalmente para o estudo do período anterior à Idade Média central. Além disso, há a dificuldade da limitação da documentação disponível devido ao monopólio da escrita, que pertencia à Igreja (DUBY, 1989). Por outro lado, também não havia no período a necessidade de tudo ser escrito, já que a oralidade era considerada veículo dos mais legítimos para a difusão da cultura. Desde que Lucien Febvre e Marc Bloch fundaram os *Annales* em 1930 depois com a retomada da História Cultural nos anos de 1980, abriu-se um leque de possibilidades na análise do documento. Deve a história hoje se fazer “nova” no sentido de se utilizar novos métodos, de outras disciplinas, de forma a contribuir para uma melhor discussão da sociedade do período, que não apenas se considere “uma canção, um afresco, um poema” (DUBY, 1989, p. 208) como documentos preciosos mas que sua análise seja satisfatória como discussão do tema que se propõe para estudo. Na hagiografia tem-se uma importante contribuição rica em elementos que se tornam uma via possível que auxilia no estudo de alguns temas como: santidade, relações de parentesco, arte, geografia, entre outros.

A *Legenda aurea* é uma coletânea de narrativas hagiográficas compiladas por volta de 1260 pelo dominicano e futuro bispo de Gênova,

* Graduada em História. Orientadora: Profa. Dra. Néri de Almeida Souza, Bolsa: PIBIC/CNPq.

Jacopo de Varazze (Varazze – cidade perto de Gênova). Composta de 182 capítulos de farto material erudito (ou de autores eclesiásticos e cronistas) e abundante material de origem popular, como infere Hilário Franco Jr. (FRANCO, 1995, p. 108). No século XIV, foi traduzida para todas as línguas vernáculas da cristandade, tal foi seu sucesso. O objetivo deste artigo é justamente destacar a importância deste documento, que ainda tem sido pouco estudado pelos historiadores, talvez por sua própria complexidade ao abarcar textos de várias épocas do período medieval, e de autores de diversas formações. Tais narrativas podem auxiliar na compreensão de temas, já mencionados, da Idade Média ocidental.

Na tese de Néri de Almeida Souza “A cristianização dos mortos. A mensagem evangelizadora da ‘Legenda aurea’ de Jacopo de Varazze”, a autora buscou investigar a operância erudita e folclórica das obras eclesiásticas que se destacaram como instrumentos de mediação da comunicação entre clérigos e a comunidade de fiéis na Idade Média central. A *Legenda aurea* foi escolhida por ser composta não apenas para edificação do clero em leitura particular como para também servir como fonte de consulta para a ilustração de sermões destinados aos leigos. Para esta autora, a *Legenda aurea* é uma obra de síntese:

... a necessidade de compilar, armazenar e conservar por escrito, passa a refletir não apenas o esforço por compreensão e interpretação da matéria – oral ou escrita – organizada, mas a paulatina perda de controle do clero sobre as mudanças na sociedade e nas formas de pensamento. Alterações mais bem sentidas pelos escritores eclesiásticos, sobretudo pelos dominicanos, como Jacopo de Varazze (...) a *Legenda aurea* representa um dos últimos exemplares contemporizadores das diversidades religiosas ainda latentes no cristianismo vivenciado no século XII. (SOUZA, 1998, p. 55)

O destaque é feito aos dominicanos porque estes estavam voltados para pregação, principalmente contra os considerados hereges. Ou seja, eles estudavam a palavra das Escrituras e a divulgavam. Esta obra faz parte então de um movimento mais amplo, que despontara na Itália do século XI “... o da espiritualidade voltada para a vida apostólica, com a ênfase da prática cristã colocada na pobreza e na pregação”. (FRANCO Jr., 1995, p. 102).

Os dominicanos são parte dessas mudanças que estão ocorrendo no século XIII, na sensibilidade religiosa e nas características sócio-econômicas, que aparecem interpenetrados na *Legenda aurea*. E Franco

Jr. destaca como acontece a transformação na articulação nova entre um fenômeno social (escravidão), um espiritual (santidade) e um mítico (escatologia); relação observável em várias fontes medievais, dentre elas a *Legenda aurea*. Havia uma revalorização da pobreza – o que representava uma preparação para o dia do Juízo Final; a pregação para as “massas urbanas” (FRANCO, 1995) – que pretendia ser instrumento para a salvação e a expectativa pelo Fim dos tempos alimentada pela pobreza e pela pregação. Assim, essa tripla manifestação: pobreza-pregação-escatologia, está expressa na *Legenda aurea*.

Na Gênova do século XIII, momento em que esta fonte era escrita, ocorrem modificações como o termo *sclavus* (1197, aparecido no ocidente) que acabou por prevalecer em 1250 sobre *servus*. E Jacopo de Varazze vai utilizar “escravo de Deus”, no sentido tradicional que se aplicava aos profetas da Igreja primitiva, só que ele “desclericaliza o termo, empregando-o para os santos, mesmo leigos”. (FRANCO, 1995, p.104), o que não significa exclusão do uso do termo *sclavus*. É interessante que mesmo ao se tratar de uma obra do século XIII, a *Legenda aurea* é arcaizante, por ser tradicional – ou recorrer mais aos exemplos antigos não contemporâneos a sua época, apesar de lhes dar uma roupagem muitas vezes nova.

Outro tema possível de ser encontrado na *Legenda aurea*, é sua influência na piedade e na arte, no sentido de ser a fonte de inspiração de muitos artistas. Também se percebe a geografia muitas vezes descrita como os desertos da Tebaida, rios da Germânia etc (RIVERA RECIO, 1969).

As teses destes autores vão além do superficial esboço aqui feito, esboço que também não é um levantamento historiográfico, pois outros estudos existem e não foram citados aqui, mas, como já foi mencionado, tal artigo pretende apenas apontar a gama de estudos possível a partir da fonte, como é o caso de uma análise das relações de parentesco no ocidente medieval. Apesar da pesquisa medievalística não ter deixado de tangenciar em nenhum momento o parentesco, este contemplado por congressos internacionais como o que teve lugar em 1974 em Paris e por historiadores como Georges Duby e Karl Ferdinand Werner, no entanto, apenas na última década, foi alçado o objeto de primeira importância no cenário medievalístico. Além de poder revelar a natureza dos laços

familiares naturais e artificiais na Idade Média, torna-se um caminho alternativo e moderno para o estudo do feudalismo, da constituição da família européia, das relações de poder no período e da territorialidade das relações políticas e familiares para além do elo da consangüinidade. Este estudo pode ser enriquecido ao trabalhar com conceitos e metodologias vindos da história e sociologia. Com isso, não se quer dizer que a hagiografia é um "livrinho" da família, (THEIS, 1976), mas que a "família" (na verdade, explicar o significado de família na Idade Média, daria outro artigo) não está menos presente, e aqui cabe mencionar que o parentesco não é um dado do documento mas que deve ser construído (GUERREAU-JALABERT, 1991). Assim, a "família", segundo Laurent Theis, representa um sistema de representações: a hagiografia disto propõe um modo de leitura, ou seja, outros modos podem ser encontrados em textos jurídicos, códigos de leis etc.

Como se notou, importantes estudos foram feitos: santidade, escravidão, parentesco, geografia, mas ainda são poucos e é preciso mais estudos para que a *Legenda áurea* seja analisada de forma mais satisfatória e que possa realmente, servir como uma via para auxiliar na discussão de aspectos dessa sociedade do período medieval que sendo ou não de "trevas", merece pesquisas com mais afinco.

D'ASSUNÇÃO, Iara. The Aurea Legend as font to the Middle Occident study. *Ensaio de História*, Franca, v.5, n1/2, p.9-13, 2000.

ABSTRACT: This article intends to show the importance that Aurea Legend has, a XIII century document, still little studied by historians, to the discussion of several questions of Middle Occident.

KEYWORDS: Aurea Legend; font; Middle Ages; XIII century.

Referência bibliográfica

DUBY, G. *Idade Média, Idade dos homens*. Do amor e outros ensaios. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

FRANCO Jr., H. A escravidão desejada: santidade e escatologia na Legenda Aurea. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v.15, 1995, p. 101-113.
GUERREAU-JALABERT, A. Sur les structures de parenté dans l'Europe médiévale. In: *Annales*, ESC, 6, 1981, p. 1028-1045.
RIVERA RECIO, J. F. Veneración a los santos In: GIMENES DUQUE, B., SALA BALUST, L. (dir.) *Historia de la espiritualidad*. Barcelona: Juan Flores, 1969, p. 653-657.
SOUZA, N. A. *A cristianização dos mortos. A mensagem evangelizadora da "Legenda áurea" de Jacopo de Varazze*. São Paulo: USP, 1998, v.2.
THEIS, L. Saints sans famille? Quelques remarques sur la famille dans le monde franc à travers les sources hagiographiques. *Revue Historique*. Paris: Presses Universitaires de France, janvier-mars, 1976, n. 517, p. 3-20.

A PRÁTICA DOS JOGOS DE AZAR: UMA HISTÓRIA DE REPRESSÃO E RESISTÊNCIA

Marcelo de Souza SILVA*

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo demonstrar a maneira como o estudo da prática de jogos de azar pode ser relevante para a análise da sociabilidade na sociedade brasileira do fim do império e início da república. A disciplinarização dos costumes e valores das classes populares, promovida pela elite política e econômica, teve em seu expediente o combate ao ócio e à vadiagem; estas, por sua vez, tinham na prática dos jogos de azar uma forma de resistência cultural à imposição de uma disciplina do trabalho.

UNITERMOS: Jogos de Azar; repressão; disciplinarização; resistência; valorização do trabalho; ócio.

O cotidiano das pessoas “comuns” tem sido, atualmente, foco bastante relevante dos estudos historiográficos. A exploração deste tempo – cotidiano – há muito se tornou parte importante da constituição do cenário histórico de um período; é de dentro deste universo, onde a repetição é também a mudança, que podemos observar a forma como se constituíam (e, ainda hoje, constituem-se) os laços de sociabilidade que costuram uma sociedade. O tempo do cotidiano tem muitas características, variáveis de acordo com o período, sendo que, muitas das vezes, é determinado pelas “forças maiores” – ou poderes constituídos e em forma de redes – as quais moldam um ritmo, um jeito de fazer e enxergar o mundo à volta dos personagens. Ao “fazer-se” das classes sociais modernas soma-se uma modelagem de sua maneira de viver.

Estudar o cotidiano significa ir às raízes da sociedade: observar o homem em seu berço, isto é, o lugar onde nascem suas convicções, crenças, dúvidas. Melhor dizendo, significa olhar o dia a dia como o local onde tudo o que determina a face de uma sociedade está sendo construído legitimamente. É nesses ambientes – fundados na ordem e na

*Graduando em História. Orientador: Prof. Dr. Nelson Schapochnik. Agência Financiadora: CNPq/PIBIC.

desordem – que encontraremos os princípios básicos da formação cultural do Brasil. E é também de dentro deste universo que surge como objeto a prática de jogos de azar.

O estudo das práticas de jogos de azar tem o potencial de revelar-nos detalhes únicos quanto à configuração da sociedade brasileira. Praticar jogos de azar tem sua participação enquanto prática cultural e, também, determina importantes estratégias de sobrevivência e sociabilidade. Em um cenário onde se valorizava cada vez mais o trabalho como forma de dignificar o homem, atitudes como a vadiagem e o ócio eram duramente combatidas através de instituições como a polícia, ou mesmo através da construção de uma imagem negativa de muitas práticas populares.

Ter como objeto a prática de jogos de azar leva a uma reflexão sobre muitas coisas da nossa cultura atual. Com referência ao tratar das coisas cotidianas, no caso brasileiro peculiarmente definido pela malandragem¹, temos a oportunidade de iluminar pelo menos mais um lugar onde se desenvolvia a batalha de repressão e resistência entre os dominantes e dominados. Aqueles que nada tinham, somente ao levar suas vidas, mostravam sua importância no processo histórico de constituição da sociedade, pois, dessa forma, resistiram à implantação de uma ideologia de vida e de trabalho burgueses na sociedade brasileira (CHALHOUB, 1986).

Reportamo-nos, então, ao final do século XIX, período em que se intensifica o controle social sobre a classe trabalhadora: típico de uma sociedade capitalista. É, aproximadamente, entre 1860 – quando começa a se consolidar uma crise no sistema escravista – e 1920 – quando se consolidam os poderes na Primeira República – que vemos a adaptação do trabalhador brasileiro ao estilo capitalista de produção e vida.

¹ A malandragem é aqui tratada no sentido evocado por Antônio Cândido ao analisar a obra "Memórias de Um Sargento de Milícias", de Manoel Antônio de Almeida. O malandro é o ser que trafega tanto entre o universo da ordem, como no da desordem, isto é, traz consigo a essência das estratégias de sobrevivência.

1. Controle Social

Segundo Michel Foucault, vivemos em uma sociedade onde cada vez mais são sistematizadas as relações e os processos de produção. Isto é feito no sentido de disciplinar as formas de comunicação e ação das pessoas entre si e com a natureza. Ele observa esta tendência principalmente como fruto da idade moderna e do racionalismo, apesar de ser uma peculiaridade inerente ao espírito humano. Este poder disciplinar se mostra mais do que um poder: sua extensão o expande, pois não é um aparelho, nem mesmo um sistema, "são métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade" (FOUCAULT, 1999. p.1). Ainda há o pressuposto de que a disciplina, enquanto poder, implica na produção de um saber; isto significa que, como o poder é produtor de individualidade, todo indivíduo é uma produção do poder e do saber.

Estes preceitos de Foucault são importantes quando observamos que, no Brasil, configura-se claramente esta rede de poderes que vêm a culminar em um poder disciplinador. A tentativa de construção de uma "sociedade brasileira", empreendida pelos republicanos no poder, traz consigo uma possibilidade de conflitos entre outros poderes na sociedade: mecanismos que estão fora, dos lados e abaixo dos mecanismos estatais.

Com relação ao discurso, fica claro que todos são fruto da articulação entre diversos saberes. O discurso penal não escapa à regra. Na obra "Vigiar e Punir", Foucault mostra como este tipo de discurso se foi transformando de acordo com as necessidades imprimidas por um crescente racionalismo e também pela compreensão diferenciada do que seria um castigo. Caminhou-se das execuções em praça pública para a construção de penitenciárias, cujas formas se apresentaram condizentes com esse discurso.

Tudo isso se aplica aos jogos de azar quando observamos o local onde eram praticados estes jogos, quem os praticava e, por fim, quais os argumentos utilizados para a sua criminalização. A prática de jogos vem sendo recriminada desde há muitos anos, sendo que sua proibição remonta ao direito romano. Desde que se tornou necessário reprimir atitudes que levassem a formas diferentes de sobrevivência, ou que

demonstrassem um descontentamento com o trabalho, algumas práticas culturais da população deveriam ser reprimidas em nome da manutenção da ordem.

1.1 A construção da ordem

Para entendermos a maneira como se chegou ao amadurecimento da sociedade disciplinar no Brasil, devemos nos reportar até o início da consolidação do Estado. A independência brasileira trouxe inúmeras mudanças e, também, um grande número de permanências com relação ao regime anterior. Observa-se uma clara tentativa de fazer com que o Brasil adquirisse estatuto de independente quanto às suas instituições, porém, ocorrem várias permanências, como, por exemplo, e principal ícone, a escravidão. Um paradoxo começou a formar-se no país daquele momento em diante: uma tentativa de modernização – nos moldes estritamente europeus – esbarrou nas “arcaicas” estruturas sociais, políticas e econômicas do Império. Mesmo diante disso (e, talvez como uma consequência), o Brasil passou por momentos muito característicos, e que devem ser examinados em suas especificidades; o movimento de implantação de um aparelho oficial de repressão e os discursos utilizados para justificar a atuação das demais instituições, como escolas ou hospitais, era de erros e acertos, balanceados, mesmo que à força, por condições sociais do momento. Isto significou, de maneira profunda, em uma luta entre a elite e as classes populares.

Uma das medidas tomadas que levariam, segundo os interesses da elite, o Brasil a adquirir condições para seu desenvolvimento, foi o estabelecimento da ordem. Essa atitude emergiu, provavelmente, devido ao temor de que o caos social se instalasse. O velho sistema, um acúmulo arbitrário e incoerente de leis no qual “cabia às instâncias policiais ou judiciais de nível inferior decidir se uma atividade específica se enquadrava em alguma lei ou norma” (HOLLOWAY, 1997), não servia mais; uma grande confusão instalou-se no âmbito judiciário do país, sendo que muitas pessoas eram presas injustamente, julgadas sem parâmetros e, enquanto muitas apodreciam nos calabouços, outras ficavam impunes. Dessa forma, caracterizava-se uma situação insustentável, pois as atitudes repressivas iam de encontro aos anseios

de modernização da elite de então e, também, poderiam abrir brechas para que o caos aumentasse cada vez mais.

Diante desta situação, o Código Criminal foi elaborado e entrou em vigor em 1830; note-se que este e o Código de Processo Criminal foram os únicos códigos promulgados pelo Império, logo, pode-se crer na urgência no trato da questão do controle social. O Brasil buscava seguir uma tendência europeia de modernização dos sistemas de vigilância (sistema este que, segundo Foucault, encerra-nos em uma “sociedade carcerária”, onde tudo passou a ser vigiado, inclusive nossos corpos), porém, de maneira hesitante, transportando instituições para cá e fazendo testes; passou-se da fase de erros com os sistemas transplantados e o que ficou foi um sistema original adaptado às condições em que se encontrava, principalmente, a cidade do Rio de Janeiro.² Mesmo com o Código Criminal em vigor, ainda havia muitas situações não previstas pela lei, mas que necessitavam da atenção policial, tais como embriaguez pública, prostituição e os jogos de azar; essas situações eram reguladas por posturas municipais. O estudo de Thomas Holloway sobre a polícia nesta cidade revela que, definitivamente, não foi feita uma mera cópia do modelo europeu e, ao contrário, uma transição de instituições tradicionais para modernas, fundada tanto na atuação dos intuitos repressivos – ligados ou não diretamente ao Estado – quanto na resistência oferecida pela população em geral.

O recrudescimento do aparato de vigilância estatal não foi tomado com naturalidade por muitos integrantes da sociedade, por isso, observa-se muitos tipos de resistência ao que ocorria; resistência essa que ia desde um protesto ao se cometer um crime até a estratégias de sobrevivência quase ocultas como, por exemplo, não respeitar a “moral e os bons costumes”. Esse tipo de resistência era praticado mais veementemente por pessoas pertencentes a classes oprimidas e que viam, diariamente, a ação policial “atrapalhar” suas vidas. A força policial, segundo Sidney Chalhoub, era encarada como um empecilho ao andamento normal das coisas; ser testemunha de um crime, muitas vezes

² O estudo de Thomas Holloway leva em consideração o fato de que os sistemas de policiamento implantados no Rio de Janeiro serviam de base para todo o resto do país, claro, levando-se em consideração que havia especificidades.

significava um aborrecimento grande, porque se tinha de estar à disposição das autoridades quase tanto quanto o acusado.

São atingidos, desta forma, os locais onde se encontrariam alguns personagens desta história, à margem em um primeiro momento, mas, muitas vezes, pessoas circulantes entre os outros meios sociais. Trata-se dos frequentadores de bares, prostitutas e jogadores.

Quando se trata da classe cuja classificação é dita “popular”, não se pode esquecer também uma de suas principais condicionantes, ou seja, também são trabalhadores. Como foi dito, a sociedade brasileira encontrava-se em uma situação de formação dialética, e é a intenção de colocar estes trabalhadores inseridos neste processo o que torna o tema dos jogos de azar relevante.

2. A disciplinarização trabalho: combate aos jogos de azar

Em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo, observamos, já em fins do século XIX, uma crescente disciplinarização do cotidiano dos trabalhadores. Isto ocorria em meio à propagação da concepção burguesa de trabalho, na qual a dignidade, a honra e o respeito devido estão vinculados ao ofício exercido. O trabalho precisava ter sua representação alterada: precisava deixar de lado seu caráter penoso e aviltante, característicos do sistema escravista, para tornar-se um elemento que traria dignidade.

A necessidade de adaptação a esta nova concepção de trabalho atendia a variados motivos, entre os quais, destacam-se dois. Primeiramente, há a preocupação em atender a demanda por trabalhadores preparados para o mercado que então se desenhava – e que se consolidaria com a abolição e com a chegada dos imigrantes. Este mercado de trabalho atendia, em segundo lugar, aos anseios, por parte da classe dominante, de implantação concomitante de uma ordem burguesa na sociedade³.

³ Ressalte-se, aqui, que a concepção de “modernização” para as elites, principalmente aquela ligada à produção agrícola: quando se reporta a esta problemática da disciplinarização em nome da modernização, tudo não passa de uma questão de tornar o país, em seu nicho de fornecedor de matérias-primas, um grande fornecedor destes produtos.

A ideologia de trabalho burguês – sinônimo de disciplinarização – é constatada através de análises feitas em processos criminais, nos quais, aqueles a quem se quer defender são chamados de “trabalhadores e honestos”; e, ao contrário, aqueles que são acusados, geralmente, recebem alcunhas como “desordeiro” e “vagabundo” (CHALHOUB, 1986).

É neste grupo – vagabundo e desordeiros – que encontramos aqueles que estão à margem do sistema então em implantação. Mas, mesmo entre aqueles que trabalhavam normalmente, alguns autores constataam um certo “comportamento desviante”, principalmente por parte dos libertos e dos imigrantes. Muitos foram os que não se adaptaram a este novo estilo de vida no Rio de Janeiro do fim do século XIX; uma vida considerada instável para os padrões morais da época é o que lhes foi legado. Em contrapartida, Chalhoub fala a respeito de uma “política do cotidiano”, em nome da diversidade cultural do período; as pessoas não estavam simplesmente despreparadas para aquela nova realidade, e sim teciam diferentes estratégias para sua sobrevivência. Isso ocorria em todos os níveis do cotidiano popular, desde a forma como se alimentar até aos relacionamentos amorosos. Sem dúvida, este tipo de constatação através de processos criminais revela a forma como o poder cria a individualidade; mesmo sob pressão. Para adaptar-se a um novo sistema de vida o “consumidor” destas informações acaba por torná-las convenientes à sua sobrevivência, acordado por sua própria formação sócio-cultural (CERTEAU, 1998, p. 42).

Este comportamento, entendido dentro do contexto acima exposto, mostra-se a principal preocupação da classe dominante do início do século XX, fazendo com que aumentasse a pressão sobre aqueles que não se enquadravam. Chamando-os de preguiçosos ou pervertidos sexualmente, justificava-se a dominação e a repressão das classes populares. Contudo, como foi dito, muitas foram as pessoas que “tinham um comportamento desviante”. E, entre essas pessoas, encontram-se diversos tipos de “sobreviventes”. Isto significa que, neste tipo de comportamento, enquadram-se todos aqueles que não conseguiam ganhar a vida dentro dos ditames da burguesia e, à sua maneira, mudavam as regras para benefício próprio.

Obviamente, dentro deste setor, encontramos de vendedores ambulantes, até prostitutas, mas todos com a mesma característica: a de

serem alheios ao sistema de vigilância da sociedade disciplinar, pois suas ações os inserem em outro universo – chamado por Certeau de antidisciplina – no qual se pode vislumbrar a formação de diversos tipos de personagens, muitos dos quais, são descritos nos autos como os “vagabundos e desordeiros”. É neste grupo que se encontram também os jogadores. A disciplinarização do trabalho levou-os mais à margem; contudo, suas práticas firmaram-se tanto como prática de resistência cultural quanto como estratégia de sobrevivência. Os jogadores apareciam entre dois mundos: do trabalho e da vadiagem. O descontentamento com o trabalho, o qual não trazia, no mais das vezes, nenhum tipo de possibilidade de enriquecimento, levava a este comportamento tido como “ameaçador” à segurança nacional, “perigoso” e “inútil”.

A prática de jogos como maneira de sobrevivência ameaçava qualquer discurso de valorização do trabalho, na medida em que sua possibilidade de rentabilidade era mais palpável do que a dedicação a um ofício assalariado. Além de representar uma ameaça ao ideal de poupança do trabalhador, o jogo poderia levar, segundo o entendimento da elite, ao ócio e a vadiagem. A tentativa de manter o controle do trabalhador mostra uma preocupação com a manutenção da ordem e, nesta ordem, não havia espaço para a vadiagem e para o ócio. Combater os jogos de azar era combater o ócio e, em última instância, combater reivindicações e lutas populares.

SILVA, Marcelo de Souza. The Games of chance practice: history of repression and resistance. *Ensaios de História*, Franca, v.5, n1/2, p.15-23, 2000.

ABSTRACT: This work has as objective demonstrate how the games of chance study can be relevant to the sociability analysis of the Brazilian society from the end of Empire to begins of Republic. The disciplinarization of lore and values of popular classes, promoted by the politic and economic elite, had in your expedient the struggle of idleness and vagrancy, these, by their turn, had in the games of chance practice a cultural resistance form against the imposition of a discipline of work.

KEYWORDS: Games of chance; repression; disciplinarization; resistance; works valorization; idleness.

Referência Bibliográfica

- CÂNDIDO, Antônio. “Dialética da Malandragem” In: ALMEIDA, Manoel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*: edição crítica Cecília de Lara. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano*: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 3. ed., 1998.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 14. ed., 1999.
- _____. *Vigiar e Punir*: o nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 19. ed., 1999.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro*: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência*: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1994.

A INFLUÊNCIA DO CRISTIANISMO MEDIEVAL NA CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA

Cláudia Regina BOVO*

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar alguns elementos do cristianismo medieval presentes na transição moderna, especificamente a influência do cristianismo do período feudal (Séculos XI ao XIII) na Carta de Pero Vaz de Caminha, e conseqüentemente as ações decorrentes dessa influência.

UNITERMOS: Cristianismo Medieval; Homem Moderno; Tempo mecânico.

A celebradíssima época dos “descobrimentos” dos séculos XV-XVI serviu para anunciar os avanços no terreno tecnológico e cultural, desmistificando muitas crenças que se mantiveram durante os séculos medievais. No entanto antigos valores não desapareceram imediatamente (DUBY, 1990). As grandes navegações marítimas que resultaram no encontro de outras terras e de outros povos foram realizadas por homens cujos valores eram medievais.

Dentro do contexto de estabelecimento de novas rotas comerciais e de intensificação das trocas mercantis, a armada de Pedro Alvares Cabral deixa Portugal e se lança ao mar, com 13 navios e mais ou menos 1300 pessoas, entre elas, marinheiros, soldados, mercadores, religiosos, cronistas e viajantes, e vários com tarefas imprecisas, o que podia indicar que havia uma intenção de se preparar para todos os imprevistos do contato com situações novas.

Homens marcados pela forte influência cultural da Igreja medieval, eles são representantes concretos da mentalidade e do conflito que permeava a vida do homem da transição moderna.

Tendo muito do medievo, esse homem permanece ligado ao pensamento cristão. Muito dependente da natureza, ele via no sagrado a explicação para todas as coisas, apesar de pouco a pouco desvencilhar-se da dona da verdade – a Igreja Cristã.

* Graduada em História. Orientadora: Prof^ª Dr^ª Neri de Almeida Souza. Colaborador: Prof^ª Dr^ª Aparecida Glória Aissar. Bolsista PET/SESu.

A insegurança de não ser salvo permeava o pensamento e as atitudes desses homens, temiam tudo sobretudo pela vida futura. Detentores de uma religiosidade dualista e concreta, viviam entre a disputa do Bem (anjos) e do Mal (demônios), e na personificação dos mesmos através de símbolos. Nesta sociedade o mundo celeste e o mundo terrestre confundiam-se, tornando os monstros imaginários tão reais quanto as guerras constantes do período.

A carta de Caminha entra neste contexto, por representar adequadamente o comportamento e as aflições deste homem da transição moderna, que encontra na “nova terra” a concretização de seus mitos e de seus medos. A carta tem por objetivo comunicar a “Vossa Alteza” o rei de Portugal Dom Manuel o “achamento” de uma nova terra, aparentemente sem dono, apesar do contato com centenas de nativos.

Escrita em português arcaico, a carta tem uma estrutura compositiva clara e é tida como a certidão de nascimento do Brasil para a Europa:

Posto que o Capitão-mor desta vossa tropa e assim igualmente os outros capitães escrevam a vossa alteza dando notícia do achamento desta vossa terra nova...⁴

Caminha comunica em mínimos detalhes tudo o que vê e presencia, como em um diário, seleciona os fatos mais importantes do dia e os relata a “Vossa alteza”. Preocupado com o tempo que nem sempre é preciso, ele demonstra como a noção de tempo natural, “ao amanhecer, no entardecer”, não foi substituída pela noção de tempo mecânico implantada desde o século XIV (1354 invenção do relógio) nas cidades medievais, por motivos ligados as condições do trabalho urbano.

No Sábado, 14 do dito mês, entre as oito e nove horas, nos achamos nas Ilhas Canárias... No dia seguinte – quarta-feira pela manhã – topamos aves a que os mesmos chamam de fura-buchos. (p.76)

De fato Caminha mescla os dois tipos de tempo, o que nos leva a crer que o tempo pertencente a Deus, determinado naturalmente, e o tempo propriedade do homem, cronologicamente controlado, causa confusão na memória desse homem da transição. A noção de tempo e

⁴ Todos os fragmentos são retirados da seguinte obra, que também contém a versão da carta em português arcaico, CASTRO, S. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Porto Alegre: LPM editores, 1995, p.75.

espaço transforma-se, o tempo torna-se um dos utensílios mais importantes para o homem, no entanto, na mentalidade dos homens do renascimento, o tempo continua incerto, tem-se dificuldade de separar o tempo pré-industrial do tempo natural (LE GOFF, 1993).

Os grandes protagonistas da carta são os capitães, principalmente o grande chefe – capitão-mor – Pedro Alvares Cabral. É ele quem determina a função da tropa, sendo o responsável pela segurança e sobrevivência dos tripulantes. Fica também ao seu cargo a responsabilidade de nomear a “nova terra”.

Neste mesmo dia, à hora de vésperas, avistamos terra! Primeiramente um grande monte, muito alto e redondo; e depois, outras serras mais baixas, da parte sul em relação ao monte, mais, terra chã. Com grandes arvoredos. A o monte o capitão deu o nome de monte Pascoal; e a terra, Terra de Vera Cruz. (p.76)

Notamos a influência cristã na nomeação da terra, porque não um nome de um grande Rei ou Chefe, porque o nome de Vera Cruz? Percebemos como eles resgatam o símbolo maior da cristandade Ocidental, a cruz. E como essa visão do novo os remete para uma denominação cristã, para a proteção divina exercida pela simbologia da cruz.

Um outro ponto predominante na descrição da Carta é a relação que se estabelece entre a esquadra portuguesa e a “gente nova” da terra. Depois que avistam esses homens que andam sempre em bandos e com as “vergonhas descobertas, o contato torna-se o elemento principal do qual Caminha faz questão de anunciar a Vossa alteza.

E logo que ele começou a dirigir-se para lá, acudiram pela praia homens em grupos de dois, três, de maneira que, ao chegar ao batel à boca do rio, já ali estavam dezoito ou vinte homens, Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse as suas vergonhas. (p.76)

A “vergonha”, expressão utilizada para nomear os órgãos sexuais, destaca o tabu da nudez ao qual esses homens estavam submetidos. A influência do velho testamento, especificamente, o livro dos Gênesis se faz presente no texto de Caminha: O resgate da figura de Adão, como o único ser que um dia não teve pudor de se cobrir e acabou atentando contra Deus, cometendo, assim, o pecado da carne. O que instiga Caminha na exposição dos órgãos sexuais dos nativos, é a inocência peculiar dessa gente nova que não se constrange perante tal cena. Como

se vivessem no paraíso terrestre, e isso fosse tão normal como um dia o foi para Adão e Eva.

Trazendo a bordo dois homens da terra, Caminha pode observar o seu comportamento e seus hábitos. Defronte ao diferente ele se angustia e se admira pela beleza e exuberância dos nativos, ele os descreve minuciosamente, reforçando as “vergonhas” descobertas, os adereços pendurados nos lábios, hábitos alimentares diferentes, e a falta de cortesia ou cerimônia para com o capitão-mor e os presentes.

A feição deles é parda, algo avermelhada; de bons rostos e bons narizes. Em geral são bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Não fazem o menor caso de cobrir ou mostrar suas vergonhas, e nisso são tão inocentes como quando mostram os rostos. Ambos os dois traziam o lábio de baixo furado e metido nele um osso branco e realmente osso, do comprimento de uma mão travessa, e da grossura de um fuso de algodão, agudo na ponta como um furador... e eles entraram sem qualquer sinal de cortesia ou de desejo de dirigir-se ao Capitão ou a qualquer outra pessoa presente... (p.78)

Outro ponto importante na carta é quanto a presença de mulheres. Quando as nativas aparecem e se mostram, Caminha fica atordoado pela simplicidade e inocência que elas transmitem.

...Ali andavam entre eles três ou quatro moças, muito novas e muito gentis, com cabelos muito pretos e compridos, caídos pelas espáduas, e sua vergonhas tão altas e tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha. (p.81)

Os deveres religiosos também são salientados. A missa no Domingo de Páscoa e a pregação de Frei Henrique de Coimbra, não deixa de elucidar, na mentalidade desses homens, o motivo divino pelo qual encontraram a terra nova. Qual seria a explicação divina para encontrarem gente tão gentil, um tanto esquiva, mas alegre. Não seria aqui o paraíso do qual Adão foi expulso? O contato com essa realidade diferente, os fazem projetar na Nova terra o mito do paraíso terrestre idealizado pela cristandade Ocidental.

No Domingo de Páscoa, pela manhã determinou o Capitão de ir ouvir missa e pregação naquele ilhéu...Acabada a missa, desvestiu-se o padre e subiu a uma cadeira alta, com todos nós espalhados pelo areal. E pregou uma solene e proveitosa pregação, da história de Evangelho, ao fim da qual tratou da nossa vinda e do achamento desta terra, referindo à luz, sob cuja obediência viemos...(p.82)

Caminha está cada vez mais impressionado com a terra e com o gentil que a habita. Tenta compreender seu comportamento, interpretar

seus diálogos, convicto direito da confiança que eles transmitem. Os portugueses são afáveis e cordiais, com a intenção de conquistar a confiança dos nativos. Esses os ajudam no corte da lenha e no transporte dos batéis de água.

...Depois acudiram muitos mais, bem duzentos, todos sem arcos; e misturaram-se todos de maneira tal conosco, ao ponto de alguns nos ajudarem a acarretar lenha e a transportá-la para os batéis...E estavam já mais mansos e seguros entre nós do que nós estávamos entre eles. (p.91)

A intenção de cristianizar esse gentil fica clara em muitas passagens da carta. Os portugueses ainda impregnados pelo ideal cruzadístico de levar o verdadeiro Deus a todos os pagãos, sentem-se a vontade para levar aos nativos a sua religião, a única salvação que conheciam. A presença dos nativos nas missas, e a capacidade que os mesmos apresentavam de copiar o comportamento dos europeus, levava a crer que tal gente tinha a necessidade da religião, necessidade esta que somente o catolicismo poderia saciar.

Quando saímos do batel, disse-nos o Capitão que seria bem que fôssemos diretamente à cruz que estava encostada a uma árvore, junto ao rio, a fim de ser colocada amanhã, sexta-feira, e que nos puséssemos todos de joelhos e a beijássemos para que eles vissem o acatamento que tínhamos. E assim fizemos. E a esses dez ou doze que lá estavam, acenaram-lhes que fizessem o mesmo; e logo foram todos beijá-la.(...)E, portanto, se os degredados que aqui não de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles segundo a santa tenção de Vossa Alteza, se farão cristãos e não de crer na nossa santa fé...(p.93)

Caminha atribui o fato de terem achado a terra a um motivo divino, que seria o de levar o povo gentil a salvação na santa fé católica.

... e o fato de Ele nos haver até aqui trazido, creio que não o foi sem causa. E portanto Vossa Alteza, que tanto deseja acrescentar à santa fé católica, deve cuidar da salvação deles. E aprazerá a Deus que com pouco trabalho seja assim! (p.94)

A cruz construída de madeira da terra, demonstrava simbolicamente um território cristão, que abrigava homens belos e robustos, inocentes e cordiais, numa terra naturalmente abençoada. Por que não acreditar que ali seria o Paraíso? E por que não tornarem-se responsáveis, portugueses e Vossa Alteza, pela salvação e pelo encaminhamento na santa fé católica.

...Assim, Senhor, a inocência desta gente é tal que a de Adão não seria maior, com respeito e pudor.(...) Ora veja, Vossa Alteza, quem em tal inocência

vive, se se converterá, ou não, se lhe ensinarem o que pertence à sua salvação, (p.96)

Além de todos os bens materiais que aquela terra podia trazer, ela ainda daria um regozijo maior – a possibilidade de cristianizar toda aquela gente.

Porém, o melhor fruto que dela (terra) se pode tirar me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza nela deve lançar...(p.97)

A “Longa duração da cultura” (DUBY, 1990) é tão perceptível no discurso de Caminha que apesar de todos os avanços tecnológicos trazidos pelas navegações, percebemos a valorização e a justificação pela fé da conquista do novo território. Isso faz com que uma ação política que poderia ter sido justificada apenas pelo uso da força bélica, tenha que ser alicerçada nos preceitos de uma missão divina.

Percebemos o quanto Caminha encontra-se sob a influência religiosa e mítica da cristandade medieval. Nos séculos XII e XIII tende a dominar na mentalidade do homem medieval a imagem otimista de um homem capaz de continuar a criação na terra e de se salvar, recuperando o paraíso terrestre perdido por Adão (FRANCO Jr., 1994). Mas para isso esse homem precisa laborar, rezar, fazer penitência, cumprir o ritual santo da comunhão, levar a caridade ao próximo. E que caridade maior esse homem pode oferecer a outro, se não a sua fé. Cega talvez, mas que o alimenta e o motiva a continuar buscando uma vida melhor.

BOVO, Cláudia Regina. The Influency of Medieval Cristianity in Letter writen by Pero Vaz de Caminha. *Ensaios de História*, Franca, v.5, n1/2, p.25-31, 2000.

ABSTRACT: The objective of this article is to present some elements of medieval cristianity present in modern transition, the influence of cristianity of feudal time in letter writen by Pero Vaz de Caminha.

KEYWORDS: Medieval Cristianity; Modern Men; Mechanical Time.

Fonte

CASTRO, Silvio. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Porto Alegre: LPM editores, 1985.

Referência bibliografia

CHAUNU, Pierre. *O tempo da reformas (1250-1550)*. v.1. Lisboa: Edições 70, 1993.

DUBY, Georges. *Idade Média, Idade dos homens, do amor e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

FEBVRE, Lucien. O homem do século XVI, *Revista de História*, São Paulo, v.1, n.1 e 2, 1950, p.03-17.

FRANCO JR., Hilário. *A Idade Média: Nascimento do Ocidente*. 5.ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

LE GOFF, Jacques. *Por Amor as Cidades*. São Paulo: Edunesp, 1998.

_____. *O homem medieval*. Lisboa: Presença, 1989.

_____. O tempo de trabalho na crise do século XIV: do tempo medieval ao tempo moderno. IN: _____. *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1993, p.61-75.

RESUMO: Neste artigo exponho a renovação da pintura no Brasil, na transição do século XIX para o XX, pelas mãos do pintor carioca Belmiro de Almeida, um artista formado pela Academia de Belas Artes, mas de grande versatilidade, que transitou pela pintura, a escultura e a caricatura. Desta última aprendeu a forma cômica e irônica de retratar a sua época, e caracterizou toda a sua obra, quebrando as regras da instituição artística.

UNITERMOS: Rio de Janeiro; Século XIX; Academia de Belas Artes; Pintura e Caricatura.

Em 1816, a chegada da Missão Artística Francesa ao Brasil foi o marco do surgimento do ensino oficial das artes plásticas no país, baseado em uma estrutura acadêmica neoclássica, e que resultou na instalação, dez anos após, da Academia Imperial de Belas Artes, no Rio de Janeiro. Motivada por tal orientação, a Academia consolidou-se sob os rígidos princípios do Neoclassicismo, criando normas e regras de ensino que hierarquizavam gêneros e temas como os mitológicos, os bíblicos, os religiosos e os históricos, e impunha modelos europeus de pintura, dificultando ao máximo o contato com a realidade brasileira.

A Academia Imperial de Belas Artes, como instituição, não era apenas uma formadora de estilos ou linguagens artísticas, mas também de uma visão de mundo com seus próprios valores sociais, políticos e estéticos. Os artistas que dela faziam parte, deveriam usar a sua produção artística para definir valores abstratos universais como a nobreza, a virtude, a humanidade, a nação e o heroísmo, como também realizar a exaltação da glória de um país, do bem, da verdade, da justiça e da beleza; todos estes padrões operavam como referenciais básicos para

* Artigo a partir do Trabalho de Conclusão de Curso (T.C.C), sob a orientação do Prof. Dr. Nelson Schapochnik, na Universidade Estadual Paulista, UNESP- campus Franca (S.P), em 1998.

** Atualmente, aluna do mestrado na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, IFCH, sob a orientação da Profª Drª Maria Stella M. Bresciani.

a pintura acadêmica. (CARVALHO 1990, p.11; SEVCENKO, 1985, p.22-23).

O Rio de Janeiro, capital do país, toma uma forma singular de apresentar-se culturalmente, pois, diferentemente de outras cidades brasileiras, a cultura carioca sempre teve a rua como local social e ponto de observação prioritário. E alguns dos artistas da Academia Imperial, mais tarde transformada em Academia Nacional de Belas Artes, quiseram registrar esta verdadeira realidade e continuaram a olhar a cidade através de suas ruas e de seus personagens, indo de encontro à Academia e seus regulamentos.

Dentre os artistas que quebraram as rigorosas regras daquela instituição artística estava Belmiro de Almeida. Em 1869, ainda jovem, com apenas onze anos, Belmiro Barbosa de Almeida Júnior, veio do interior de Minas Gerais, da cidade do Serro, para o Rio de Janeiro. Em 1874, já era aluno da Academia de Belas Artes

A Academia garantia a manutenção de seu velho sistema, contratando como seus novos professores aqueles alunos a quem ela mesma premiara, através de seus concursos internos e de suas Exposições Gerais, com viagens e bolsas de estudo junto aos mestres consagrados da arte acadêmica européia.

Belmiro de Almeida, quando premiado em 1888, obteve aulas com o pintor acadêmico Jules Joseph Lefebvre, mas, em razão de sua aguçada curiosidade, teve contato com formas novas de pintura como o impressionismo e o neo-impressionismo. Suas telas do início do século XX já exibem o divisionismo de Seurat, com quem manteve contato, e alguns ensaios já se apresentam influenciados pelo simultaneísmo de Delaunay ou pelo futurismo de Boccioni.

Na Europa, o período de 1870 a 1914, foi a época em que uma arte mais criativa e seu público perdem as referências e se distanciam. A arte reage a essa situação dando um salto para a frente, rumo à inovação e à experimentação. O público se refugia na esfera das obras "clássicas", onde a excelência era garantida pelo consenso de gerações. (HOBSBAWM, 1988, p.308).

Na mesma época – a *Belle Époque* – acontece uma intensificação das formas visuais em razão das descobertas revolucionárias da fotografia e do cinematógrafo, quando a tecnologia aprendeu a reproduzir

obras de arte (BENJAMIM, 1985, p.34-35), e está neste ponto a razão da busca de algo novo e renovador nas artes plásticas, pelos chamados "artistas modernos". Os pintores "realistas" ou "naturalistas" se consideravam câmaras fotográficas humanas imparciais e buscavam a melhor forma da arte captar a realidade e conseguir uma cópia perfeita do real; deste princípio não haveria diferença entre as duas artes: a pintura - onde o artista tenta ser o menos subjetivo possível em relação à sua própria -, e a fotografia que surge com a mesma intenção de maximizar o naturalismo. (SOUZA, 1990, p.33-57).

Independente da igualdade de resultados obtida por pintores naturalistas e por fotógrafos, ocorre uma profunda mudança no conceito de obra de arte, e será através dos "inovadores" que a arte procurará se renovar e se transformar em uma comunicação permanente de descrições, de idéias, de emoções e de valores. (HOBSBAWN, 1988, p.322-327).

Começava a busca de outras linguagens para as artes visuais. As tentativas ocorrem em várias direções como o Expressionismo, com um conteúdo não figurativo sob a forma de emoção, ou como o Cubismo com suas várias maneiras de demolir os elementos convencionais da realidade representada e remontá-los segundo diferentes tipos de ordem ou desordem. Desta última categoria, Belmiro faz uso, nos anos 20, para a composição da tela *Mulher em Círculos*. E lógico, não se pode esquecer da busca pioneira do Impressionismo que, com sua forma de compor luzes e cores, conseguia uma visão absolutamente nova para os quadros e que conquistou Belmiro e o levou consideravelmente longe com o Pontilhismo, iniciado por Seurat.

As inovações de técnicas abriram um abismo entre este novo caminho da pintura e o público, que não queria e nem podia segui-la. Belmiro, como tantos outros incompreendidos, resistiu ao escândalo inicial e bem mais tarde foi incorporado ao clã dos grandes artistas do início do século; sentiu o silêncio quando em 1892 traz para o Brasil a primeira pintura impressionista, executada na Itália: *Efeitos ao Sol*. O artista dera "um passo de gigante na compreensão do modernismo mostrando-nos em primeira mão a nova técnica que revolucionava a pintura e as artes em geral". (REIS JÚNIOR, 1984, p.35-36).

Viver em Paris era muito caro, mas Belmiro contava com a ajuda de amigos como Rodolfo Bernardelli que, em 1888, escreve ao artista, já no exterior, sobre o financiamento de sua estadia que ele e outros amigos garantiriam. (IBIDEM, p.32-35). Também presente em toda a sua vida, como um afetuoso mecenas, esteve Antônio Seabra que, agindo de acordo com o espírito da época, na qual o indicador de status nas camadas mais altas, simbolizando suas conquistas materiais, era traduzido pelo constante financiamento de artistas. (HOBSBAWM, 1988, p.310-311). Pode-se encontrar um afresco e frisas decorativas na casa da família Seabra feitos por Belmiro de Almeida que, como outros pintores, recorreu à tarefa de pintar e ou decorar paredes das casas burguesas, como uma outra forma de conseguir a subsistência, quando seus quadros não encontravam compradores.

Em algumas telas, feitas por encomenda, nota-se a falta de algumas das novidades de que Belmiro tanto gostava, como técnicas de pintura e até mesmo temáticas. No geral, a execução destas encomendas é realizada com extremo academismo e positivismo, estranhando-se a falta de algo inovador, uma vez que esta era uma de suas marcas. É preciso lembrar ainda que a pintura e as artes em geral retratavam a cultura e a sociedade da Belle Époque e que, por isso, estes trabalhos sob encomenda eram realizados segundo as regras da Academia. Não obstante, estes trabalhos era uma das formas pela qual o artista boêmio, renovador e com um público bastante restrito, podia garantir o padrão de sua vida.

Em 1890, Belmiro realiza a obra, encomendada pelo governo brasileiro, *Apoteose a Quinze de Novembro*.

Sobre esta tela encontra-se um comentário de Angelo Agostini, na 'Revista Ilustrada':

A 'Apoteose a Quinze de Novembro', quadro executado pelo Sr. Belmiro de Almeida, que está concluindo os estudos na Europa, exposto num dos salões da Intendência Municipal, está muito longe de concorrer em prol das glórias do nosso simpático patricio. O quadro é de convenção chapa, muito detestável mesmo, de má distribuição dos grupos. (...) O Sr. Belmiro de Almeida está deslocado em tal gênero de pintura. Não é aquela a feição característica de sua inteligência, por isso há de ser sempre medíocre, sempre secundário, toda vez que se meter a apoteosar qualquer coisa. (AGOSTINI, 1890, p.7)

Em 1899, pinta *Os descobridores* abordando o descobrimento de Cabral. Os descobridores são dois pobres seres feridos, exaustos ao pé de uma árvore que nem sombra lhes dá e olham a paisagem desolada, onde vida nenhuma aparece, dando a sensação de abandono e desamparo. (PEDERNEIRAS, 1947, p.225-226; REIS JÚNIOR, 1984, p.51-53) A representação, desta passagem da História, na obra do artista não se afina com os preceitos acadêmicos da pintura histórica, e talvez por essa razão, para evitar novo confronto, nunca o expôs, mas – hoje – pode ser encontrada no Palácio do Itamaraty.

Encomenda de trabalho importante na carreira de Belmiro foi feita pelo governo francês, com o tema da Revolução de 89. Mesmo na execução, Belmiro não deixou de lado sua ironia e seu humor, fazendo "posar brasileiros de passagem em Paris, ou ali domiciliados. Convidava-os a, envergando vestes do tempo, serem fixados como figurantes do quadro:

— Vocês passarão à história... Serão personagens da Revolução

Francesa... (KELLY, 1958, 155)

Esta arte singular, produzida pelo artista, veio da não aceitação das instruções e do funcionamento do sistema acadêmico; do seu anseio de interferir na ordenação da sociedade, e da tentativa de ao menos deixar sua marca na produção artística brasileira.

A paixão pelo humor e esse espírito crítico e aguçado já se faziam perceber quando, em 1877, em sua boêmia, nas rodas de café, conheceu jornalistas e se iniciou na caricatura. O gênero se adaptava como uma luva ao seu temperamento irreverente e satisfazia o seu espírito sarcástico, desejoso de surpreender e fixar o grotesco dos indivíduos e da vida e, a partir deste momento, começou a se distanciar das salas de aula e se aproximar mais da arte solta e criativa, que lhe seria tão particular mais tarde.

A rua sempre esteve muito presente em suas obras, e como um bom boêmio era seu freqüentador assíduo, logo notando sua importância como peça fundamental para a construção da imagem e de crítica à cidade. Belmiro de Almeida compôs uma representatividade estética do universo urbano e o espetáculo das ruas tornava-se visível em seus trabalhos.

Trabalhou em vários jornais, como na “Cigarra” e “Bruxa”, de Olavo Bilac e Julião Machado; no “Malho”; no “Comédia Popular”; no “O Binóculo”; no “Diabo a Quatro” e “Tagarela”. No ano de 1886, funda seu primeiro e próprio jornal, o “Rataplan”, e em 1901, funda, o “João Minhoca”. Sua paixão pela arte da caricatura foi mais longe, ajudando a fundar, juntamente com J. Carlos, Kalixto Cordeiro e Raul Pederneiras, em 1914, o Salão dos Humoristas. E este foi um meio de valorizar os artistas do lápis, de incentivar o interesse do público por manifestações artísticas e, novamente, de quebrar o formalismo acadêmico, através da sátira e do riso. (REIS JÚNIOR, 1984, p.22, p.80-83).

No uso desta arte autêntica, na análise dos costumes sociais e políticos, fez sua arma mais preciosa e perigosa. Belmiro teve o olhar na realidade, “propenso aos assuntos pessoais e mundanos; a ridicularizar os equívocos das paixões humanas, enfim, a satirizar o homem e a mulher no trabalho, no lazer, nas vicissitudes do cotidiano (...)” (IBDEM, p.67-69).

Boêmio, adorava se deliciar com os futuros personagens de suas artes, na soleira da porta do Café do Brito, do Café Inglês ou da Casa Havaneza, e era ali, “entre camaradas, na rua do Ouvidor, com o narizinho arrebitado e atrevido, farejando os pacatos burgueses para lhes agarrar o ridículo (...), debruando suas observações de caricaturas cruéis quando lhe passavam pela mente”. (RIBEIRO, 1907, LIMA, 1963, v.3, p.921-922; KELLY, 1958, p.151-152)

Diferente da pintura, que nem sempre atinge grande público, a caricatura penetra em todas as camadas sociais, tendendo a nivelá-las e as unir no mesmo sentido de prazer. Para isso, sua linguagem não deixa nunca margem a qualquer dúvida pela límpida clareza e pelo tom de sinceridade, (LIMA, 1963, v.1, p.18-28) e desnuda o viver e o sentir urbano, na mais absoluta liberdade do caricaturista.

A arte da caricatura, gênero de grande ironia e sarcasmo, que refletiu em seus estudos, e que fez de sua arte - pintura e escultura -, uma arte única e de grande irreverência, deu para Belmiro a liberdade e o exercício de se olhar para fora da Academia. Belmiro de Almeida, foi um pintor que conseguiu registrar não apenas uma classe econômica e social, pois enquanto pintava quadros encomendados pela elite, ele retratava personagens populares em suas obras.

Com seu traço caricatural e humorístico mostrou ao público obras, aparentemente, diacrônicas e opostas, como no caso de *Dame à la rose* (1905) que salientava a sensualidade, a beleza, e a fragilidade da mulher da sociedade urbana carioca - *Dame à la rose*, como lembrado por José Murilo de Carvalho, talvez seja “a tela mais representativa da mulher *Belle Époque* (...)” (CARVALHO, 1990, p.95) – e *Nu feminino* ou *Manuela*, onde se vê uma mulher de costas, de pele murcha e cheia de celulite, negando os padrões de estética feminina da época e os padrões da disciplina acadêmica de “Desenho Geométrico e Figurado”, quadro por várias vezes rejeitado em salões parisienses e cariocas.

Dame à la rose não é apenas a mulher ideal, mas é a representação de toda a cultura e sociedade da *Belle Époque* carioca, com as aspirações de “Progresso” e de “Civilização”. Torna-se também uma alusão direta às obras de engenharia na época do prefeito Pereira Passos, que emoldurou e transformou, nos moldes franceses de Haussmann, o Rio em um cartão postal.

Ruas como a do Ouvidor, e avenidas como a Central se tornam vitrines da “Civilização”, com seus passantes vestidos e se comportando à francesa. Nas fachadas da Avenida Central encontravam-se uma verdadeira homenagem aos franceses e à sua *École des Beaux-Arts* (NEEDEL, 1993, p.62); nela se viam a Biblioteca Nacional, o Teatro Municipal, a Escola Nacional de Belas Artes e o Jockey Club. Uma nova cidade nascia e a *Belle Époque* carioca começava a se concretizar.

Belmiro celebra, de modo bem particular, o “Belo” da *Belle Époque* carioca. Contrário à geometria, às perspectivas lineares da anatomia das formas, às leis de equilíbrio e num fazer artístico que resultasse em equilíbrio, evidentemente aparente em *Dame à la rose*, o irreverente Belmiro retrata a mulher de todos os dias da cidade, com *Manuela*.

O artista deixa evidente com essas duas pinturas a dicotomia e o distanciamento do real e do ideal, não só da sociedade e da cultura, como também das velhas estruturas urbanas do Rio, típicas ainda de uma cidade colonial, diante de novos tempos. (SEVCENKO, 1985, p.28-29) Deste modo, a vida moderna cria um dualismo no espaço físico e cultural da cidade, de uma beleza peculiar e autêntica a qual, no entanto, muitas vezes é inseparável de sua miséria e ansiedade.

Os personagens “belmirianos” nascem e crescem a partir das ruas e da observação destas pelo seu autor, mas não se deve esquecer de suas obras feitas para a alta sociedade do Rio. O artista mostra na sua obra o que a cidade ‘moderna’ deixa evidente na sua dualidade diante dos novos tempos: o velho e o novo, o belo e o feio convivendo juntos no Rio de Janeiro da época.

Se retratou personagens que se apresentavam em suas tela com trajes bem alinhados à moda européia, característico da classe alta, freqüentadora dos salões, dos teatros, dos espetáculos, da novidade do cinematógrafo e da rua do Ouvidor – com seus cafés, suas lojas de modas, das casas de músicas, das joalheirias e das novidades, que fizeram desta rua, uma rua elegante por excelência (GOMES, 1989; LUIZ EDMUNDO, 1938, v.2; COARACY, 1965, v.3) –, Belmiro de Almeida não deixou de immortalizar em suas obras a classe popular e desfavorecida da *Belle Époque* do Rio de Janeiro. Estes personagens populares usufruíam da área central, fruto do crescimento populacional e da crise econômica, juntamente com todos os de ocupações mal remuneradas ou sem ocupação fixa, moradores dos insalubres cortiços, que se sustentavam prestando serviços irregulares ou viviam na fronteira da ilegalidade, como as prostitutas, malandros, ladrões, ciganos, ambulantes, pivetes, bicheiros e jogadores. (CARVALHO, 1987, p.17-18) E será com este duplo olhar da cidade maravilhosa, que Belmiro mostrou sua versatilidade em expor dois mundos diferentes que habitavam o mesmo lugar: o Rio de Janeiro.

A cidade ‘moderna’ está sendo destruída, construída e reconstruída pelas mãos do prefeito Pereira Passos. O exercício de *olhar* o cartão-postal feito pelo prefeito ‘demolidor’ não estava apenas nas lojas chiques da rua do Ouvidor, na avenida arborizada, nos cafés ou nos teatros, mas em todas as suas faces, muitas vezes não aparentes.

A relevância do *olhar* do artista encontra-se nas cidades que são, antes de tudo, uma experiência visual e onde a vida cotidiana assume a dimensão de um permanente espetáculo. Esta experiência do *olhar* registra contrastes persistentes entre aspectos considerados positivos e negativos da vida urbana da *Belle Époque* e produz opiniões expressas das mais variadas maneiras, por aqueles que vivem e ou falam da cidade, e dos mais variados pontos de vista de romancistas, poetas, historiadores,

urbanistas e artistas que se dedicaram à esse espetáculo único da cidade moderna. (BRESCIANI, 1998, p.238)

E será por isso que Belmiro ao mesmo tempo em que retrata Pereira Passos (1908), o símbolo da construção da cidade *Belle Époque*, da limpeza e da beleza da mesma, criticará a cidade remodelada pela caricatura, escultura e pintura. O que se pode notar, na arte do pintor, são as contradições existentes na cidade “cartão-postal”, geradas pelo mundo moderno da Belle Époque. Os melhoramentos da capital do país com a remodelação e ampliação do porto, higienização e saneamento, a abertura de avenidas e arborização, pretendiam demolir o “velho”, implantar o novo e transformar a cidade numa “Europa possível”. (SCHAPOCHNIK, 1999, p.429).

E Belmiro de Almeida não deixa de mostrar a face dura, e muitas vezes cruel, do modelo de sociedade e de cultura almejado pela elite, pois além da busca pela cidade modelo, na sua europeização, almejada na época, existe uma cultura popular, uma classe desfavorecida e “perigosa” que não seria extirpada nunca, e que era mais presente do que queriam os senhores da classe dominante.

Este artista teve seu grande e merecido salto à liberdade e à modernidade, quando seu humor e originalidade encontraram sua própria linguagem artística. E sua pintura, quase toda ela, é um friso cômico e hilariante com que ele comentava a vida.

Belmiro soube usar essa liberdade como ninguém, e no seu *olhar* caracterizou tudo o que visava no momento — fatos ou personalidades. Não vestiu os assuntos mais novos com roupas antigas e captou a aparência e o sentimento de sua época. Foi um observador curioso e crítico das realidades comuns da vida, usou para isso a rua como forma de atuação e com seu *olhar* immortalizou a imagem da cidade, tornando-se um artista que soube com desembaraço atirar-se ao modernismo, deixando as convenções antigas para abraçar corajosamente as suas belezas e extravagâncias. (ANUÁRIO DO MUSEU NACIONAL DE BELAS-ARTES, 1938-1945)

FERRARO, Juliana Ricarte. *Belmiro Almeida, an artist beyond his time. Ensaios de História*, Franca, v.5, n1/2, p.33-43, 2000.

ABSTRACT: In this article I expose the renovation of painting in Brasil, in the XIX to XX Century transition, by the hands of the carioca's painter Belmiro de Almeida, an artist graduated at Academia de Belas Artes, but with a large versatility, transiting across the painting, the sculpture and the caricature. From this last, learned the comic and ironic form to retract his epoch, and characterized all his work, breaking rules of the artistic institution.

KEYWORDS: Rio de Janeiro; Century XIX; Academia de Belas Artes; Painting and Caricature.

Referência bibliográfica

- AGOSTINI, Angelo. 'Revista Ilustrada'. Rio de Janeiro: novembro de 1890.
ANUÁRIO DO MUSEU NACIONAL DE BELAS-ARTES, 1938-1945.
BENJAMIN, Walter. Organização: Flávio Kothe. Série: Sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1985.
BRESCIANI, Maria Stella Martins. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. 4 vol. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965. (Coleção Rio 4 séculos)
GOMES, Danilo. *Antigos cafés do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos editora, 1989.
HOBBSAWN, Eric J. *A era dos impérios*. Tradução: Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
KELLY, Celso. Belmiro de Almeida. In: *Arquivos da Escola Nacional de Belas Artes*. Rio de Janeiro, 22. Maio. 1958.
LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. v.3. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963.
LUIZ EDMUNDO. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. v.3, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

- NEEDELL, Jeffrey N. *Belle Époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Tradução: Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
PEDERNEIRAS, Raul. Belmiro de Almeida. In: *Boletim de Belas Artes*, n.26, fevereiro-1947.
REIS JÚNIOR, José Maria dos. *Belmiro de Almeida (1858-1935)*. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1984.
RIBEIRO, Flexa. In: *Revista Ilustrada*. Rio de Janeiro, n.17, Junho, 1905.
SCHAPOCHNIK, Nelson. Cartões-Postais, Álbuns de família e Ícones da intimidade. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil — República: da Belle Époque à Era do Rádio*. v.3, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
SOUZA, Iara Lis F. Schiavinatto C. *Das tramas do ver: Belmiro de Almeida*. Dissertação de Mestrado, Multimeios, Unicamp: Campinas, São Paulo, 1990.

Karina ANHEZINI**

RESUMO: Por meio da análise comparativa de dois periódicos — *Comércio da Franca* e *Diário da Tarde* — que circularam durante o Estado Novo, este artigo busca desvendar as possíveis especificidades da propaganda nacionalista em Franca.

UNITERMOS: História política; nacionalismo; propaganda; Estado Novo.

A história política desfrutou de grande prestígio junto aos historiadores durante séculos, no entanto, foi recusada no início do século XX, em favor de um modelo de história defendido pela chamada *École des Annales* que privilegiou uma abordagem “econômico-social, voltada para a longa duração e para as grandes massas, apoiada em séries quantitativas” (RÉMOND, 1996, p.5). Porém, em meados da década de 70, esboçaram-se os sinais anunciadores de uma renovação da história política demonstrando que as fronteiras que delimitam o campo do político não são eternas “seu traçado conheceu muitas variações ao longo da história”. Dessa maneira, a história política voltou “às boas graças” da pesquisa histórica abordando temas tradicionais sob novas ópticas e também novas temáticas.

Temas relacionados ao Estado Novo no Brasil foram bastante estudados pela historiografia brasileira, porém notadamente nos últimos anos em decorrência desta renovação da história política, vários trabalhos com abordagens diversificadas dedicaram-se a novas temáticas tornando possível a revisão de vários aspectos deste período.

Nesta perspectiva, o objetivo deste artigo é analisar as configurações da propaganda nacionalista no Estado Novo na tentativa de

* Este artigo é parte de um trabalho mais amplo apresentado ao Curso de Graduação em História da UNESP - Câmpus de Franca como Trabalho de Conclusão de Curso.

** Graduada em História. Orientadora: Teresa Maria Malatian. Apoio: FAPESP.

desvendar as possíveis especificidades de sua divulgação na imprensa francana por meio da comparação de dois periódicos que circularam na cidade de Franca, os jornais *Comércio da Franca* e *Diário da Tarde*, sem perder de vista as vinculações com os desdobramentos mais significativos do contexto brasileiro.

O Estado Novo, instaurado por um golpe, caracterizou-se pela primazia do Executivo o qual era respaldado por uma Constituição de princípios centralizadores, hierarquizantes e nacionalistas. Esse Estado intervencionista teve à frente um líder carismático que se propunha a realizar os desígnios “universais” da nação por meio de seu poder pessoal.

Os princípios doutrinários postos em prática durante esse regime remetem às relações entre o modo de compreender a sociedade brasileira e às formas de organização política. O governo estado-novista revelou uma preocupação em produzir ou aproveitar um conjunto de princípios e idéias, — dentre eles o nacionalismo — pelos quais se auto-interpretava e justificava seu papel na sociedade. Formulados antes de 1937, estes princípios receberam uma roupagem oficial e foram usados como instrumentos de poder (OLIVEIRA, 1982).

A política estado-novista tinha como uma de suas maiores inquietações construir uma nova estratégia político-ideológica, capaz de legitimá-la frente à sociedade. Diante da preocupação em provar a existência de um consentimento popular, o Estado Novo valeu-se de diversos mecanismos, entre eles, a propaganda como instrumento na luta pela manutenção do poder (CAPELATO, 1998).

A política de massas que se desenvolveu no período entreguerras a partir das críticas ao sistema liberal teve como um elemento preponderante a *propaganda política*. Esta propaganda utilizou-se de idéias e conceitos transformando-os em imagens e símbolos apropriados para a sedução, fator de grande eficácia para o exercício do poder, pois, segundo Bourdieu (1989), o poder simbólico é um poder de construção da realidade.

No terreno das representações do poder, a propaganda política desencadeia uma luta de forças simbólicas; aí se instaura uma violência de tipo simbólico que visa ao reforço da dominação, consentimento em relação ao poder e interiorização de normas e valores impostos através das mensagens propagandistas. (CAPELATO, 1998, p. 38).

Com o intuito de apresentar alguns elementos que compuseram o cenário da propaganda nacionalista no regime varguista — que teve como base os princípios que definem o nacionalismo cultural, ou seja, os elementos pautados na tradição: língua, território, raça, identidade/alteridade — foram analisados 119 artigos do jornal *Comércio da Franca* e 148 do periódico *Diário da Tarde* que circularam no período do Estado Novo em Franca.

O periódico *Comércio da Franca* foi fundado em 30 de Julho de 1915 por José de Mello e está em circulação até os dias atuais, sob a direção de Corrêa Neves. Surgiu como “Orgam Dedicado aos Interesses Do Commercio, Lavoura, Industria e Artes” e em 1922 este slogan foi alterado tornando-se “Orgam Dedicado aos Interesses Da Literatura, Commercio, Agricultura, Industria e Esporte”, porém este cabeçalho logo desapareceu do jornal.

Durante o período estudado o jornal contava com uma publicação de dois exemplares por semana. Possuiu como diretor de sua redação Ricardo Pucci e como redatores Luiz de Lima — no decorrer de todo o período —, Vicente P. Lima — até 1944 — e Alfredo Palermo — somente no ano de 1945. O periódico contou ainda, com alguns colaboradores eventuais, dos quais pode-se destacar o repórter Cid Leal e Alberto Eliezer Filho.

O *Diário da Tarde* foi fundado em 1941 tendo como diretores: Francisco Andrade Filho e José Chiachiri. O corpo redacional era composto durante os anos de 1941, 1942 e 1943 pelos diretores e por Francisco Rodrigues de Miranda. No ano de 1944 Francisco Andrade Filho ficou como redator e diretor. No próximo ano o jornal recebeu um novo diretor, Granduque José que manteve até julho Francisco Andrade Filho como redator e a partir desta data, até o final do Estado Novo, Granduque José acumulou os dois cargos.

Esta apresentação visa apontar os primeiros indicativos da diferença de postura existente entre os periódicos, pois o jornal *Comércio da Franca* antes da instauração do Estado Novo em 10 de novembro de 1937 demonstrava um posicionamento contestatório ao governo Vargas, é o que se pode perceber no artigo “A Boa Democracia” no qual o autor afirma que “o governo central, esquecido de que vivemos numa democracia, e de que em nome e pela salvação dessa ele foi colocado

no poder — dá mão forte aos nazistas do Brasil” (Comércio da Franca, 16/5/1937), além disso, verifica-se um grande apoio à candidatura de Armando de Salles Oliveira, enquanto o periódico *Diário da Tarde* em seu artigo inaugural — 15 de Março — intitulado “A Imprensa e o Estado Novo”, explicita os seus objetivos, salientando que a política estado-novista marcou uma trilha para a imprensa, cujo lema era a “Grandeza do Brasil”.

O DIÁRIO DA TARDE nasceu dentro desse regime, sem ódios e sem vinganças, sem uma história a desvirtuar-lhe o caminho, iniciando sua jornada livre e independente, ansioso por colaborar com o estado de coisas presentes, que é somente de construções e idealizações (15/3/1941).

Os diretores do jornal — Francisco Andrade Filho e José Chiachiri — afirmam que com o advento do Estado Novo apenas permaneceu no cenário a boa e honesta imprensa, pois, segundo eles, o presidente Getúlio Vargas desejava “assegurar o progresso moral e material da Pátria” e este periódico, então, declarava ter encontrado nesta aspiração sua finalidade.

Dessa forma, pode-se perceber uma postura diferente entre os dois jornais diante do regime, pois enquanto o primeiro adequou-se sob a ação da censura, o segundo fundou-se empenhado em colaborar com o conjunto de elementos já postos na sociedade. Este primeiro indicio tomará força a partir da análise das formas como cada jornal difundia a propaganda nacionalista.

A censura dos veículos de comunicação foi efetivada por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) criado em 27/12/1939 pelo decreto-lei n.1915, órgão cuja função era centralizar e coordenar a comunicação com o propósito de obter um consenso em torno do regime que se instaurava. “Através do DIP — agência governamental — o Estado veiculava seu projeto político-ideológico, procurando firmá-lo como socialmente dominante” (GOULART, 1990, p.19).

Este departamento sistematizou o pensamento filosófico e político estado-novista divulgando as mensagens que serviam para sustentar o projeto em curso. Com a constituição de departamentos estaduais, o DIP ampliou sua eficácia. Os órgãos estaduais eram executores das diretrizes emanadas pela agência federal, sendo assim, os DEIPs (Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda) limitavam-se a seguir as vertentes de censura seguindo os conteúdos determinados pelo DIP.

O DIP exercia o monopólio dos veículos de informação, procurando garantir a uniformidade das mensagens e eliminar a contra propaganda, para que os efeitos da comunicação se ampliassem. Nas redações dos órgãos de imprensa a presença física dos censores foi uma realidade no primeiro momento do Estado Novo; depois seria substituída pela censura por telefone. Havia ainda a censura prévia, veiculada por boletins que listavam os assuntos proibidos; diante da inobservância desses critérios, o DIP multava ou suspendia o órgão infrator (GOULART, 1990, p.21).

No Estado Novo teve-se a preocupação em construir imagens — as quais muitas vezes eram divulgadas por meio da imprensa — para interpretar e justificar a política varguista convertendo-as constantemente em valores, algo inerente ao brasileiro. Estes valores estão inseridos na dimensão simbólica do mundo que confere caráter justo e necessário às ações humanas. Dessa maneira, as visões de mundo divulgadas pelo Estado tinham por finalidade desempenhar um papel de integração da sociedade, criando um todo inteligível com feição simplificadora e esquemática adequado ao convencimento.

Sendo assim, os discursos empregados neste projeto político utilizaram-se de várias temáticas para implementar o projeto estado-novista. Neste trabalho foram selecionados os temas referentes à *Unidade Nacional*, os quais foram extraídos da análise do material empírico pesquisado.

A Unidade Nacional

A propaganda política busca produzir estruturas socioafetivas que operam tendo em vista exaltar a dimensão emocional, na tentativa de provocar paixões. Neste contexto, o mito da unidade insere-se como forte elemento de convencimento social. A unidade nacional é, portanto, uma das questões centrais do Estado Novo. Segundo Ângela de Castro Gomes esta é a própria saga de nossa história, a unidade é o “objetivo do Estado; ela é a glória do ser brasileiro” (GOMES, 1996, p. 24).

Objetivando uma melhor compreensão dos posicionamentos e especificidades dos periódicos estudados, os dois serão apresentados separadamente, numa tentativa de estabelecer comparações entre eles.

O total de artigos no periódico *Comércio da Franca* referentes a esta temática é de 78, sendo 49 deles distribuídos por agências estatais e 29 produzidos pelo próprio periódico. Em 23 de Junho de 1940 um artigo intitulado “Unidade Nacional” — cujo autor não foi especificado — afirma que diante das condições determinadas pela guerra, o Brasil deve, mais do que nunca “fazer da consolidação da Unidade Nacional seu supremo objetivo”, fator que já foi implementado, pois, “a unidade nacional começa a ser estruturada, através da dinâmica do sentimento brasileiro de nossas populações, com o trabalho fecundo que decidirá os rumos de nossa civilização” (*Comércio da Franca*, 26/6/1940).

O jornalista João Ribeiro Corrêa demonstra também uma grande preocupação com as transformações ocorridas na Europa e anuncia o Brasil como o “berço da nova civilização”.

Os sofrimentos da guerra europeia desiludirão muitos povos ali agregados, que poderão abrigar-se na América do Sul, sob as leis equilibradas aqui existentes. Cremos, por isso, que o eixo da civilização, após as conseqüências desastrosas do conflito, se transferirá para esse continente, especialmente para o Brasil. (*Comércio da Franca*, 16/6/1940).

Além destes dois artigos provenientes de agências estatais, o editorial intitulado “Nova fase”, aborda este mesmo aspecto destacando que os estrangeiros até então desconheciam o povo brasileiro “gente de lutadores caldeada dia a dia na comunhão intensa dos mesmos ideais de grandeza nesta nova terra”. Contudo, no Estado Novo essa indiferença estrangeira deixou de existir e todos passaram a ter “consciência das realizações nacionais, o que torna possível, (...) nesta nova fase da vida republicana, *tomar o pulso* da nossa situação social em face das grandes potências” (*Comércio da Franca*, 18/2/1940). Verifica-se que a propaganda nacionalista enfatiza alguns elementos na tentativa de suscitar emoções.

Observa-se nestes artigos que durante a guerra as promessas de um futuro promissor se faziam mais e mais presentes. A propaganda salientava que o Brasil seria “berço da nova civilização”, “celeiro do universo”. Estes fatos evidenciam novamente uma mudança de visão, pois, no momento da Primeira Guerra Mundial a decadência da Europa proporcionou uma situação de otimismo em que o ser nacional impunha sua superioridade frente as destruições vividas pelos europeus, e por ocasião da Segunda Grande Guerra as esperanças retornaram, o que

legitimava as ações do presente e sustentava as promessas de realizações futuras.

Percebe-se nestes artigos, como define Lúcia Lippi Oliveira (1982), que a categoria nação é utilizada com o fim de obter uma identidade coletiva — esforços comuns para a construção da nacionalidade — tentando passar a imagem de que todos estão empenhados nesta mesma empreitada. Nesse sentido, fica claro que a nação assume um caráter ideológico, pois a propaganda, utilizando todos os recursos discursivos, busca legitimar a construção social da realidade efetivada pelo governo. Verifica-se ainda, a presença do novo, proposta que vinha associada às condições da realidade nacional porque de acordo com o discurso empreendido no período do pacto republicano, o país teria se obscurecido pelas idéias importadas e o regime deveria voltar-se para nossas origens, para as raízes do Brasil.

Para se estabelecer a existência de nacionalidade a temática relativa à língua apresenta-se como um dos principais critérios. A afirmação da língua falada e escrita é um componente importante na produção da nação, pois, identifica-se com a afirmação da autonomia do Estado-Nação, tanto no sentido político, quanto no econômico e no cultural (HOBBSAWN, 1991).

O editorial intitulado “Letras Nacionais” posiciona-se contrário a uma pesquisa proposta por uma revista carioca, — cujo nome não foi especificado — que questionava a respeito do melhor livro publicado no Brasil em 1943. O jornal *Comércio da Franca* afirma que qualquer pessoa preocupada com a produção literária do país sabe que este questionamento é supérfluo, pois, a maioria dos textos produzidos são traduções. Para o periódico o importante era oferecer ao público o mundo da literatura com conteúdo nacional que divulgasse a língua pátria objetivando formar um ambiente nacional de leitura, criando uma “auto educação por via de nossa própria arte literária” (*Comércio da Franca*, 1/6/1944).

Neste artigo percebe-se que o jornal afirma a inexistência de uma verdadeira preocupação com a língua nacional. Observando que este editorial foi publicado em 1944, pode-se constatar que para o jornal a questão da língua como afirmação da nacionalidade brasileira não foi

considerada com seriedade pelo Estado Novo, pois, não conseguiu, na opinião do periódico, implementar uma literatura propriamente nacional.

Outro elemento importante na propaganda foi a utilização recorrente do termo “o brasileiro”, pois, com esta generalização buscava-se reunir todos os diferentes cidadãos num corpo único e homogêneo, na tentativa de provar uma coesão da sociedade em relação ao regime. Percebe-se a preponderância de discursos ressaltando a existência do povo brasileiro como um “todo homogêneo” o qual deve seguir as diretrizes da política estado-novista. Isto pode ser evidenciado no artigo de Raul Leite, “Ou o Brasil se organiza ou perecerá”:

Brasileiro, sê patriota, segue o exemplo dos outros povos, prefere o que é teu o que é nacional, enriquecendo a tua Pátria, dando-lhe força para que ela te defenda amanhã, da cobiça desses mesmos que tu proteges hoje, preferindo os seus produtos ao produto brasileiro!. (Comércio da Franca, 20/2/1938).

Verifica-se que no artigo, a palavra “brasileiro” engloba a todos e devido a isso, na medida em que este texto direciona uma determinada postura, impõe uma conduta de “patriota” para *todos* os brasileiros com o intuito de formar uma coesão nacional.

Diferentemente do que foi verificado no jornal *Comércio da Franca*, observou-se no periódico *Diário da Tarde* um total de 90 artigos referentes à temática Unidade Nacional, sendo 68 produzidos pelos redatores do próprio jornal e 22 enviados por agências estatais. O editorial de 27 de Maio de 1941 “A Consciência Nacional e a Língua Nacional” apresenta-se como de fundamental importância para a análise da forma como a questão nacional foi difundida nas páginas do periódico, o texto tem por objetivo afirmar — como o próprio título explicita — que no Brasil há uma consciência nacional e uma língua também nacional. Apesar de extenso considera-se fundamental para o estudo citar grande parte deste artigo que parece revelar a posição do jornal em relação ao nacionalismo.

Uma das conseqüências da ação desenvolvida pelos dirigentes do Estado Novo, e não das menores — é a “consciência de si mesmo” que cada um de nós vem adquirindo. Realmente está surgindo de todos os pontos do Brasil uma consciência nacional que brota espontaneamente, e toma conta de nós. A gente começa a sentir-se a si próprio, de um modo e mais completo, e começa a sentir, também que ha “qualquer coisa” grandiosa em torno de nós. É a Pátria.

Sentimos a Pátria, e isto é novo no fenômeno humano do Brasil. Cada um de nós tem a consciência de estar trabalhando para um futuro melhor, para um futuro muito nosso... Estamos-nos sentindo donos do nosso destino, e há

qualquer coisa que nos engrandece, nisso, e nos faz crescer interiormente. É um momento histórico, o nosso, de transcendental importância para o futuro da nacionalidade. O Brasil há muito que é uma Nação. Mas agora é que está adquirindo a consciência de nação. (Diário da Tarde, 27/5/1941).

Pode-se verificar neste artigo que o sentimento de unidade do povo é expresso por meio de um sentimento de Estado, um pertencimento assegurado pelo nacionalismo da política varguista, pois apesar de ser uma nação, afirmam os redatores, somente com a instauração do Estado Novo os brasileiros adquiriram esta consciência.

Seguindo esta diretriz de apoio ao novo Estado, o editorial “O Estado Nacional” discute as funções estatais e suas diversas formas. Saliem os redatores que o fim do Estado é propiciar à sociedade a felicidade, devido a isso, o homem deve aparecer antes dos interesses. Nesta perspectiva, o liberalismo e o estatismo não respeitam o ser em sua liberdade essencial, sendo assim, estes modelos políticos não servem à nação.

Só há, portanto, um Estado legítimo: aquele que se confunde com a Nação, aquele que mergulha no sentimento do povo e respeita nele os elementos de sua estrutura e a soberania essencial do homem, com sua personalidade inalienável. (Diário da Tarde, 27/6/1941).

Partindo dessa análise a respeito daquilo que de fato para os redatores do periódico deve ser o Estado Nacional, afirmam que a nação brasileira apresenta as linhas estruturais necessárias para se intitular como tal o que permite inferir a aceitação do discurso varguista que apresenta o golpe de 1937 como um ato fundador de uma nova era para o Brasil.

Nesse sentido, o nacionalismo no Estado Novo legitimava a soberania como atributo exclusivo do Estado, além de subentender a identificação da sociedade a um destino comum originado no passado. Pressupõe-se dessa maneira, que o país constituía um todo orgânico, cujos objetivos se realizavam por meio do Estado.

Segundo Ângela de Castro Gomes (1996) as nações e nacionalismos modernos são sofisticadas construções políticas estatais, pois, trata-se de uma “estratégia operacional” de construção da nação, na tentativa de delimitar um espaço de igualdade que supera as diversidades de um Estado organizado territorialmente. Dessa maneira, projetar o Estado Nacional significa construir uma nova nação, o que se faz por

meio de um novo modelo técnico administrativo de Estado. É nesses momentos que a atenção daqueles que dirigem o Estado busca uma nova legitimidade, voltando-se para a mobilização de recursos simbólicos considerados essenciais e de forma alguma secundários ou reflexos da realização de seus projetos.

No dia 11 de novembro de 1941 José Chiachiri publicou na primeira página o artigo "Espírito Novo do Brasil" e ao lado um comunicado a respeito das "Comemorações de 10 de novembro" com a foto de Getúlio Vargas no centro da página. Chiachiri ressalta que antes do Estado Novo vivia-se numa onda de pessimismo, pois, ideologias políticas estranhas apaixonavam os cérebros. O 10 de novembro veio assim, "revigorar os ideais dos cidadãos do Brasil Novo". "O 10 de novembro vai encontrar hoje, entre os que trabalham para si e para a Pátria, o glorioso prefácio de uma história bonita que começa a ser escrita" (Diário da Tarde, 11/11/1941).

Neste mesmo artigo Chiachiri noticia todas as comemorações realizadas em Franca e comunica a realização do Congresso de Brasilidade que consta de alocações proferidas por meio do microfone da Rádio Clube Hertz de Franca.

Percebe-se um alto teor de crítica à experiência da Primeira República, pois nestes artigos é dada a dimensão de que o Estado Novo instaurou um novo curso para a História. Evidencia-se nestes discursos que a existência do território e do povo não era suficiente para a formação da nacionalidade, pois para isto foi necessária a constituição de um "Estado Nacional forte e centralizador".

A grande tônica do discurso do periódico é a proposta de fundação de um novo Estado, pois é confiada à política pós-37 uma dimensão restauradora daquilo que seria o "verdadeiramente nacional", surge a imagem do Estado Novo como salvador da nacionalidade.

A questão da unidade é retomada pelos discursos que evidenciam os fatores geográficos, históricos e econômicos além de construir a essência da personalidade nacional. É o que se pode verificar no artigo intitulado "Nacionalismo", no qual Chiachiri afirma que desde o fim do *Segundo Reinado*, o "povo" brasileiro começou a compreender o que era trabalhar em benefício da pátria. Porém, considera a Primeira República um período corrompido pelas oligarquias, em que muitos se vendiam

aproveitando-se das oportunidades. Dessa forma, "o nacionalismo não poderia imperar num povo onde a aspiração, o desejo de servir a Pátria sinceramente, a edificação moral e política, falseavam diante das mais perversas tramas de raposas manhosas".

Com a aproximação da Declaração de Guerra o jornal adota uma linguagem ainda mais eloqüente na tentativa de mobilizar a sociedade francana. O artigo de 20 de agosto de 1942 noticia a reação dos francanos frente aos ataques do *Eixo* ocorridos no Atlântico. Comunica uma grandiosa passeata onde *todas* as autoridades discursaram, *todo* o comércio baixou as portas e *todo* o povo participou. O *Comércio da Franca* também comunica este fato ressaltando que milhares de pessoas foram para as ruas, porém dá uma dimensão apenas de passeata do povo, já o *Diário* cita todas as autoridades que participaram. Esta diferença deve-se ao fato de que foi uma comissão do *Diário* que fez boletins e distribuiu pela cidade convocando a população e as autoridades para a manifestação, para prestar homenagem àqueles que morreram.

Dois dias após a passeata e o comício que reagiram ao torpedeamento de cinco navios brasileiros, foi ressaltado no artigo "O desabafo da alma bandeirante" o patriotismo dos francanos "o comício realizado ante-ontem na praça da Matriz revelou antes de mais nada, uma extra-vasão da alma popular de Franca. (...) Os milhares de homens que enchiam o largo representavam todas as classes sociais de Franca. Estudantes, intelectuais, operários e autoridades saíram em passeata, destacando-se o prefeito local que, num gesto de brasilidade esteve em todos os lugares onde os manifestantes vibraram em defesa dos interesses mais profundos de nossa democracia" (21/8/1942).

Além de ressaltar a importância deste acontecimento, Miranda convoca a rádio Hertz para a realização de campanhas, seguindo o exemplo da rádio Tupy do Rio de Janeiro, dando espaço para a voz do povo, para ganhar mais o coração dos francanos.

Após esta movimentação promovida pelo *Diário da Tarde*, José Chiachiri comunica a fundação da *União Nacionalista de Franca*.

Nessa manifestação de civismo que empolga a todos os brasileiros, diante da atual situação do Brasil, motivada pelo bárbaro torpedeamento de navios indefesos, e conseqüentemente o Estado de Beligerância entre o governo da República do Brasil, com os países agressores Alemanha e Itália, o "Diário da Tarde", tem tomado parte saliente, à frente de todas as iniciativas que visem o

bem estar da Pátria, numa hora em que ela mais necessita de seus filhos. Assim é que, ontem, à 13 horas, reunido na redação do "Diário", um grupo de brasileiros de verdade e amigos sinceros do Brasil, foi fundada a UNIÃO NACIONALISTA DE FRANCA. Essa patriótica instituição tem por finalidade auxiliar o Governo Nacional da defesa da Pátria e combate ao "quinta-colunismo". Aliás, essa fundação se tornava necessária, como necessário se torna a vigilância de todos os brasileiros em torno dos atos dos maus estrangeiros e mesmo nacionais, que visem perturbar a ordem pública, numa ocasião em que dela precisamos. (Diário da Tarde, 24/8/1942).

Após a fundação, foi enviado ao presidente Getúlio Vargas um telegrama comunicando o feito e pedindo aprovação. Esta *União Nacionalista* é um elemento fundamental para a compreensão do direcionamento do jornal *Diário da Tarde*, pois mostra o engajamento destes intelectuais francanos em relação aquilo que eles acreditaram ser a causa nacional. Esta iniciativa pode ser analisada como uma declaração total de alinhamento às diretrizes que permearam a política varguista.

Nestes artigos pode-se perceber em que medida a guerra foi elemento fundamental para incentivar este sentimento/apelo de unidade nacional. Novamente vê-se a tentativa de efetivar a idéia de um todo harmônico que precisa ser defendida contra qualquer anomia social.

"E os brasileiros necessitam agora, mais do que nunca, de união. União estreita, de colaboração mútua, sem dissensão de ânimos, já que a guerra tem de se processar no próprio lugar em que vivemos, porque em cada parte do território nacional, há de haver um "quinta-colunista, traidor miserável, esperando apenas um conflito de idéias entre brasileiros para semear a discórdia e o pessimismo" (Diário da Tarde, 26/8/1942).

Diferentemente do *Comércio da Franca*, o periódico *Diário da Tarde* pode ser caracterizado por se empenhar em empreitadas denominadas por Chiachiri, de *Campanhas Cívicas*. Além da criação da *União Nacionalista de Franca*, outra iniciativa do *Diário* a ser salientada pedia aos operários francanos que destinassem um dia de salário para colaborar com os custos da Guerra. O jornal de José Chiachiri esteve constantemente envolvido também, em promover manifestações de apoio nas datas dos aniversários do Estado Novo, de Getúlio Vargas e de todas as medidas tomadas pelo "Chefe da Nação".

Outra especificidade do periódico em relação a seu concorrente (*Comércio da Franca*) foi a grande importância dada aos atos locais referentes à política nacional, as atividades desenvolvidas em Franca

eram sempre incentivadas e muitas vezes coordenadas pelo jornal *Diário da Tarde* cujas instalações funcionavam — nestas ocasiões — como sede de organização dos eventos. No trecho citado abaixo pode-se observar o intuito que se caracteriza também na prática efetiva do jornal quanto ao seu papel de ligação direta entre a política nacional e local.

O *Diário da Tarde*:

... tudo há de fazer, dentro de suas possibilidades, para que de Franca, parta sempre uma voz nacionalista, bem brasileira, ao encontro dos magnos problemas, que entrarão em estudo por aqueles em cujos ombros pesa a responsabilidade de nossos destinos. Haveremos, embora dentro das nossas modestas possibilidades, nos identificar com os problemas e fatos nacionais, recuaremos dos tempos dos "serões", onde se contam velhas histórias, sentir-nos-emos presos aos encantos da terra e à tradição de nossa gente. (Diário da Tarde, 3/1/1944).

Neste artigo Francisco Andrade Filho sintetiza a prática política desempenhada por este jornal na cidade de Franca, pois demonstra o engajamento destes intelectuais que tomaram a propaganda nacionalista como um objetivo do periódico.

Verifica-se na propaganda dos dois jornais que as categorias de pátria e nação são utilizadas visando obter um tipo de identidade coletiva, porém percebe-se que o corpo redacional do *Comércio da Franca* não demonstra nenhum empenho em produzir artigos a respeito desta temática. No entanto, o *Diário da Tarde* mostra uma intensa preocupação com a identidade nacional e afirma enfaticamente que a responsabilidade por este país ter se tornado uma nação é de Vargas e do Estado que se formou em 10 de novembro de 1937.

A propaganda nacionalista cria idéias, sobretudo, a respeito da nação e do poder do Estado fazendo com que estas imagens expliquem as relações sociais e políticas, pois por meio de um "*conjunto coerente e sistemático de imagens e representações*" faz do *aparecer social* a própria realidade concreta (CHAUÍ, 1997).

Nesse sentido, com base nas análises dos artigos pertencentes aos dois periódicos constataram-se diferenças nos posicionamentos do *Comércio da Franca* e do *Diário da Tarde*, pois o segundo mostrou-se empenhado em construir imagens míticas de Vargas afirmando que a responsabilidade por este país ter se tornado uma nação foi de Getúlio e do Estado que se formou em 10 de novembro de 1937 enquanto o

primeiro apenas divulgou, na maioria das vezes, a unidade nacional por meio de artigos enviados por agências estatais e se expressou quando foi possível, em 1945, descontente com a política varguista.

Verifica-se dessa maneira, que os redatores do *Comércio da Franca* omitiram-se devido ao posicionamento contrário ao regime, no entanto os redatores do *Diário da Tarde* apresentaram-se como verdadeiros “despertadores” (Sirinelli, 1996) da população francana. Por meio da análise deste periódico foi possível demonstrar a especificidade da propaganda política em Franca, ou seja, a releitura efetuada pelos redatores do *Diário* resultou numa propaganda nacionalista com aspectos novos, pois tentavam inserir o local, a população francana.

Todavia, este trabalho permitiu verificar que tanto o periódico *Comércio da Franca* quando publicava em sua maioria, artigos enviados por agências estatais impulsionado pela censura — a qual demonstrou-se essencial na imprensa do interior, pois não possibilitou uma posição explícita de descontentamento deste jornal com o regime varguista — quanto o *Diário da Tarde* que produzia seus próprios artigos destacando sempre o empenho local em atitudes de apoio ao regime, propagaram de formas diferentes a propaganda nacionalista que tinha o objetivo de garantir uma integração coletiva, visando construir o sentido da nacionalidade forjada na idéia de uma unidade nacional.

ANHEZINI, Karina. Nationalist propaganda in New State: Franca 1937-1945. *Ensaios de História*, Franca, v.5, n.1/2, p.45-59, 2000.

ABSTRACT: By the comparative analyse of two periodicals – *Comércio da Franca* and *Diário da Tarde* – that circulated during the New State period, this article searches uncover possible specificities of the nationalist propaganda in Franca.

KEYWORDS: Political History; nationalism; propaganda; New State.

Fontes impressas

MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL “JOSÉ CHIACHIRI”

Periódicos

Comércio da Franca (1937-1945)

Diário da Tarde (1941-1945)

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, B. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- BEIRED, J. L. B. *Autoritarismo e nacionalismo: o campo intelectual da nova direita no Brasil e Argentina (1914-1945)*. São Paulo, 1996. Tese de Doutorado – FFLCH, USP.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- CAPELATO, M. R. R. *Os arautos do liberalismo: Imprensa Paulista. 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papyrus, 1998.
- CARONE, E. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976.
- CHAUÍ, M. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: CEDEC/ Paz e Terra, 1978.
- _____. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 7.ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- FREITAS, M. C. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- GOMES, Â. C. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GOULART, S. *Sob a verdade oficial*. CNPq / Marco Zero, 1990.
- HOBSBAWN, E. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- LEITE, D. M. *O caráter nacional brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1969.
- LENHARO, A. *Sacralização da política*. Campinas: Papyrus/ Ed. UNICAMP, 1986.
- MALATIAN, T. *O Estado Novo*. Franca/SP: UNESP, 1986.
- OLIVEIRA, L. L. e outros. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- ORTIZ, R. *Cultura Brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RÉMOND, R. Por que a história política? *Estudos Históricos*. v.7, n.17, 1996.
- _____. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- SIRINELLI, J. F. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

DE TODA PARTE OUVI-SE O RECEIO DE UMA INSURREIÇÃO:
INTERVENÇÕES JUDICIAIS NAS RELAÇÕES ENTRE SENHORES E SEUS
POUCOS ESCRAVOS

Ricardo Alexandre FERREIRA*

RESUMO: O presente artigo aborda a temática da criminalidade escrava em meados do século XIX, bem como a interferência da justiça na relação entre senhores e cativos numa região predominantemente rural dotada de poucos escravos, em consonância com o cenário mais amplo do cativo de africanos e seus descendentes no país.

UNITERMOS: Escravidão; criminalidade; rebeldia escrava; cotidiano; justiça.

Muitos autores que integraram a historiografia da escravidão a partir das décadas de 1980 e 1990 — sobretudo por ocasião do centenário da abolição oficial do cativo no país — passaram a conceber em seus estudos um rol bastante diversificado de ações praticadas por cativos como demonstrações da capacidade destes de intervir em seus destinos, ou mais precisamente, de serem sujeitos de suas próprias histórias. Estes autores ressaltaram que os escravos não eram senhores absolutos de suas vivências, pois permaneciam propriedade, no entanto verificaram que as atitudes dos cativos — em muitos casos — marcavam e condicionavam significativamente a relação com os senhores. Neste sentido, em seu cotidiano os cativos negavam a condição de “coisa” que lhes foi imposta tanto por muitos de seus contemporâneos quanto por alguns estudiosos que se debruçaram sobre esta temática da história brasileira⁵.

Admitindo-se para a relação senhor-escravo uma dinâmica de *negociação e conflito*, verificou-se, por exemplo, que a prática de crimes

* Graduado em História. Orientadora: Alzira Lobo de Arruda Campos. Bolsa de Iniciação Científica: FAPESP

⁵ No presente artigo não é possível apresentar em toda a sua complexidade este debate historiográfico, no entanto tratei a temática de forma mais ampla em: FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Escravidão e criminalidade*: Franca - século XIX. Franca, 2000. Trabalho de Conclusão de Curso em História – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP.

violentos (homicídios, lesões corporais entre outros) cometidos por cativos contra a figura senhorial, foram muitas vezes situações limite antecedidas por um conjunto de mediações e resistências determinadas cotidianamente. Desta maneira, multiplicaram-se as nuances a serem consideradas para a compreensão do regime escravista brasileiro, evitando — como se evidenciou na historiografia precedente — chegar a conclusões baseadas em generalizações temporais e geográficas.

Nesta perspectiva, o presente artigo tem por objetivo abordar brevemente — por meio da apreciação de um processo criminal constituído para apurar uma insurreição de escravos na comarca de Franca-SP — a temática da criminalidade cativa em meados do século XIX, bem como um de seus desdobramentos principais, ou seja, a interferência da justiça na relação entre senhores e escravos numa região predominantemente rural dotada de um número reduzido de cativos, em consonância com o cenário mais amplo do país.

Escravos rebeldes: as notícias percorriam o país

Embora não tenha sido uma especificidade do último século do cativo oficial de africanos e seus descendentes no Brasil, a historiografia demonstra que nas localidades de grande concentração de escravos, fossem elas rurais ou urbanas, e conseqüentemente nas argumentações de alguns autores da época favoráveis ao fim gradativo da escravidão no país — tais como José Bonifácio (conf. Silva, 1999) —, verificava-se uma expectativa temerária de que no Brasil pudesse ocorrer um episódio semelhante à rebelião de escravos que culminou com o fim da escravatura e na independência do Haiti (na época São Domingos) em fins do século XVIII, a qual configurou-se como a única revolta de escravos bem sucedida das Américas. O *levante dos Malês* ocorrido em Salvador na Bahia em janeiro de 1835 — apesar de fracassado — deu novo impulso a essas idéias (REIS & SILVA, 1989).

Os reflexos deste temor manifestaram-se — entre outras atitudes — na criação de uma lei bastante severa. De acordo com Perdigão Malheiro, a lei excepcional de 10 de junho de 1835, em seu artigo 1º estabelecia:

Serão punidos com a pena de morte os escravos ou escravas, que matarem por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente, ou fizerem qualquer outra ofensa física, a seu senhor, a sua mulher, a descendentes ou ascendentes que em sua companhia morarem, o administrador, feitor, e às suas mulheres que com eles viverem. Se o ferimento ou ofensa física forem leves, a pena será de açoites, à proporção das circunstâncias mais ou menos agravantes (Malheiro, 1976, p.43).

Acresce, que nas regiões de grandes lavouras exportadoras do sudeste brasileiro, dotadas de médias e grandes escravarias, detectou-se um aumento na ocorrência de crimes cometidos pelos cativos após o fim do tráfico internacional de escravos africanos (1850), sobretudo nas décadas de 1860 e 1870. Alguns autores⁶ abordaram esta temática em suas obras com o fim de verificá-la em relação ao processo mais geral de desagregação do sistema escravista no país.

A primeira hipótese levantada, explica que após o fim do tráfico as grandes unidades produtoras — sobretudo as cafeeiras — verificaram uma grande defasagem de mão-de-obra que obrigou os senhores a recorrerem ao tráfico interprovincial, comprando escravos de pequenos proprietários e principalmente, os que vinham do Norte do país. Estes escravos, acostumados a ritmos específicos de vida em suas regiões de origem, mostravam-se revoltados tanto em relação aos novos critérios de trabalho, quanto às relações familiares destruídas, tais como: casais separados e filhos retirados de suas mães. Este dado associado ao número cada vez maior de braços necessários para o trabalho teria estimulado as solidariedades entre os cativos, que em resposta a esta situação cometiam crimes contra senhores, feitores, administradores e logo após, em muitos casos, iam entregar-se à polícia.

⁶ AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites — século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; CHALLOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987. Idem. *O Plano e o pânico*. Rio de Janeiro: UFRJ, EDUSP, 1994; MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec, 1998.

No entanto, de acordo com Maria Helena Machado a temática da criminalidade repousou em um conflito muito mais complexo do ponto de vista das questões da autonomia escrava e da problemática do trabalho fiscalizado no processo de transição:

Por um lado, o sistema disciplinar das fazendas, na medida em que exigia ritmos de trabalho cada vez mais concentrados, sobretudo nas áreas em que a cafeicultura expandia-se, como as novas regiões à Oeste, tendia a engolir as margens de autonomia dos plantéis. De outro, porém os grupos de escravos passavam a reivindicar, mais e mais abertamente, o cumprimento daquilo que se percebia como obrigações senhoriais. Um ritmo de trabalho próprio ao grupo, a injustiça dos castigos, os direitos à folga semanal, a alimentação, o vestuário, o recebimento de estipêndios pelo trabalho realizado a mais e a manutenção de uma economia independente na forma das roças de pequeno comércio foram, muitas vezes, os argumentos que em seu conjunto justificaram os ataques violentos dos plantéis contra os senhores e feitores (Machado, 1994, p. 25).

Em *Das Cores do Silêncio*, Hebe Maria Mattos retoma a questão, e de posse das análises dos trabalhos que lhe antecederam, bem como das fontes por ela compulsadas, apresenta sua argumentação:

Não se pode tirar nenhuma inferência de apenas poucos casos de que os cativos comprados no tráfico interno tivessem uma propensão ao assassinato de senhores e feitores maior ou menor do que os outros escravos (...) Parece-me mais lógico supor que a agressão violenta a estes, especialmente aos feitores, permaneceu sempre uma possibilidade inerente à própria violência estrutural da dominação escravista, contida, entretanto, em limites suportáveis. O que se destaca é o caráter específico que as agressões aos feitores e senhores tomavam, quando escravos, que conheceram outras experiências de cativeiro eram os seus autores (Mattos, 1998, p.156).

Mesmo com diferenças em suas abordagens, análises e conclusões, os autores concordam que a criminalidade perpetrada pelos cativos realmente aumentou após o fim do tráfico nas regiões onde predominavam as grandes lavouras monocultoras, em última instância pela confluência em maior ou menor grau dos aspectos ressaltados por cada um. No entanto, em localidades onde a economia predominante não era a da grande lavoura e, portanto o número de escravos era menor — tanto em seu valor total quanto por senhor — pôde-se observar o movimento inverso, ou seja, um decréscimo do número de crimes cometidos no decorrer das últimas décadas até o fim da escravidão. Este dado foi constatado por Maria Cristina Cortez Wissenbach (1998) ao estudar a criminalidade escrava em São Paulo a partir da década de

1850. A autora relacionou a queda do número de crimes com a necessidade da venda de cativos para outras regiões da Província, as quais necessitavam de braços escravos após o final do tráfico internacional.

Verifica-se, portanto, que a temática da criminalidade cativa — fosse ela individual ou coletiva — manifestou-se constantemente no cotidiano da sociedade oitocentista brasileira, sobretudo nas regiões de maior concentração de escravos.

Comarca de Franca: poucos escravos – receios presentes

Após realizar um breve esboço do cenário mais geral da criminalidade escrava, faz-se necessário apresentar algumas características da principal localidade da Comarca de Franca no século XIX, para que seja possível abordar a criminalidade cativa nesta localidade e mais especificamente o processo criminal apontado como objeto deste artigo.

A cidade de Franca, localizada no nordeste do Estado de São Paulo, formou-se na região que no século XVIII era conhecida como “Belo Sertão dos Goyazes”, cortada pela “Estrada dos Goyazes”, um caminho aberto pelo primeiro Anhanguera (com base em antigas trilhas indígenas) e retomado pelo segundo em 1725. Esta estrada ligava a região de Campinas (acesso à sede da capitania e ao mar), até a localidade de Vila Boa de Goiás passando pelas terras — primeiramente habitadas pelos índios Caiapó — onde mais tarde (1805) criou-se a “Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Franca”. Evidencia-se que ainda no século XVIII, por ocasião da descoberta de ouro em Goiás, o fluxo de pessoas na estrada foi consideravelmente elevado, sobretudo por paulistas, que se embrenhavam na direção do sertão, alguns se estabelecendo em pousos nas margens do caminho, porém estes não foram os elementos consumidores do povoamento da região. Na mesma época (fins do século XVIII) verificou-se uma grande migração de mineiros para a extensão de terras compreendidas entre os rios Pardo e Grande (na qual localiza-se Franca), homens saídos de suas terras natais, devido à decadência do ouro mineiro em busca dos “campos de criar”. Juntamente com essa população de mineiros vieram para a região — na qual em 1824

foi "erecta" a Vila Franca do Imperador — os escravos africanos, que foram principalmente utilizados no trabalho de criação do gado vacum, produto reinante na economia local até meados do século XIX, onde a produção em maior escala do café só chegou no último quartel dos oitocentos (CHIACHIRI FILHO, 1986).

Lélio Luiz Oliveira (1997), estudou a economia francana do século XIX, utilizando como fontes principais os inventários "post-mortem" de dois períodos: 1822/1830 e 1875/1885, neste trabalho o autor verificou a diversidade da economia local em que a pecuária representou a principal atividade. A partir de fins da década de setenta detectou nesta documentação o início do cultivo de café, e afirma que dos inventários analisados na segunda fase (1875/85), todos os proprietários de lavouras cafeeiras eram também criadores de gado, destes, apenas 50 % possuíam escravos. Porém, no transcorrer do século o autor observou que a economia da cidade era composta de outros elementos, tais como: a criação de animais cavalares, carneiros, cabritos, pavões com destaque ainda, para a produção de suínos. Associado à criação de gado estava o comércio do sal, que vinha do litoral transportado em carros-de-boi (segundo o autor 16,3% do rebanho bovino presente nos inventários era composta de "bois de carro") e era redistribuído para outras localidades próximas — tal era a sua importância que a "Estrada dos Goyazes" passou a chamar-se "Estrada do Sal". As propriedades também eram dotadas de plantações que produziam milho, arroz, feijão, mandioca, entre outros, principalmente para o próprio consumo e com vistas ao mercado interno regional. O autor também ressalta a importância de alguns focos de mineração, que durante o século, juntamente com a tecelagem, alguns experimentos industriais como engenhos de açúcar e aguardente, e ainda atividades artesanais realizadas com o couro (selarias e sapatarias) integraram a diversidade econômica regional.

A mão-de-obra necessária para o desenvolvimento das atividades econômicas acima especificadas contava — além dos escravos — com a utilização de homens livres (agregados e camaradas), elementos da própria família dos proprietários, e no fim do século — com o advento do café e a chegada da ferrovia na cidade — a incorporação de mão-de-obra estrangeira, fatores que colaboraram para que Franca apresentasse senhores com pequenas posses de escravos:

Tabela 1 - Quantidade de escravos possuídos por proprietários

Quantidade de escravos	1822/1830 % de proprietários	1875/1885 % de proprietários
1 a 5	73,4	64,8
6 a 10	20,0	20,6
11 a 15	3,3	8,8
16 a 20	3,3	2,9
21 a 25	—	2,9
Total	100%	100%

Fonte: AHMUF - Processos de Inventário, 2º Ofício Cível, cx. 2 a 4 - 1822/30 e cx. 27 a 32 - 1875/85 (Oliveira, 1997, p.83).

Para um melhor entendimento da divisão de cativos por senhor, Oliveira detalha as posses de escravos do maior número de proprietários (de 1 a 5), respectivamente quanto ao primeiro e segundo períodos por ele analisados:

Mais da metade dos proprietários (73,4%) possuíam em seus quadros de um a cinco escravos e entre estes, 13,4% possuíam um só cativo; e essa mesma porcentagem (13,4%) era atribuída a senhores com apenas dois escravos. Há registros ainda de senhores (16,7%) que possuíam quatro escravos, sendo que a maior porcentagem dos proprietários (20,3%), mantinha plantéis de cinco cativos (...) os plantéis de 64,8% dos proprietários do segundo período tinham entre um e cinco cativos. Entre estes, 14,8% possuíam apenas um escravo; 23,6% dois; 17,8% três e 8,9% dos senhores possuíam 5,8 escravos. Não encontramos proprietários com plantéis constituídos por cinco escravos (Oliveira, 1997, p. 83, 84 e 87).

Buscando melhor precisar o número de cativos no cômputo total da população de Franca, Dimas José Batista (1999) observa que as estatísticas demográficas para a região, no século XIX, apresentam dissonâncias em seus números: Francisco Camargo — na obra *Crescimento populacional no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos* — afirma que a parcela escrava da população de Franca nos oitocentos variava entre 10 e 15% do total de habitantes. Já Daniel Pedro Müller em seu livro *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo*, apresenta para o biênio 1836-37 uma população de 10.664 habitantes, dos quais 3.443 eram escravos e 7.224 livres, ou seja, aproximadamente 30% de cativos no total da população.

Portanto, de posse dos estudos acima citados é possível afirmar que na Vila Franca, bem como nas demais cidades que compunham a Comarca, o número de cativos era bastante reduzido principalmente em virtude do tipo de economia predominante nesta região durante os oitocentos. Estudos de demografia escrava relativos ao período compreendido entre fins do século XVIII e princípios do XIX concluíram que o maior número de cativos no Brasil estariam justamente em locais de predomínios das pequenas posses de escravos o que demonstra a importância de se estudar as relações sociais dos cativos em áreas com esta configuração escravista (conf. MATTOS, 1998).

Tabela 2 – Crimes cometidos por escravos no Município de Franca 1830 - 1888

Delito	Século XIX Décadas						Total
	30	40	50	60	70	80	
Contra a Pessoa	9	10	12	12	11	6	60
Contra a Propriedade	1	-	3	2	1	2	9
Contra a Ordem Pública	-	-	3	1	-	-	4
Outros Tipos	-	-	-	1	-	2	3
Total	10	10	18	16	12	10	76

Fonte: Cartório do 1º Ofício Criminal de Franca, Processos Criminais 1830-1888, Arquivo Histórico Municipal de Franca – “Capitão Hipólito Antonio Pinheiro”.

A tabela 2 foi elaborada com base nos moldes sugeridos pela historiografia dedicada ao estudo da criminalidade escrava no Brasil, abrangendo todos os processos criminais — disponíveis até o presente — nos quais escravos foram indiciados como réus no Município de Franca, produzidos na vigência do Código Penal do Império do Brasil. A abordagem metodológica adotada no trato com fontes criminais para a compreensão de comportamentos sociais, sugere que esses números não sejam tomados de forma absoluta sendo necessário considerar sempre uma possível sub-representação dos autos detectados e compulsados pelo pesquisador (MACHADO, 1987). Neste artigo, a presente estatística tem a função de possibilitar a compreensão do processo criminal específico — que logo será abordado — em relação ao cenário mais geral da criminalidade praticada por escravos no mesmo período em outras

regiões do sudeste brasileiro — como já mencionado — intimamente ligado ao restante do país.

A quantificação dos processos relativos à Município de Franca apresenta em seus valores totais o mesmo decréscimo verificado por Wissenbach (1998) na comarca de São Paulo. *Grosso modo*, os números permanecem constantes, mas pode-se verificar a diminuição de dezoito crimes na década 1850 para dez na de 1880.

É possível levantar alguns questionamentos: Quais as razões desta ocorrência em Franca? Ela estaria imediatamente vinculada ao fenômeno da venda de escravos para as regiões de grandes lavouras, de acordo com a falta de mão-de-obra e conseqüente aumento dos preços pelos quais eram vendidos os cativos após o final do tráfico internacional?

Algumas informações para a elucidação destes questionamentos estão nos dados levantados por Batista (1999), referentes aos contratos de compra e venda e também às cartas de alforria de cativos registradas em Franca no século XIX. A análise dos dados apresenta-se dificultada em virtude da não exposição dos números de escravos vendidos por senhores francanos, separadamente, privilegiando o volume de transações efetuadas. Mesmo assim, pode-se verificar mudanças bastante significativas no comércio de escravos em Franca no período por ele estudado.

De acordo com Batista (1999), o número de escrituras de compra e venda de cativos subiu de 58 entre 1828 e 1859, para 285 entre 1860 e 1870 num total de 709 transações efetuadas até o final da escravidão. Ou seja, aumentou aproximadamente 491,37% no mesmo período em que a criminalidade caiu de dezoito para dezesseis crimes. De acordo com o autor, do número total de escrituras por ele pesquisadas (709) apenas 9,30% referem-se a transações efetuadas para outras cidades da Província de São Paulo. Fator que descarta a possibilidade de Franca ter inserido-se expressivamente no quadro de proprietários de pequenas posses que venderam seus escravos para as regiões das grandes lavouras paulistas. No que tange aos outros negócios registrados 65,72% referiu-se a transações que o autor denominou intramunicipais, e o restante foi de negócios realizados para as demais províncias ou por moradores de outras localidades. Em relação às alforrias, o aumento mais considerável só foi verificado na década de 1880 quando o número de

cativos alforriados subiu de cinqüenta (registrados na década de 1870) para trezentos e onze. No mesmo período, a criminalidade caiu de doze para dez crimes.

Portanto, é possível verificar que enquanto nas grandes unidades produtoras paulistas, após a década de 1850, a tendência foi aumentar o número de cativos, em Franca verificou-se que apesar de aumentarem as transações, em sua maioria tratou-se de negociações realizadas dentro do próprio município. As alforrias, contudo, só aumentaram consideravelmente, no final do século, demonstrando a mesma tendência verificada nas demais regiões da Província de São Paulo.

Conclui-se então, que a hipótese mais plausível é de que a criminalidade escrava em Franca diminuiu em virtude do predomínio de uma dinâmica interna das transações comerciais de cativos na própria localidade.

Porém, se é possível afirmar que no plano material Franca não assimilou a dinâmica das grandes lavouras (tanto não lhes fornecendo um número expressivo de escravos, quanto nas dimensões de suas posses cativas), no que concerne à mentalidade das autoridades locais quanto à prudência em relação aos cativos, pode-se verificar que em alguns aspectos o mesmo não se confirma.

No mês de abril de 1865, vários boatos tomaram conta da região compreendida pelo município de Franca. Os comentários davam conta de que os escravos da região de fazendas conhecida como Chapadão (em Santa Rita do Paraíso - Município de Franca), haviam encomendado armas a um ferreiro com a finalidade de insurgirem-se contra seus senhores.

Inteirando-se dos fatos, o Promotor tratou de proceder à denúncia contra os acusados:

Ilmo. Sr. Delegado de Polícia

O Promotor Público desta Comarca vem denunciar a Vossa Senhoria Damazo de Tal, com a profissão de ferreiro e morador no distrito das Canoas, Termo de Passos (MG) (...) pelo fato que passo a referir: Este Damazo foi incumbido pelos escravos de Dona Ana Euzébia Carolina Diniz, Feliciano Severina Diniz e Cyrilla [nora de Feliciano], viúvas e moradoras no distrito de Santa Rita do Paraíso [Município de Franca], para fabricar um grande número de azagaias e chuços a fim de insurgirem-se. Antonio Borges, morador no mesmo distrito, foi disto avisado e participou a seu cunhado Francisco Severino, cuja mulher comunicou a seu irmão José Joaquim Ferreira, o qual mandou um

indivíduo à casa de Damazo para verificar. E, com efeito, verificou que Damazo tinha aquela incumbência dos ditos escravos. Acresce que consta haver na Fazenda de Dona Anna Euzébia, dois escravos fugidos e estranhos, [ao que parece] andam aliciando seus parceiros para insurgirem-se. A vista dos boatos que tem aparecido, e de algumas falas, é provável e muito presumível o fato denunciado, pois que de toda parte ouve-se o receio de uma insurreição (Grifos meus). Cumprindo que se atalhe um mal iminente, e de conseqüências tão funestas, venho dar a presente denúncia. (Cartório do 1º Ofício Criminal de Franca, Processo n.634, cx. 22, folha 02, 1865, AHMUF).

Em virtude da denúncia do Promotor, o ferreiro Damazo foi preso em sua casa. De acordo com o comandante da escolta que efetuou a prisão: logo que chegaram à casa do ferreiro, esta foi cercada. Damazo — segundo ele próprio, pensando que os soldados estavam ali para levar seus filhos para a guerra — resistiu à ordem de prisão com uma “garrucha de pedra”. As supostas encomendas dos cativos não foram encontradas, apenas quatro armas de fogo que o ferreiro tinha em sua residência. Interrogado, Damazo negou que tivesse recebido encomenda de escravos para fabricar chuços e azagaias, alegando ainda, que jamais havia feito tais armas. Em relação ao conhecimento que tinha com as senhoras e os referidos cativos, o acusado disse que foi algumas vezes até a fazenda das viúvas tratar de escravos doentes como curandeiro.

Quanto aos escravos, o delegado expediu um mandado de prisão, ordenando que uma escolta da Guarda Nacional fosse até a fazenda das referidas viúvas, e lá prendessem todos os escravos com mais de dezesseis anos. Cumprido o mandado, a escolta prendeu 20 cativos, sendo: nove de Dona Anna Euzébia, quatro de Dona Feliciano, quatro de Dona Cyrilla de Tal e três de Antonio Joaquim da Silva.

O número de vinte escravos presos não foi ocasional, sobretudo se for considerado que os escravos de Antonio Joaquim da Silva nem constavam da denúncia. Uma possível explicação está no próprio Código Criminal: “Capítulo IV – Insurreição – Art. 113. Julgar-se-a cometido este crime, reunindo-se vinte ou mais escravos para haverem a liberdade por meio da força” (PIERANGELLI, 1980, p.200).

No entanto, apenas 19 cativos foram qualificados, pois Antonio Joaquim da Silva solicitou ao delegado a soltura de um dos seus escravos, alegando a total impossibilidade de conduzir o trabalho em sua fazenda sem os cativos. Na petição que enviou ao Juiz, Antonio queixava-

se ainda de que vários instrumentos de sua propriedade foram utilizados pela escolta para prender os cativos, e nada havia sido devolvido.

As testemunhas inquiridas durante o processo contaram o que ouviram nos boatos que corriam a região, repetindo os fatos já conhecidos ou reafirmando que Damazo havia ido até a casa das viúvas para tratar de cativos vitimados por “feitiços ou picadas de cobras”. Porém, a sexta testemunha (Zeferino Pacheco Macedo), acrescentou aos fatos algumas informações relativas à culpa dos cativos. Que sabia por ter lhe contado outro escravo (João), que havia conversado com um dos cativos acusados:

...que o crioulo Antonio (escravo de Dona Cyrilla), lhe disse que ia enganar sua senhora, pedindo licença para ir ao Garimpo fazer uma cobrança, quando era para ir as Canoas buscar duas azagaias que tinha mandado fazer para passear a noite, aconselhando-lhe o mesmo João 'que deixasse daquilo, pois tinha uma boa senhora' (...) [Zeferino ainda acrescentou] (...) que os escravos, principalmente os de Dona Felicidade, conversavam muito [a respeito] de alforria (...). Disse mais, que tem ouvido dizer que naquela Fazenda andam dois negros fugidos (...). No dia da prisão dos escravos, fazendo ele testemunha parte da escolta, ouviu Dona Ana Euzébia perguntar aos escravos, como não lhe participaram haver esses negros fugidos e pelo contrário lhes deram de comer... (Cartório do 1º Ofício Criminal de Franca, Processo n.634, cx. 22, folhas 32 e 33, 1865, AHMUF).

No entanto, em seu parecer ao fim do inquérito, o Promotor concluiu que não existiam provas suficientes para que os acusados fossem pronunciados. Desta maneira, opinou pelo encerramento do processo. A opinião do Promotor influenciou sobremaneira na decisão do Juiz Municipal, que no outro dia despronunciou todos os réus. Restando aos “cofres da municipalidade”, o pagamento das custas processuais avaliadas em 130\$500 (cento e trinta mil e quinhentos réis).

De acordo com Suely Robles Reis de Queiroz “... Campinas, mercê da grande escravaria que concentrou, foi palco de contínuas agitações. Até o final do regime, a região é inquietada por freqüentes rumores e pelo abortamento de planos insurrecionais” (QUEIROZ, 1977, p. 167). A “Estrada dos Goyazes”, posteriormente denominada “Estrada do Sal”, passava justamente por Campinas, e era a principal rota por onde transitava o chamado “Sal Francano” que vinha do litoral e era redistribuído em Franca.

Pode-se evidenciar que o trânsito de carros-de-boi e viajantes pela estrada, levaram consigo os rumores a que se referiram os autores mencionados no decorrer do artigo, os quais possivelmente associados aos comentários de um escravo mais ativo sobre chuços, passeios e liberdade, e a dois escravos fugidos e escondidos nas referidas fazendas, transformaram um “Ferreiro Curandeiro” e vinte cativos em criminosos na Município de Franca.

A acusação de insurreição não foi uma atitude isolada das autoridades da região, pois no cômputo dos demais processos criminais envolvendo cativos mostrou-se constante a repreensão de juizes e delegados quando se descobriu indícios de que os senhores estariam escondendo a culpa de seus cativos para evitar prejuízos financeiros causados por uma possível condenação.

É todavia acreditável a atitude que tem tomado os escravos vitimando os seus senhores, e talvez se pudessem todo o Brasil (Grifos meus). É desgraça que um escravo de nome Manoel Crioulo no Distrito de Paz desta Vila seguindo os indícios manifestos assassinasse a seu senhor Manoel Marques. E seus herdeiros [solicitaram o habeas-corpus para o cativo] para repartirem entre si o valor do dito [escravo] (...) antes pelo vil interesse do que afeto paternal ... (Cartório do 1º Ofício Criminal de Franca, Processo n.155, cx. 5, folha 06, 1834, AHMUF).

Assim, conclui-se que mesmo numa localidade de poucos escravos, onde poderia se acreditar que o receio de uma insurreição fosse pouco provável, pode-se observar que as autoridades mostraram-se bastante precavidas como as de regiões nas quais as populações de cativos podiam superar a de homens libertos e livres, ou seja, pronta a interferir também na relação entre senhores e seus poucos escravos.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. From everywhere people hear the qualm for an insurrection: judicial interventions in the relations among slaves and their owners. *Ensaíos de História*, Franca, v.5, n.1/2, p.61-75, 2000.

ABSTRACT: The present article boards the slavery criminality theme in the meadles of XIX century, as well as the justice interference in the relations among lords na slaves in

a rural region with a reduced number of slaves, in consonance with a more wide scenery of the slavery captivity of Africans and their descendants in the country.

KEYWORDS: Slavery; criminality; slavery rebelliousness; quotidian; justice.

Fontes

Impressas

MALHEIRO, A. M. P. *A Escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico e social*. 3ª ed., em 2 v. Petrópolis: Vozes, 1976.

PIERANGELLI, J. H. *Códigos penais do Brasil: evolução histórica*. São Paulo: Jalovi, 1980.

Manuscritas:

AHMUF – Arquivo Histórico Municipal de Franca “Capitão Hipolito Antonio Pinheiro”.

Processo n.155, cx. 5, 1834, Cartório do 1º Ofício Criminal de Franca.

Processo n.634, cx. 22, Cartório do 1º Ofício Criminal de Franca.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, C. M. Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites — século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BATISTA, D. J. *Cativos e libertos: A escravidão em Franca entre 1825-1888*. Franca, 1998. Dissertação (Mestrado em História) – FHDSS, UNESP.

CHALLOUB, S. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHIACHIRI FILHO, J. *Do sertão do rio Pardo à Vila Franca do Imperador*. Ribeirão Preto: Ribeira, 1986.

MACHADO, M. H. P. T. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *O Plano e o pânico*. Rio de Janeiro: UFRJ, EDUSP, 1994.

MATTOS, H. M. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

OLIVEIRA, L. L. *Economia e história em Franca: Século XIX*. Franca: UNESP-FHDSS/Amazonas, 1997.

QUEIROZ, S. R. R. de. *Escravidão negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

REIS, J. J. dos, SILVA, E. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, A. R. C. da. *Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio: 1783-1823*. Campinas: Editora da Unicamp / Centro de Memória – Unicamp, 1999.

WISSENBACH, M. C. C. *Sonhos africanos vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec, 1998.

REFLETINDO SOBRE A FILOSOFIA DA HISTÓRIA: UM ESBOÇO DE TRÊS QUESTÕES METODOLÓGICAS

Juliana Ortegosa AGGIO*

RESUMO: Este texto trata das metodologias utilizadas para fundamentar a disciplina História da Filosofia nos dois ciclos que marcaram o oferecimento desta disciplina no departamento de filosofia da USP, a saber: no primeiro ciclo, de 1934 a 1968, o estruturalismo e espiritualismo, e, no segundo, de 1968 aos dias atuais, os métodos de Skinner e de Lefort. O texto procura construir uma panorâmica dos conceitos fundamentais destas metodologias, bem como das conseqüências que elas trazem.

UNITERMOS: Filosofia; História; Metodologia; interpretação; leituras.

O presente ensaio aborda três questões fundamentais que estão presentes na História do departamento de Filosofia da USP, e que encontram-se intimamente relacionadas com o problema da metodologia da disciplina História da Filosofia, a saber: o que foi o departamento, o que ele não pretende ser e um esboço do que ele é ou pretende ser. Estas três questões, para maior clareza e acuidade, podem ser resumidas em uma: como foi e é ensinada a filosofia no departamento – sendo o próprio departamento um meio para se ensinar filosofia -, isto é, que métodos foram e são utilizados. O texto se propõe a responder tal questão de forma panorâmica, fazendo um apanhado geral de algumas metodologias, tais como a espiritualista, a estruturalista, a de Skinner e a de Lefort.

1. A propósito do método espiritualista e do estrutural tomemos o momento que marca a formação do departamento. Como testemunho parcial, Paulo Arantes, em seu texto "O Bonde da Filosofia" (Arantes: 1994), toma o bonde da filosofia no fim da linha Maria Antônia, mas, retomando o início do seu trajeto, faz de maneira crítica uma análise genealógica do departamento, o qual, segundo ele, parecia não querer sair do Ultramar. O trecho que irei abordar brevemente do texto trata dos

* Graduanda do curso de Filosofia da FFLCH-USP.

aspectos da cultura uspiana no ciclo de 1934 a 1968: o ciclo Maria Antônia.

Na primeira pessoa do singular, o autor assume sua posição incisiva sobre este período do curso da filosofia e nos diz que, no início da história, a intenção era despertar e difundir o espírito crítico e o zelo científico. Para tanto, tomemos como personagem principal a instigante figura de Jean Maugüé (professor do departamento de Filosofia da USP), sua concepção de filosofia e seu método para ensiná-la. Tal método direcionava-se para o ensino do filosofar e não da filosofia. Para Maugüé, a filosofia é um ato e é o próprio filósofo; logo, a filosofia é o filósofo atuando. Em seu texto "O Ensino da Filosofia e suas Diretrizes" (MAUGÜÉ, 1996), define a filosofia como um esforço de síntese, um processo de lapidação do enunciado. O departamento não foi e não é um curso enciclopédico ou escolar, sistematizado em manuais. Era sábio Maugüé quando dizia que a filosofia não deve ser ensinada como um conjunto de doutrinas entendidas como verdadeiras, e sim resgatando o filósofo para dar vida à ela. Resumindo seu método: "o ensino vale o que vale o pensamento daquele que ensina" (MAUGÜÉ, 1996); assim, o ensino da filosofia valia o que o pensamento de Maugüé valia. Ensinava a filosofar, a atividade de síntese, que é sempre um esforço de busca nunca completo e, por isso, nunca consegue enquadrar a verdade. A história mostra que as verdades não se sustentam, e a filosofia caminha no interrogar, na reflexão e na explicitação. Uma síntese completa, uma verdade absoluta, só Deus a possui por sua onisciência e onipresença, de modo que, se fôssemos Deus, o conhecimento seria dado. Tal atividade de síntese pelo que há de comum nas ciências objetivas, isto é, pela capacidade de conhecer, pelo conhecimento se conhecendo, rememora o velho espiritualismo francês na medida em que há uma atuação do espírito voltada para atingir uma objetivação nunca acabada: a síntese absoluta, a verdade total. Engendrando a atividade está o filósofo com suas teses e obras. Sinteticamente, esta tradição nos diz: tudo é um, que atua no e pelo espírito, tendo a filosofia origem numa intuição, sendo ela uma criação espiritual. No Brasil seu método de ensino foi o de exigir responsabilidade intelectual dos professores, e mais personalidade, aquisição de cultura, prática de estudo, discernimento dos estudantes; para isto deve-se ler os clássicos, e saber lê-los. Deve-se ter um método

rigoroso e moderno para o estudo da História da Filosofia, o que já era um prenúncio do estruturalismo.

2. Da passagem dessa intenção de ensinar o espírito de síntese, crítico e filosófico, muito bem sucedida por Jean Maugüé, à solidificação acadêmica ou catedrática do departamento, tivemos uma geração intermediária formada por Lívio Teixeira e Cruz Costa. Teixeira, precursor do método estrutural no departamento, nos diz da importância da disciplina História da Filosofia para nos afastarmos da leitura doutrinária ou dogmática ou mesmo superficial e conquistarmos a interpretação histórica e rigorosa, que é a metodologia gueroultiana ou estrutural. Segundo Teixeira, no sentido pedagógico este método foi extremamente eficiente. Exercitar o espírito através do movimento da razão, eis a continuação do que Maugüé almejava: um esboço da união entre espiritualismo e estruturalismo, um neutralizar da arbitrariedade da concepção espiritualista com sua síntese agora objetivada na estrutura, ou mesmo a partir do espírito do filósofo objetivado, um reconstruir dos nexos lógicos nos quais o filósofo explicita a intuição originária.

Depois de Maugüé, Teixeira e Cruz Costa, dá-se a afirmação de uma segunda geração composta por Giannotti, Bento Prado, Porchat e Ruy Fausto que, segundo Arantes (1994), consolidava o caráter francês do departamento. Era a conservação da faculdade nos moldes franceses, agora em tom catedrático, isto é, mais uma vez se firmava a nossa dependência. Em resumo, podemos ressaltar os aspectos negativos e positivos desde a primeira até a segunda geração. Se, por um lado, no início da formação era um departamento jovem, de especialização incipiente, por outro, mantinha certa versatilidade no que era ensinado, misturando filosofia e experiência cultural. Tínhamos um lugar que abrigava a "peste da concorrência" (ARANTES, 1994) e que não produzia um diagnóstico extenso e original sobre a sociedade brasileira no processo de modernização. Se havia uma vida filosófica que produzia para si mesmo, havia também, o que era pior, um entusiasmo desmedido dos professores e aceitação cega dos alunos a esta situação. Já uma minoria se salvava de tal ambiente: aqueles que queriam filosofia e não comentário de texto. Enfim, a faculdade se resumia assim: "liberal na forma, oligárquica no fundo" (ARANTES, 1994), mas que, tanto na forma

como no fundo, era travestida de vestes francesas. Na aparência era liberal ao reunir pessoas de diversas classes sociais e econômicas num mesmo ambiente de debate intelectual, mas oligárquica no fundo, pois as questões debatidas nem produziam uma análise extensa e complexa da sociedade brasileira, sendo assim incipiente na teoria, nem tinham conseqüências práticas que gerassem qualquer suspeita de mudança social.

No mesmo texto de Arantes, "O Bonde da Filosofia", temos a questão metodológica do estruturalismo, herdada de Lívio Teixeira, para legitimar como ciência a disciplina História da Filosofia. Na segunda geração, ela vigorou de tal forma a ponto do departamento ter sido praticamente método. Assim, o mesmo adquirira os seguintes aspectos: restringia as elucubrações rasas, era um antídoto para os sistemas de interpretação genéticos reducionistas e dogmáticos de refutações e polêmicas em torno das teses, buscava o rigor e a acuidade na interpretação, portanto, o distanciamento, a frieza e a exatidão do intérprete; contudo, isso tinha suas conseqüências, que serão postas logo a seguir.

O método estrutural, em resumo, é a análise da ordem interna dos argumentos do texto, o reescrever, segundo a ordem das razões, a obra do autor, e o distanciamento da experiência social e cotidiana do intérprete. Toda a obra é contexto para o texto analisado. Ao evacuar a ampliação do texto na história e a questão da verdade material da doutrina, o método restringe as asserções feitas pelo intérprete às causas e razões conhecidas pelo filósofo, alegadas por ele ou que sejam como que dele. A verdade não vem em bloco numa intuição original, como acreditava a tradição espiritualista, mas sucessiva e progressivamente. Processo que, segundo Goldschmidt (1970), é a explicitação desta intuição em movimentos e progressão estruturais denominados tempo lógico. Goldschmidt concebe então que não há doutrina pré-existente à sua explicitação, e as teses soltas não possuem valor, seriam inarticuladas e dogmáticas, somente assumindo obtendo validade quando relacionadas umas às outras. O problema é o da verdade formal de uma doutrina, que, essencialmente, se encontra no tempo lógico do discurso e não o da verdade material presente no conteúdo. Dizer sobre a verdade temporal é dizer que ela, a verdade, é constitutiva do sistema: se houver

nele nexos lógicos, de modo que seja sistemático, que se constitua como um todo orgânico de caráter arquetônico, então será verdadeiro. Não há coincidência entre doutrinas, só pode haver semelhança, e não há sobrepujança de uma como mais verdadeira, pois que os tempos lógicos são todos diferentes; senão haveria uma e não duas ou mais filosofias. Se o sistema, dentro deste tempo lógico, é relativamente independente dos outros tempos, a biografia, que supõe um tempo vivido, é também evacuada. Podemos especular sobre a alma do filósofo enquanto estava escrevendo somente a partir do que escreveu, e não o contrário. Esta metodologia, sem dúvida alguma, pretende-se científica e filosófica, objetiva e próxima da intenção do autor, rigorosa e resgatando o que o filósofo quis dizer, possibilitando um contato efetivo entre o pensamento filosófico de outrora com o de agora.

Um outro fundador do estruturalismo, além de Goldschmidt, foi Martial Guérault. Enquanto o primeiro buscava, através do método, uma solução para o problema da multiplicidade de leituras de uma mesma obra, o segundo buscava resolver a questão da pluralidade de filosofias. Analisemos então seu texto "O problema da Legitimidade da História da Filosofia" (GUÉROULT, 1956) para entendemos melhor esta metodologia. A questão posta é de como certas obras podem ser validadas como filosóficas. Assim como Kant partiu da ciência como fato legítimo, existente e indiscutível (*quid facti*), Guérault parte da História da Filosofia como fato dado, e abre a pergunta sobre como ela é, o que a legitima, que condições dão conta do fato (*quid juris*). A questão *quid juris* decorre da *quid facti* e não pode modificá-la. Afirmar o *quid facti* da História da Filosofia significa dizer que o estudo das filosofias passadas persistem no tempo. No caráter indissolúvel entre a filosofia e a sua história, e na determinação de uma filosofia por aquela que a precedeu através do processo denominado por Guérault de repulsão e de acomodação de uma em relação à outra, o autor busca as condições para legitimar a História da Filosofia. Enquanto a história das ciências é a do progresso das verdades intemporais científicas, a história da filosofia estabelece uma identidade para a pluralidade das filosofias: todas pretendem chegar a uma verdade, e, como nenhuma pode comprovar definitivamente a verdade ao ponto de refutar todas as outras, sua validade como eterna e irredutível não depende da verdade de juízo a qual pretende. E,

justamente por todas filosofias serem irreduzíveis, indestrutíveis e eternamente válidas para a reflexão filosófica, consolida-se esta disciplina, que, por sua vez, assume um importante papel pedagógico de iniciação à filosofia – o que é de grande consentimento no departamento – e fonte de inspiração para a filosofia. Se a pretensão de toda filosofia, e também o que a define ser filosófica, está na criação de uma doutrina que se realiza sobre uma verdade de juízo, uma teoria verdadeira, a explicação de sua indestrutibilidade histórica encontra-se em uma outra verdade, que é intrínseca a uma certa realidade instaurada por e em cada uma. Há, ao mesmo tempo, na construção de um sistema filosófico, a instauração de uma certa realidade (*veritas in re*) e o objetivo de atingir uma verdade de juízo, uma representação das coisas dadas (*veritas in intellectu*). O que fundamenta esta disciplina, a História da Filosofia, o que, portanto, lhe dá identidade não é a verdade material de adequação das idéias aos ideados, mas a verdade formal. O fundamento tem seu lugar na *veritas in re*, na obra constituída, na sua realidade total, superior e intrínseca, instaurada em uma estrutura, e não na realidade extrínseca, nas verdades intemporais e adquiridas das ciências, na *veritas in intellectu*, ou na realidade singular das artes e na verdade de juízo extrínseca. Mas, se a disciplina, assim como toda filosofia, como já foi dito, é *veritas in re* ao fazer filosofia da instauração filosófica, ao ser filosofia das filosofias, e, por isso mesmo, almejar uma verdade de juízo, e assim se pretender *veritas in intellectu*, como unir o fundamento (*veritas in re*) com a pretensão (*veritas in intellectu*)? Temos que, a partir da pretensão, do objetivo de atingir uma verdade de juízo, um fato indiscutível, completo e permanente, a filosofia instaura uma realidade, uma verdade intrínseca que independe daquela verdade extrínseca, a qual, apesar de se pretender indiscutível, é sempre discutível, inacabada e não comprobatória, se posta diante das outras filosofias, cada qual com suas verdades; ou se encurralada entre as filosofias que a precederam, que possivelmente foram refutadas por ela, e as que a procederam, e que possivelmente a refutam. O *quid facti* da disciplina permanece na justa medida (*quid juris*) em que cada filosofia é indestrutível por não depender da verdade de juízo, por realizarem uma verdade intrínseca ao seu sistema, à sua estrutura. O *quid juris* da disciplina é tanto mais garantido quanto mais sólida for a estrutura lógica dos sistemas filosóficos, a

arquitetura em que a teoria filosófica está inscrita; ele é a condição para legitimarmos o *quid facti*: a existência legítima da História da Filosofia. Num outro sentido, a arquitetura em que a teoria está inscrita válida, na medida em que torna a obra filosófica eterna, a pretensão de toda obra: atingir, sem nunca atingir de fato, uma verdade de juízo. Assim, o que fundamenta uma obra como filosófica é a verdade formal presente na arquitetura. Arquitetura esta que só existe por estar inscrita numa teoria, a qual, sem dúvida, visa a verdade material, tem a pretensão de ser *veritas in intellectu*. Concluimos, por meio do texto de Guérault, a importância da análise da estrutura para sabermos das condições que possibilitam serem as obras filosóficas, as interpretações objetivas e a disciplina História da Filosofia científica.

De qualquer forma, com este método perdia-se o questionamento da verdade material dos sistemas filosóficos, o que levou Arantes (1994) a concluir que não se ensinava filosofia, pois esta estava sendo convertida em método. Revelava-se o aspecto cumulativo de espólios, e adia-se o que para Arantes parece fundamental: o questionamento das teses. Se há uma uniformização da interpretação, visto que todas buscam a estrutura e a objetividade, haveria também um certo padrão de interpretação congelado para cada autor, esgotando a possibilidade de novas leituras?

Ensinava-se, segundo Porchat (1999), a lógica interna ou o tempo lógico do texto, o esquecimento metodológico de si próprio, o apartamento dos preconceitos, enfim, a ser um bom historiador da Filosofia, a ter uma boa formação historiográfica, mas não a praticar filosofia, a indagação filosófica. Exorta Porchat, que no futuro tenhamos uma síntese da investigação estrutural com a criativa. Para ele devemos ler os clássicos, mas não só lê-los. Devemos nos centrar nos problemas que o são para o mundo filosófico contemporâneo, assim como nos voltarmos para os gerais e comuns na literatura filosófica antiga, moderna e contemporânea, e para “questões que naturalmente os (estudantes) preocupam” (PORCHAT, 1999), as quais deverão, certamente, estar inseridas na problemática atual. Insiste Porchat, que nós, estudantes, expressemos livremente nossos pontos de vista nos seminários. Pergunta se seria necessário uma primeira formação historiográfica sólida antes do método da discussão filosófica, das teses e antíteses, perguntas e respostas tão praticadas pelos gregos e medievais? Além do mais, a maioria dos

grandes autores que estudamos nunca teve primeiro que adquirir tal formação. Reserva-nos enfim uma última mensagem encorajadora baseada no argumento de que para filosofar não é preciso crer na própria genialidade, mas basta ter talento, inclinação e amor pelo que se quer fazer.

Temos, porém, um aspecto peculiar do método: o distanciamento, o rigor, a sobriedade do intérprete, o que, para Arantes (1994), se perde com a atitude do discípulo fiel. Pergunto se é justo sermos forçados a ter tal identificação com a obra, ou tal fidelidade com o autor, já que isto parece ser um certo autoritarismo necessário ao método, um confinamento para que não polemizemos o valor do conteúdo das teses. Penso, porém, que a sobriedade e o rigor não estariam perdidos, como acredita o autor, mas em consonância com a identificação. Desta maneira, digo que ao sermos discípulos seguimos a ordem das razões, não por gosto ou opção, mas por fidelidade, isto é, não questionamos as razões, as teses, mas as pensamos através da ordem das razões. Há fidelidade com as teses dentro da ordem e não com as teses inarticuladas, e, desse modo, nos identificamos com o método, com a estrutura, e não necessariamente com o autor, com sua obra, com suas razões. Digo que o rigor não só se mantém presente, mas é fortalecido no exato sentido em que a fidelidade é metódica e não espiritual ou em qualquer outro sentido. Concordo com Lebrun quando ele afirma que o estruturalismo fornece ao estudante uma linguagem de dominação intelectual, uma retórica, um “repertório de topoi” e causa, como coloca Sérgio Cardoso, “uma arrogância filosófica juvenil alimentada pela segurança ingênua de possuir os cânons da racionalidade” (CARDOSO, s/d); assim, passamos do dogmatismo diletante ao dogmatismo rigoroso. Banida a polêmica filosófica, visto serem os sistemas irrefutáveis e imperecíveis, além de provocar o constrangimento nos alunos, creio que o método transforma uma doutrina em dogma estrutural, objetivo, fechado e verdadeiro pela cadeia lógica. Temos de fato um relativismo total da verdade e um alastramento do pessimismo.

O estruturalismo, como coloca Arantes (1994), seria uma servidão escolar? Com certeza é um dever de casa imprescindível, mas não um fim em si mesmo; apenas um meio, exatamente como é definido: como um método.

3. Em 1968, com a queima da Maria Antônia, fecha-se o ciclo da formação da escola e abre-se um novo, que, para Ruy Fausto, é o da formação de filósofos. Marilena Chauí, Ruy Fausto, Paulo Arantes, dentre outros, elaboram uma crítica veemente à interpretação estruturalista. Da ruptura com o ciclo Maria Antônia, com Goldschmidt e Gueroult, surgem as metodologias de Skinner e Lefort.

Em seu método, Skinner busca as bases da síntese filosófica partindo dos elementos sintetizadores, dos significantes no interior do sistema: os contextos. Postas as condições históricas, segue-se a análise das sínteses. A intenção do autor é radicalizar a historicidade que envolve a obra, colocando-a no interior da própria obra, isto é, que a história social e política não seja externa, como um pano de fundo do texto, como uma ocasião ou matéria que o pensamento organiza, de que constitui a forma, mas, que seja tomada nos registros das idéias do texto. Concebe em seu texto *As Fundações do Pensamento Político Moderno* (SKINNER, 1996), que o pensamento pensa a partir do já pensado, dos elementos marcados pela história, das matrizes lingüística e social e política. A primeira matriz é a do vocabulário normativo, o contexto intelectual, o campo semântico e de questões que a filosofia herda. É necessário compreendê-la para saber as intenções básicas, as pretensões, os conceitos do autor. A segunda matriz é a social e política, na qual a história determina as questões. Nesse contexto, os problemas são estabelecidos pela vida política, os assuntos são postos pela história, a filosofia se encontra num campo de debate determinado e determinante para sua construção. Não se trata de retomar a história simplesmente, mas de dizer como ela está constituída no texto, como é operada pelo autor. O método consiste em armar um quadro de acordo com duas linhas: uma linha vertical, acrônica, da sedimentação semântica da linguagem; e uma outra linha horizontal, sincrônica, social e política. O quadro serve para situar e contextualizar os escritos teóricos. Tal método também pretende revalorizar os textos menores dos autores, encontrar o contexto na intertextualidade, aplanar a originalidade das grandes obras em um tecido intelectual de um certo tempo e na idéia de continuidade da tradição. Em seu texto *Meaning and understanding in History of Ideas*, Skinner (1969) constrói uma crítica tanto a interpretação contextualista de cunho historicista, na qual a obra é

tida como reflexo do mundo e onde as causas das teses se resumem ao determinismo histórico, quanto a textualista ou estruturalista, que radicaliza a autonomia do texto; combate, no fundo, toda e a qualquer leitura anacrônica. Destas críticas emerge um método que pretende resgatar os elementos temporais e mostrar que permanecem relevantes na medida em que são operados pelo autor na construção das teses e dos argumentos, e não que são estritamente elementos causadores das teses, como propunha a interpretação historicista. Assim como o método estrutural almeja afastar o tempo das vivências, este tenciona distanciar o "mental set", as expectativas do leitor trazidas naturalmente à leitura, e do esquecimento metódico de si nos reportarmos à época do autor para conhecermos a direção e a intencionalidade das posições tomadas. A crítica a essas duas interpretações se ramifica em quatro mitologias, que não pretendemos aprofundar neste texto: a mitologia das doutrinas, na qual o leitor tenta arrancar das obras doutrinas sobre certas questões; a mitologia da coerência sistemática, que reduz a obra a uma mensagem única, completa, sem lacunas; a mitologia da prolepsis, na qual o leitor atribui um sentido que o texto não pode assumir; e, por fim, a mitologia paroquialista, que é a afirmação distorcida de influências.

As principais críticas a Skinner são a do leitor ideal como o melhor possível e a do sistema filosófico que tem sua explicação esgotada pela tradição. Será que as filosofias não respondem simplesmente às questões do momento histórico, mas inauguram campos novos? Para Skinner a resposta é clara: ou elas respondem à questão ou se opõe a ela. Sobre o leitor ideal, Newton Bignotto, em seu texto "Nota metodológica: Guicciardini leitor de Maquiavel" (1991), nos mostra como um leitor ideal, contemporâneo de Maquiavel, Guicciardini, distorce Os Discorsi de Maquiavel. Desta crítica temos que o intérprete, ao fazer a interpretação do campo de significação histórico da obra, também traz o seu. Não deixamos nosso universo para fazer a leitura, não substituímos o nosso "mental set" pelo do autor, mas ao contrário. Como afirma Lefort (1972), nós pensamos ao pensarmos a obra, vemos e estamos inseridos no que vemos. Assim, não há uma mesma obra com múltiplas leituras, como se esta fosse um objeto de conhecimento unívoco. A obra é criada, torna pensável o que não era, pensa e torna pensável o que cria, simultaneamente. Concordando com Merleau Ponty, Lefort concebe a

filosofia como algo que visa o objeto e a si próprio ao mesmo tempo, que significa o ser e o ato de significar, que apreende e é apreendido pelo ser. Sujeito e objeto são como uma quiasma, um inter cruzamento inseparável. Não há representação do mundo independente do objeto (*veritas in intellectu*), nem mundo como sistema de pensamento (*veritas in re*). O leitor vai deslizando para dentro da filosofia e aos poucos se apropria dela, de seu motivo central. Questiona com o filósofo e vai além dele.

Podemos concluir que a obra é um campo simbólico indeterminado, por isso deve ser interpretada e assim amplia-se para além dela, nos intérpretes, no contexto crítico. A obra encontra-se no texto e, ao mesmo tempo, na relação do texto com o leitor, pois, só é obra de pensamento ao ser reativada pelo leitor. Interpretar não é senão nos tornarmos herdeiros da obra e de sua posteridade.

AGGIO, Juliana Ortega. Reflecting about history's philosophy: an sketch of three methodological questions. *Ensaio de História*, Franca, v.5, n.1/2, p.77-88, 2000.

ABSTRACT: This paper deals with the methodologies used to establish the subject History of Philosophy in the department of philosophy at USP. Two periods can be distinguished: the first one, from 1934 to 1968, characterized by Structuralism and Spiritualism and the other period, from 1968 to the present time, characterized by the ideas of Skinner and Lefort. The paper aims to present a panoramic view of the main concepts of those methodologies, as well as their consequences.

KEY WORDS: Philosophy; History; Methodology; interpretation; readings.

Referências Bibliográficas

ARANTES, Paulo Eduardo. O Bonde da Filosofia. In *Um departamento francês de Ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana: uma experiência nos anos 60*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
BIGNOTTO, Newton. Nota metodológica: Guicciardini leitor de Maquiavel. In *Maquiavel republicano*. São Paulo: Loyola, 1991.

- CARDOSO, Sérgio. *Três em Uma: como e porque estudar Espinosa no Brasil*, colóquio não publicado.
- GOLDSCHMIDT, Victor. Tempo histórico e tempo lógico na interpretação dos sistemas filosóficos. In *A Religião de Platão*. São Paulo: Difel, 1970.
- GUÉROULT, Martial. O problema da legitimidade da História da Filosofia. In *A Filosofia da História da Filosofia*. Paris – I.S.F., edição conjunta Vrin, 1956.
- LEFORT, Claude. *Le travail de l'oeuvre Machiavel*. Paris: Éditions Gallimard, 1972 (especialmente capítulos I e VI).
- MAUGÜÉ, Jean. O ensino da filosofia e suas diretrizes. *Núcleos de Estudos*. São Paulo, novembro de 1996.
- PORCHAT, Oswaldo. Discurso aos estudantes de filosofia da USP sobre a pesquisa em Filosofia. *Dissenso: Revista de Estudantes de Filosofia*. São Paulo, nº 2, p. 131-140, 1999.
- SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. *History and Theory*, n. 8, p. 3-53, 1969.
- SKINNER, Quentin; *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIMITES E POSSIBILIDADES DE PESQUISA ENTRE A "HISTÓRIA DAS MENTALIDADES" E A "NOVA" HISTÓRIA CULTURAL

Diogo da SILVA ROIZ*
Jonas Rafael dos SANTOS**
Orlando ANDRÉ FAUSTINO***

RESUMO: O artigo procura expor algumas idéias desenvolvidas por M. Vovelle na década de 1980, com sua tentativa de reformular uma metodologia para a História das Mentalidades; indagando em seguida, alguns caminhos da discussão entre os limites da História das Mentalidades e os desafios da 'Nova' História Cultural ao pretender abrangê-la.

UNITERMOS: Annales; História das Mentalidades; História Cultural; cultura popular e cultura erudita.

Fruto dos estudos realizados no programa especial de treinamento do Curso de História, o presente artigo – originalmente apresentado em forma de seminários referentes a programação do plano de atividades do ano de 1998, agora aparece reformulado – tem como objetivo apresentar algumas reflexões de Michel VOVELLE, com sua tentativa de reformular uma metodologia para a História das Mentalidades; indagando em seguida, alguns caminhos da discussão entre os limites da História das Mentalidades e os desafios da 'Nova' História Cultural ao pretender abrangê-la. Herdeira, em parte dos *Annales*, a 'História das Mentalidades', alcançou o seu auge na década de 1970, pretendendo incorporar o aspecto psicológico das representações sociais, para fazer uma História totalizante. Com o seu declínio na década de 1980, surgiram refúgios para a História das Mentalidades, devido às decepções com as suas propostas não muito claras e suas dimensões conceituais pouco definidas. Assim, ganhou força entre os historiadores a Histórias das Mulheres (MICHELE PERROT), a História da vida privada (P. ARIÈS), as histórias de gênero,

* Graduando em História e bolsista PET/SESu. Tutora Prof^ª. Dr.^ª Aparecida da Glória Aissar.

** Mestrando em História e bolsista CAPES. Foi bolsista PET/SESu.

*** Bacharel e Licenciado em História. Foi bolsista PET/SESu.

de sexualidade, etc., e principalmente a Micro-História, uma reconstituição de episódios excepcionais na vida cotidiana de certas populações (VAINFAS, 1996).

A História das Mentalidades procura compreender, no coletivo, os modos de ver – visões de mundo –, de sentir, amar e crer; modos de viver o cotidiano e de pensar o tempo do trabalho e o tempo, místico, mítico e mágico; as distâncias físicas, sociais e mentais, que marcam o viver dos homens; os modos de ver a morte, e os modos de ter medo e de explicar o medo – modos pelos quais se dá ao mítico uma dimensão explicativa global de existência; modos pelos quais os homens constroem seu universo simbólico – e consagram e repetem seus gestos, como se construíssem uma linguagem gestual. Em síntese, tudo aquilo que diz respeito as repetições banais de existência torna-se traço essencial de mentalidade. Nesse sentido, a História das Mentalidades não se confunde com a História das Idéias, nem com a das Ideologias, que estas operam no campo do intelectual, na criação dos modos científico, ou as vezes, pretensamente científico, de explicar o mundo e os acontecimentos. (LIMA, Memória das Semanas de História de França, 1980, p.318)

Diante das características evidenciadas na "História das Mentalidades" desenvolvida nas décadas de 1960 e 70, ao tornar homogênea as diferenças no espaço e no tempo de sociedades e indivíduos, tem propiciado várias críticas de intérpretes dentro e fora dessa linha investigativa, na medida que diversos trabalhos usando fontes empíricas, com análises quantitativas e qualitativas, deparavam-se com uma maior complexidade do processo histórico, até então vislumbrado pelos estudos sobre as mentalidades. Essa complexidade, averiguada pelas pesquisas, que ao envolver indivíduos e sociedades sobre as estruturas, a saber: a cultura, a religião, as tradições, evidenciava, de outro lado, a dinâmica do movimento social, na especificidade, secularização e modernidade, entrando, desse modo, diretamente em choque com as estruturas referidas acima, assim, reverberando as disputas entre antigos e modernos (LE GOFF, 1996, 1998).

O diálogo, desse modo, além de evidenciar o dinamismo do processo histórico, demonstrava a aceleração na percepção do tempo pelos homens, que acompanhava a modernização, urbanização e o desenvolvimento tecnológico. Não por acaso, que de outro modo, as

questões ligadas a ruralidade, ao arcaísmo faziam com que as disputas entre antigos e modernos suplantasse o espaço de debates na literatura, ficando raízes também nas discussões filosóficas, religiosas, políticas e tornando menos distinta àquela separação entre cultura erudita e cultura popular (RODRIGUES & FALCON, 2000). Desse modo, os estudos voltados para as mentalidades indicavam suas fragilidades, não apenas nos métodos e conceitos, referentes as pesquisas sobre a Idade Média, onde a maior parte desses estudos se localizavam, mas também no período Moderno e Contemporâneo, porque esses complicadores, para tal abordagem, se tornavam mais visíveis e distintos.

Assim sendo, os questionamentos: o que é (ou são) mentalidade(s)? Qual o campo de estudos da História das Mentalidades? Quais as fontes para o estudo da História das Mentalidades? Como delimitar temporal e espacialmente em uma pesquisa as mentalidades? Foram ampliando as discussões evidenciadas não apenas na França, mas também na Itália, Inglaterra, EUA, Alemanha, segundo, evidentemente, as peculiaridades dos estudos de cada país. Essas pesquisas além de comprovar os limites no estudo das mentalidades foram profícuos na abertura de novos campos de estudo para pesquisa histórica, na medida em que procuravam se distinguir da História das Mentalidades, como: a História do imaginário; das Mentalidades e Ideologias; a renovação no estudo da História das Idéias; o estudo das representações sociais, que foram reunidos, na França, sob a designação de "Nova História Cultural", embora existam autores que critiquem essa incorporação, da maneira como foi divulgada (DOSSE, 1994).

Entretanto, a História das Mentalidades, embora muito criticada, contribuiu para o desenvolvimento de estudos sobre: a memória, a nação, o nacionalismo; a incorporação de novas metodologias para a pesquisa histórica como a história oral; novas perspectivas para o estudo da História com o apoio de outras fontes como: obras literárias, fontes papais, cartas régias, sensos populacionais, diários, correspondências; sendo também desse período a diminuição dos debates entre a História e a Geografia, Filosofia e a Sociologia, na medida em que os estudos das décadas de 1960 e 70, na França, favoreceram o diálogo com disciplinas (que embora já existissem por parte de representantes da primeira

geração dos *Annales* foram se tornando mais profícuos) como: a Antropologia, Psicologia, Lingüística e a Crítica literária.

O diálogo entre a História e outras áreas das Ciências Sociais foi cadenciado e envolvido por disputas pelo poder, que mediavam a diretoria de Universidades, na E.H.E.S.S., centros de pesquisa, o comando da Revista *Annales E.S.C.*, em que tais disputas emergiam e se avolumavam em suas páginas e artigos, diagnosticando os campos de estudo, profícuos nos períodos das diferentes administrações de diretoria e conselho editorial, onde fora conduzida por expoentes de linhas investigativas, a saber: da História das Mentalidades; do estudo do cotidiano, família, mulher, criança; da História do Imaginário; do estudo das representações sociais (DOSSE, 1994; HUNT, 1995; REIS, 1996).

No mesmo caminho dessa indagação, um outro fato importante a ser notado é que tanto a História, como o processo histórico vinculado às leituras que foram feitas sobre determinados acontecimentos e àqueles que estão sendo ainda produzidos, tornam a História extremamente dinâmica e difícil de ser apreendida em um estudo, mesmo que localizado. Para José C. REIS (1999), os historiadores reescrevem a História constantemente e esse fato ocorreria talvez por duas razões principais. Em primeiro lugar, por causa da especificidade do objeto do conhecimento histórico, que seria os homens e as sociedades humanas no tempo. E em segundo lugar, porque o conhecimento histórico muda, acompanhando as mudanças da História, por meio de “novas” fontes, métodos e idéias de novos historiadores que aparecem para contribuir, no aprofundamento do entendimento histórico.

Nesse sentido, segundo Peter BURKE (1992), enquanto no paradigma tradicional: a) a história dizia respeito essencialmente à política, descrevendo feitos e acontecimentos, segundo a ação de grandes homens; b) os historiadores tradicionais pensavam a história basicamente como uma narrativa dos acontecimentos; c) na história tradicional se fornecia a visão de “cima”; d) a história seria baseada nos documentos; e) fornecia a visão dos documentos oficiais; f) além de ser objetiva. Nessas últimas décadas, em decorrência de “novos” problemas, objetos e abordagens sugeridas, fundamentalmente, pela historiografia francesa, se tem pensado a história: a) interessando-se por virtualmente toda a atividade humana; b) procurando intercalar a narração com a

história das estruturas; c) a preocupação recorre a uma variedade maior de documentos; d) se procura o maior cruzamento possível de discursos, para se informar a diversidade de atores que participam da construção do processo histórico; e) a história é vista a partir do olhar sobre os de “baixo”; f) e o ideal de objetividade, parece estar sendo considerado irrealista, repensando-se a subjetividade do discurso do historiador.

Para Ciro F. CARDOSO (1997) vários trabalhos, posteriores a década de 1960 se debruçaram no intuito de verificar a ascensão e as características da “Nova História”, procurando delinear um mapeamento das posturas que estiveram em destaque, perdendo suas hegemonias no período que se estendeu do movimento estudantil dos anos 60 até a queda do muro de Berlim em 1989. Segundo ele o período contemporâneo da historiografia, estaria diante de certos paradoxos, naquilo que denominou de paradigmas rivais. O primeiro intitulado de Moderno ou Iluminista foi representado pelos modelos Marxistas (com exceção da escola de Frankfurt) e dos *Annales* das primeiras gerações com Lucien Febvre, March Bloch e Fernand Braudel. Pautou-se numa visão holística (ou totalizadora) e dinâmica, relativa ao movimento e as transformações sociais, econômicas, políticas, das instituições. Procurou situar seu apogeu entre 1950 e 1968, mas em nenhum momento obteve hegemonia plena. No segundo, chamado de paradigma Pós-moderno (para alguns questionamentos e delimitação temporal e espacial do tema ver: ANDERSON, 1999), o autor denomina genericamente de “Nova História”, reservando o uso do termo para a geração de historiadores do período posterior ao movimento estudantil de maio de 1968, que assim se intitularam em vários países. Partidários de micro-recortes, ao estudo de pequenos grupos, das mentalidades, do imaginário, cotidiano e das representações sociais da sociedade. Enfim, adversos, ao estudo das grandes sínteses históricas, ou também chamadas de “grandes narrativas”, às generalizações e aos modelos hipotéticos-dedutivos, pois, pautavam-se por modelos e matrizes semi-racionalistas, como no caso de POPPER e irracionalistas – apoiando-se em autores como DELEUSE, DERRIDA, LACAN, FOUCAULT, etc. A fase decisiva foi pontuada pelo autor, entre 1968 e 1989, momento de crise dos vários racionalismos.

Não obstante, os comentários de CARDOSO, Ronaldo VAINFAS (1997) discordou do autor, na medida em que procurou elaborar um painel

sobre o campo de estudos sobre a História das mentalidades, distinguindo-os por períodos e autores: a) o primeiro momento com Marc BLOCH e Lucien FEBVRE, que elaboraram uma História Social na longa duração analisando também o papel de outros atores sociais que não apenas os grandes homens, com base na psicologia social; b) o segundo com estudos voltados, preferencialmente, para a Idade Média, com base na antropologia e na lingüística; c) o terceiro com o estudo da História das Mentalidades, sob o enfoque da longa e da curta duração do tempo histórico, entre a mentalidade e a ideologia, com base nos *Annales* e no Marxismo, com M. VOVELLE; d) e o estudo pontual das mentalidades (embora usado já com reservas o termo e as vezes substituído por outro mais preciso para o período e o objeto selecionado para a pesquisa), por meio de estudos mais localizados, nesse caso não se limitando apenas a França, pois, além de englobar Emmanuel L.R.LADURIE, também se referia aos estudos do italiano Carlo GINZBURG. Sua crítica ao autor se encontra na maneira como VAINFAS se referiu aos paradigmas rivais, que não diziam respeito apenas a rupturas, mas existia continuidades entre um e outro, além de possíveis intercâmbios entre abordagens e objetos, e reordenamentos metodológicos na análise da longa e da curta duração, da totalidade e da especificidade.

Dessa forma, a produção historiográfica das Universidades estrangeiras num primeiro momento e, em seguida, as Brasileiras, tem passado por diversas mudanças nestas últimas décadas, em função das renovações nos métodos, abordagens, problemas e avanços nas pesquisas por meio de estudos de caso, realizados em várias partes da Europa, América e do país, provenientes, principalmente, dos questionamentos internacionais da historiografia posterior à década de 1960 (LE GOFF, 1996; DOSSE, 1994; REIS, 1994, 1996; FREITAS, 1998).

Estes estudos tem proporcionado um acirrado debate entre os limites de modelos teóricos consagrados pela historiografia, fundamentados por "escolas" como o Marxismo, o Positivismo e o Iluminismo e as contribuições trazidas pelos historiadores representantes e ou inspirados pela "Nova História" e, mais recentemente, a "Nova História Cultural" (BOUTIER & JULIA, 1998). Não obstante, a "Nova História Cultural" ser a principal orientadora (e ou inspiradora) nos

métodos e bibliografia para pesquisa, na orientação historiográfica dos estudos nestes últimos anos, ela tem demonstrado tanto em estudos de caso, obras e reflexões individuais e coletivas, sua dificuldade e também insuficiência explicativa para verificar a complexidade dos processos Históricos, nos limites apresentados em suas análises (BOUTIER & JULIA, 1998). Numa época teoricamente considerada, por vários autores, sem mecanismos de análise, suficientemente elaborados para compreender a complexidade das transformações sociais (HERMAN, 1999), também porque, aqueles modelos, embora consagrados pelo tempo, como um conhecimento clássico herdado de outras épocas, não conseguem mais expor um sentido ao caminho a ser tomado pelos homens e sociedades, uma vez que são eles, hoje, insuficientes para compreender o mundo que vivemos, deixando, desse modo, em aberto muitos desafios a serem refletidos (BOUTIER & JULIA, 1998; CARDOSO & VAINFAS, 1997). Posto o problema desse modo, cabe-nos, senão muitas, ao menos uma pergunta crucial: como não deixar de verificar as contribuições ensejadas por referenciais "clássicos" sem desperceber a contribuição de "novos"?

Fala-se muito da divulgação e prestígio internacional alcançado pela "Nova História Cultural" em publicações e nos meios de comunicação. Alguns autores colocam que ela estaria se distanciando das Histórias Política e Econômica antes praticadas e precisamente em um momento em que a política e a economia estão caracterizando os desafios do presente. De meados da década de 1980 em diante, constata-se que vem tendo grande difusão no Brasil. Sua divulgação perpassa tanto periódicos especializados, congressos acadêmicos, como trabalhos monográficos – principalmente a partir do final da década de 1980, quando diversos autores filiados a essas posturas foram traduzidos no país (D'ALÉSSIO, 1994). Nesses últimos anos tem feito parte das revisões que foram incorporadas nos manuais didáticos e para-didáticos. Para uma constatação destas mudanças, no ensino fundamental e médio no país, sugerimos que o leitor consulte as Propostas Curriculares da área de História na década de 1980 e em seguida examine as reformulações da Proposta Curricular de 1992 e o Parâmetro Curricular do ano de 1998.

Caminhos para o estudo (da História) das Mentalidades

A terceira geração da “escola” dos *Annales* inicia-se por volta de 1968, época de turbulência generalizada na França. Mas ao contrário do que ocorreu com as duas primeiras gerações, não houve nenhuma liderança centralizadora no que diz respeito aos métodos e objetos de estudo. Esta fragmentação policêntrica não só tornou inadequado reunir estes historiadores numa mesma “escola”, mas também foi a causa de relações conflituosas no interior do grupo, levando alguns a se concentrar numa história quantitativa ou voltar, sob uma perspectiva diferente da dos metódicos, a estudar a importância e a influência da política na sociedade. Entretanto, a partir da década de 1960, saindo de uma condição marginal para tornar-se a ponta de lança de toda uma série de novos trabalhos (a maioria, preferencialmente, focalizando o período medieval), a História das Mentalidades afirmou-se no campo da historiografia, e transformou-se numa espécie de emblema da terceira geração dos *Annales*.

História das mentalidades coletivas, para sermos mais exatos. Com ou sem contribuição das outras correntes e tendências existentes no interior da terceira geração, a História das Mentalidades teve como sua característica marcante o estudo das atitudes e representações coletivas, que se manifestam num tempo muito longo, plurissecular, e cujos vestígios mais significantes encontram-se naquilo que o historiador das mentalidades denominou como sendo as suas novas fontes de estudo, indicadores para a constatação de evoluções nas sensibilidades coletivas. Assim, por exemplo, a arqueologia, a iconografia e as noções de sociabilidade prestam-se, respectivamente, para o resgate da sensibilidade coletiva diante dos ambientes domésticos, da morte e da concepção do além-mundo e da família, confrarias e associações. Toda a problemática no que concerne à seleção e utilização destas fontes, no entanto, já foi devidamente estudada. Voltemo-nos para outra questão: afinal de contas, o que se entende por “mentalidade”?

Robert MANDROU, de maneira (superficialmente) eficaz, mas profundamente vaga, definiu as mentalidades como “visões de mundo”. Certamente uma definição como esta traz dentro de si a promessa de se encarar o “real” em toda a sua totalidade e complexidade. Mas outro conceito, o de ideologia, logo se apresenta e reclama o seu quinhão nesta

tarefa de interpretar a realidade. Segundo ALTHUSSER, ideologia é “a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”, ou seja, é a formalização do pensamento após uma tomada de consciência, um modo de pensar sistematizado. Pode ser também classificada como *falsa consciência*, uma vez que a consciência não é absoluta (*não podendo apreender todo o mundo a sua volta, com suas múltiplas conexões entre seus vários aspectos*) e se molda a partir e de acordo com interesses de classe (segundo o modelo interpretativo das “escolas” marxistas). Pautada de acordo com interesses específicos, imediatos e práticos, o conceito de ideologia, mostra-se insatisfatório para explicar dados e manifestações complexas que pouco ou nada se relacionam com a luta de classes.

Destarte, “o que não está formulado, o que permanece aparentemente como ‘não significativo’, o que se conserva muito encoberto ao nível das motivações inconscientes” e, de forma geral, “aponta aquilo que se tornou corrente definir como ‘a força da inércia das estruturas mentais’” (VOVELLE, 1987, p.19), não deve ser qualificado como ideologia, mas como mentalidade.

Mentalidade constituída de elementos inconscientes da memória ou do imaginário coletivo. Inconscientes, porém operatórios. É evidente que entre os dois termos, ideologia e mentalidade, existe um espaço privilegiado para a interpenetração, o que no melhor dos casos beneficia a elucidação enriquecida de ambas. Um exemplo esclarecedor nos é fornecido por Michel VOVELLE e que, ao sobrepor dois mapas, um mostrando as áreas de sucesso da Revolução Francesa e outro indicando as regiões nas quais os partidos de esquerda conseguiram a maior parte de seus votos nas eleições presidenciais de 1962, constatou que a justaposição é sugestivamente exata. Por outro lado, denunciou as regiões nas quais a descristianização e a Revolução sofreram uma rejeição coletiva no final do século XVIII e nas quais, na eleição de 1962, os partidos de direita e de extrema direita encontraram maior receptividade (*Idem*, p. 304 e ss.).

Postular que a ideologia não mantém relações com as mentalidades ou determinar a ideologia como reflexo mecânico e unidirecional de uma mentalidade, é perigoso e infrutífero. Uma vez respeitados os limites da ideologia, resta-nos refletir a palavra, ou melhor,

o termo mentalidade. A partir do exemplo acima citado, não podemos dizer que a memória da Revolução manteve-se viva e intacta até 1962, “*como se tivesse sido ontem*”. Entretanto, os mapas são exatos na sua demonstração. Como se explica isso? Alguns afirmam que uma mentalidade é o que “restaria de formulações ideológicas, algumas vezes enraizadas em contextos históricos precisos, mas que entraram em discrepância e deixaram de se ligar ao real para se tornarem estruturas formais ociosas e até irrisórias”. Ou não: para outros, é na mentalidade que se identificam as “lembranças que resistem, o tesouro de uma identidade preservada, estruturas intangíveis e enraizadas, a expressão mais autêntica dos temperamentos coletivos: em resumo, o que há de mais precioso” (*Idem*, p.20). Esta segunda vertente, muito mais otimista e propensa a se tornar útil para os historiadores, foi a responsável pela maioria dos trabalhos realizados na França, a partir de 1970, e teve Michel VOVELLE como seu principal expoente (para uma discussão mais detalhada a respeito das vertentes de estudo sobre a História das Mentalidades, ver: VAINFAS, 1997).

Estas lembranças, entretanto, seriam inconscientes e pertenceriam ao “inconsciente coletivo”. Mas apesar disto, não se quis associar este conceito à psicologia de Jung ou à antropologia estruturalista de Lévi-Strauss, mas sim ao empirismo de uma atitude mental coletiva, com ritmo e causas específicas, num determinado lugar e durante um determinado tempo. Em outras palavras, a mentalidade tem seu ritmo próprio, assim como sua duração, estímulos e inibições. Todos os historiadores das mentalidades são unânimes neste ponto. O tempo da política, rápido, efêmero, pontual e curto, que caracterizou os metódicos, e o tempo médio de 10, 20 ou 50 anos que se caracteriza, segundo SIMIAND, por uma expansão econômica seguida de uma fase de retração do mercado e sua conseqüente crise, não se prestam à investigação de uma mentalidade de seu início ao seu fim. Nem mesmo um modo de produção, conceito marxista, abrange todo este tempo. A fórmula “sobre o econômico atrase-se o social e sobre o social o mental” (BOURDÉ e MARTIN, 1983, p.147), de Ernest LABROUSSE é extremamente explicativa no que diz respeito aos diferentes tempos contidos no interior de uma mesma sociedade, e especialmente no caso das mentalidades: alguns historiadores aplicaram-na prontamente, levando-a às suas últimas conseqüências.

Os ecos de BRAUDEL são inconfundíveis neste ponto. De fato, a metodologia de estudo dos três tempos do autor foi largamente utilizada pelos historiadores das mentalidades, devido principalmente ao seu aspecto mais inovador: a concepção da supremacia do tempo longo sobre os outros tempos, ou pelo menos o reconhecimento da originalidade e do ‘ritmo autônomo’ (?) da longa duração. Um tempo longo, muito propício para a geo-história mas também para a constatação de longas permanências e resistências culturais inconscientes. Um tempo quase imóvel, marcado por regressões insistentes e estagnações periódicas. Os processos mentais plurisseculares são mais perceptíveis na longa duração, e suas mutações se impõe sobre a sociedade que as engendram. Sem manter conexões aparentes com a cultura esclarecida ou com os acontecimentos rápidos e pontuais, o tempo longo é o palco privilegiado das representações e atitudes coletivas, revelando com freqüência “*prisões de longa duração*” (BRAUDEL), a “*força da inércia*” (LABROUSSE) e a resistência às mudanças, que não raro frustrariam programas sociais e tornariam inoperantes alguns projetos políticos.

Evidentemente, é um perigo superestimar a influência da longa duração, pois corre-se o risco de conceber uma história imóvel. Embora nunca tenha menosprezado o papel do movimento, por mais lento que fosse, das estruturas mentais ao longo dos séculos, BRAUDEL, a partir da sua geo-história, não conseguiu mostrá-la em movimento: “Quando penso no indivíduo, escreveu uma vez, sou sempre inclinado a vê-lo como o prisioneiro de um destino sobre o qual pouco pode influir” (BURKE, 1997, p.53).

Esta posição causou indignação e discordância de muitos historiadores, das mentalidades ou não, e VOVELLE reservou muitas páginas de sua obra *Ideologias e mentalidades* (1987) para contestá-la. Para refutar este determinismo, VOVELLE apontou as diferenças existentes entre as diversas regiões da França, as distintas culturas da elite, do povo e dos intermédios culturais. E ressaltou a importância de se deixar bem claro o que é que está sendo levado em consideração. É a história-problema, centrada num tema e/ou região. Assim, por exemplo, podemos afirmar que um fato relevante para a mentalidade religiosa, como a Reforma protestante, pouca influência exerceu sobre as técnicas de cultivo do solo. O tempo longo que compreende uma mentalidade é

vasto demais para uma História geral. A partir desta constatação foram incentivados no meio acadêmico os trabalhos que enfocavam temas ou regiões, de preferência pequenas e culturalmente homogêneas.

A ausência de relação entre a Reforma e as técnicas de cultivo do solo, como exemplificamos acima, nos chama a atenção para outro aspecto da História das Mentalidades: na sucessão de estruturas (econômicas, sociais, culturais e mentais), mais do que estas coincidirem-se no tempo ou sucederem-se mecanicamente, tanto horizontal quanto verticalmente, o que ocorre é uma superposição destas estruturas e modelos, acompanhada, obviamente, pelo entrelaçamento dos tempos. Com base nisto, o historiador pode resistir incólume à sedução da atemporalidade dos mitos, escapando simultaneamente, a excessiva influência da antropologia estruturalista e da etnografia histórica, ou seja, de uma história imóvel e repleta de invariantes históricas.

Apesar destas considerações, uma história centrada na longa duração, com suas inércias, resistências e prisões comportamentais, ainda assim causa a impressão de colocar em posição desfavorecida os eventos políticos e ciclos econômicos. Poderíamos, então, perguntar com VOVELLE: "Uma história assim comportaria 'revoluções?'" (p. 274). A resposta seria negativa se levássemos em conta o repúdio dos historiadores da primeira geração dos *Annales* pela história historicizante dos metódicos, feita de seqüências de batalhas, cerimônias de coroação e divulgação de bulas papais. Mas, para Vovelle, sim. Como negar o poder transformador, em todos os níveis (do evento à mentalidade), da Reforma, da Revolução Industrial ou da Revolução Francesa? Esta questão chamou a atenção dos historiadores das mentalidades para o resgate, sob nova perspectiva, do evento e do tempo curto. BURKE endossando esta necessidade, argumenta que "os eventos nem sempre são políticos – pense-se na quebra da bolsa de 1929, a grande peste de 1348, ou mesmo na publicação de Guerra e Paz" (BURKE, 1997, p. 104).

Para os historiadores das mentalidades, complementarmente ao tempo longo, portador de heranças inconscientes e comportamentos operantes, mesmo quando as condições que os criaram há muito desapareceram, impõe-se o tempo curto, não como simples reflexo da longa duração, mas como o segundo elemento de uma dialética entre os dois tempos. Poderíamos ainda nos perguntar se não seria o evento,

enquanto ruptura, transição brusca ou ingrediente catalisador para a formação de uma nova mentalidade, apenas o coroamento de um processo longo, na maior parte do tempo invisível e com muitos aspectos de uma evolução efetuada na longa duração. Talvez sim, mas para além disso, ou como complemento, episódios revolucionários, mutações bruscas e rupturas entre uma estrutura decadente e outra em formação são as condições indispensáveis que possibilitam a intrusão da criatividade e do imprevisto, tão importantes nos momentos que antecedem a cristalização de uma nova mentalidade.

O tempo curto recuperou o seu espaço e reafirmou a condição do homem como produto e, simultaneamente, produtor da sua história. Eventos traumáticos ou idéias-força, indeterminadamente, num determinado espaço e num determinado tempo, tornam possíveis ao homem a libertação das prisões da longa duração e, mais profundamente, de um determinismo histórico ou de uma história imóvel.

A Revolução Francesa é o exemplo por excelência: a dialética entre o tempo curto e o tempo longo mostra-se aqui especialmente rica. É o "tempo do trauma inicial, da ruptura propriamente revolucionária a partir da qual, por muito tempo, uns se tornaram chuanos, e outros se tornaram jacobinos, separados por uma fronteira que nossos mapas eleitorais atuais eternizam" (VOVELLE, 1987, p. 289). Mas nem toda ruptura é geral: os "chuanos" são apenas um exemplo de resistência, cujo conteúdo pode se esvaziar com o passar dos séculos ou se manter solidamente em oposição ao espírito "jacobino".

A História das Mentalidades, entretanto, sofreu na década de 1980, após seu auge na década de 1970, um período de declínio cadenciado, provavelmente o resultado da imprecisão e da ambigüidade possíveis na tentativa de formulação conceitual, vicejadas na dificuldade de dar significado operatório, no espaço e no tempo ao termo "mentalidade". As decepções com propostas não muito claras, levaram a maioria dos historiadores das mentalidades a se refugiar na 'Nova' História Cultural, na qual continuaram preferindo estudar as manifestações de massas, como: as festas, crenças e resistências. Entretanto, a 'Nova' História Cultural, utilizando-se do conceito de cultura, avança nos estudos referentes aos modos de agir, pensar e representar a 'realidade' nas sociedades do passado, na medida em que procurou analisar as

proximidades e distanciamentos entre a cultura popular e a cultura erudita. Não por acaso, a História das Mentalidades passou a ser sua parceira desfavorecida, e de modo tão íntimo que atualmente se confunde com ela (VAINFAS, 1997). Evidentemente as proximidades existente entre esses modos de estudar e pesquisar a história não elimina as diferenças que também perpassam entre ambas, o que indica uma continuidade em meio a certas rupturas da História das Mentalidades para a 'Nova' História Cultural.

Caminhos abertos entre a "História das Mentalidades" e a "Nova História Cultural"

A História das Mentalidades de meados da década de 1960 até o final da de 1970 abrangeu a maior parte dos trabalhos apresentados em forma de teses no período e centralizou os estudos apresentados em livros e publicação de artigos na Revista *Annales E.S.C.* na França e adquiriu adeptos em várias regiões do mundo. Porém, a partir da década de 1980 houve a recusa no emprego do termo 'mentalidades' reduzindo consideravelmente os estudos sobre a História das Mentalidades, como também um deslocamento dos pesquisadores dessa temática para outras. Isto ocorreu em função das várias críticas feitas por pessoas que pesquisavam dentro da temática da História das Mentalidades, como também por parte daqueles que se recusaram trabalhar com esta temática. Todavia, isto não significou o fim das pesquisas no campo da História das Mentalidades, mas sim um redirecionamento principalmente para o campo da 'Nova' História Cultural. (VAINFAS, 1996)

O redirecionamento foi possível em decorrência da utilização do termo cultura em substituição ao termo mentalidade. O termo cultura que por muito tempo significou os costumes e hábitos da elite, graças a antropologia cultural passou a significar todas as maneiras de existência humana, tudo aquilo que caracteriza a existência de um povo, de uma nação e de um grupo. Neste sentido, o emprego do termo cultura representou uma maneira de solucionar vários problemas levantados com o uso do termo mentalidade. Problemas que podem ser percebidos principalmente por meio da leitura de Jacques LE GOFF em "Mentalidades: uma história ambígua" (LE GOFF, 1976), ao indicar: a) as

insuficiências metodológicas no estudo das mentalidades; b) os limites conceituais referentes ao tipo de delimitação do termo 'mentalidade'; c) e a abrangência nos estudos, em seus recortes temporal e espacial, na medida em que homogeneizavam a ação dos indivíduos, em função da paralisação no movimento social, no tipo de leitura do processo histórico, próprio àquele momento de ascensão da história estruturalista, da qual a História das Mentalidades do período foi devedora e se baseava.

Um dos problemas que puderam ser solucionados com o uso do termo cultura foi referente a questão das transformações na História, rejeitadas pela História das Mentalidades da década de 1970, que privilegiava exclusivamente a longa duração – história 'quase' imóvel. Outro problema que pôde também ser solucionado com a utilização do termo cultura foi a possibilidade de apreender a História a partir da relação entre a cultura popular e cultura erudita, evitando assim a homogeneização da sociedade, como o fez um tipo de História das Mentalidades ao privilegiar exclusivamente o que havia em comum entre os indivíduos, como por exemplo: focalizar o que havia em comum entre César e seu último soldado. Isto foi possível porque o "estudo da cultura exige que consideremos a transformação constante por que passam as sociedades, uma transformação de suas características e das relações entre categorias, grupos e classes no seu interior". (SANTOS, 1994, p. 44)

George DUBY (1990), em meados da década de 1970, não se referia à História das Mentalidades, mas sim à História Cultural, uma vez que segundo ele, havia recebido a contribuição da historiografia francesa. Esta, aliada a etnologia tinha, se afastado das análises que privilegiavam estritamente a cultura da elite para uma análise que considerava o popular. Neste sentido, segundo o autor, estes historiadores começaram a focalizar a História, a partir da oposição entre cultura erudita e cultura popular.

Apesar dele achar importante esta forma de abordar a História por meio do conflito entre o erudito e o popular, alerta para a necessidade de entender a cultura a partir do entrecruzamento do popular (com o) e do erudito e não apenas a sua oposição. Pois, segundo ele, resumir a análise da cultura por meio do conflito entre a cultura erudita e a popular empobrece os resultados. Também chamou atenção para a necessidade de entender a História a partir do aspecto político, econômico e social.

Evidenciou sua preocupação com uma História global (totalizadora), alertando para a necessidade de especificar a temporalidade de cada nível – econômico, social e político – já que cada um possuiria temporalidade própria. Enquanto o político e o econômico transformavam-se num tempo rápido, o mental se transformaria mais lentamente. Dessa forma, para ele, é necessário apreender a estrutura de temporalidade de cada nível e verificar como um interfere no outro, pretendendo chegar a uma História global. A partir dessas posições do autor é possível perceber o quanto ele se afastou da História das Mentalidades da década de 1970, que enfocava exclusivamente, em seus estudos, a longa duração – história imóvel e homogeneizadora dos homens e sociedades –, uma vez que trabalhava com o mental fazendo referências ao contexto social e político, com o objetivo de analisar não apenas as permanências nos modos de agir e pensar, mas por outro lado destacar a dinâmica e as disputas que cadenciavam as tomadas de posição.

Carlo GINZBURG (1987), um dos pioneiros no uso do termo mentalidade fora da França, também foi um dos primeiros a perceber as insuficiências do termo. Optou por substituir o termo mentalidade pelo termo cultura popular. Porém, o que chamou atenção no trabalho deste autor foi o fato de que ele procurou não centrar a análise da cultura por um viés estritamente classista, mas sim por meio da circularidade cultural, onde focalizou a cultura popular a partir de suas trocas com a cultura erudita e vice-versa. Neste caso a cultura popular acaba se tornando a cultura comum a todos os segmentos sociais.

Em outro estudo, ao procurar decifrar o núcleo do sabá (GINZBURG, 1991), reconstituiu mitos milenares por meio de suas assimetrias, mostrando a transculturalidade que existiu entre eles ao longo dos anos. Para o autor, transculturalidade, foi possível devido as relações históricas e não apenas fruto do inconsciente coletivo. Em cada período histórico o mito passa por uma formalização feita pela elite. Neste sentido, o núcleo do sabá que existiu no período inquisitorial no início da era moderna funcionou porque ele " pôde amalgamar tão eficazmente obsessões clericais vinda de cima e mitos populares vindo de baixo, isto deveu-se em parte do fato deles compartilharem um temor comum – a conspiração..." (ANDERSON, 1996, p. 72). O autor acabou recuperando a História numa longa duração, como a História das Mentalidades da

década de 1970, enfocando, porém, juntamente com as permanências dos mitos, as suas transformações. Não deu ênfase numa sociedade homogeneizada. Como nos seus estudos anteriores, enfocou a questão da circularidade cultural, o entrecruzamento da cultura popular com a da elite e vice-versa.

Jacques LE GOFF, a partir de documentação eclesiástica medieval procurou entender a relação entre cultura popular e cultura erudita na Idade Média. Ao estudar a cultura clerical e a cultura folclórica no período merovíngio, percebeu que a preocupação da cultura clerical era eliminar a cultura folclórica, mas por outro lado a cultura clerical absorvia a cultura folclórica. (LE GOFF, 1980) Não obstante, ao estudar a partir das narrativas de viagem ao além no século XIII, a relação entre cultura popular e erudita, observou que neste período a cultura erudita, ao contrario do merovíngio, em vez da intenção de eliminar a cultura folclórica procurou apropriá-la de maneira explícita, estabelecendo, dessa forma, uma intersecção mais intensa entre ambas, do que no período merovíngio (LE GOFF, 1994). Neste sentido, verificou que a cultura popular era a cultura comum entre vários grupos sociais, como enfatizou GINZBURG. Por outro lado, verificou que a relação entre a cultura popular e erudita variava ao longo do tempo, mesmo num período onde a mentalidade foi comum, ou, assim, pretensamente interpretada na Idade Média. Por sua vez, afastou-se da História das Mentalidades da década de 1970 (que procurava homogeneizar as sociedades e privilegiava exclusivamente uma história imóvel), mesmo tendo percebido o cultural a partir do mental e chegando às vezes ao atemporal, acabou por considerar a mudança na História juntamente com as, possíveis, permanências.

Roger CHARTIER (1988), historiador ligado aos *Annales*, propondo a utilização da representação social como forma de captar as práticas culturais, acabou por focalizar a História a partir de uma análise estritamente classista. O autor buscou a instrumentalização de sua metodologia, principalmente, na sociologia e não na antropologia cultural, como o fizeram GINZBURG e LE GOFF. A análise de CHARTIER, talvez por isso, acabou, em consequência, omitindo o entrecruzamento entre cultura popular e erudita, ressaltado tanto por GINZBURG, como por LE GOFF. Neste sentido, a utilização por ele da representação social como

forma de captar a totalidade histórica a partir das práticas culturais torna-se frágil.

A partir do quadro sucinto de reflexões apresentadas sobre os estudos dos autores a respeito da 'Nova' História Cultural é possível perceber que esta adquiriu um consenso maior que a História das Mentalidades, que foi muito criticada. Portanto, a História Cultural não resolveu os problemas metodológicos e nem inaugurou um novo 'paradigma', pois, ela é uma história plural, que apresenta vários modelos de como se fazer História. Podendo se verificar tal fato nos exemplos apresentados acima e em outros. O que leva, em decorrência desta instabilidade metodológica, a incongruências teóricas que já haviam caracterizado a História das Mentalidades. Neste caso é preciso ressaltar que o problema das Ciências Sociais e, em particular, da História, no que diz respeito a falta de um modelo que explique os fenômenos e traga certezas (absolutas) é fruto da crise no campo das ciências em geral, que se instaurou no início do século XX. As Ciências Exatas, entre elas a física teórica e aplicada tem demonstrado com as descobertas verificadas na teoria da relatividade e quântica, que a posição do tempo e da teoria Newtoniana deveriam ser revisitadas e repensadas. Tais críticas evidenciaram as limitações de várias explicações que até então eram vistas como certezas absolutas no campo das ciências. Neste sentido, os problemas levantados a respeito das incoerências teóricas da História Cultural, como ocorreu também com a História das Mentalidades, não é motivo para que os historiadores perplexos nesse estado de neutralidades abissais que subscrevem o meio acadêmico, entrem em contradições teórico-metodológicas. Mas procurem trabalhar da melhor maneira possível os documentos, levando em consideração sua especificidade, uma vez que cada documento e período histórico exige um tipo de metodologia a ser aplicada pelo historiador.

É necessário, enfim, ressaltar que a História das Mentalidades, apesar de suas limitações, trouxe profícuas contribuições para a compreensão das sociedades passadas, verificando a importância das representações mentais na lógica histórica e possibilitando a incorporação de diversas fontes e metodologias. Verifica-se isso, por exemplo, no tratamento do mito como fonte e a História Oral como método de pesquisa histórica. Cabe também ressaltar a contribuição da 'Nova' História Cultural

no estudo das sociedades do passado, uma vez que por meio da utilização de documentos e metodologias específicas, tem possibilitado apreender cada sociedade a partir da sua especificidade histórica.

SILVA ROIZ, Diogo da, SANTOS Jonas Rafael dos, ANDRÉ FAUSTINO, Orlando. Bounds and possibilities of researchs between The "Mentality History" and the "New Culturam History". *Ensaios de História*, Franca, v.5, n1/2, p.89-109, 2000.

ABSTRACT: The article intends to expose any ideas developed by M. Vovelle, in the 1980's, with his attempt of a metodological reformulation to the Mentality History, here and then, investigating a couple of rays from the discussion between the bounds of the Mentality History and the defiances of the New Cultural History, aspiring embrace it.

KEYWORDS: Annales; Mentality History; Cultural History; popular culture and scholar culture.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Perry. *Investigação Noturna: Carlo Ginzburg*. In: *Zona de compromisso*. Tradução Raul Fiker. - São Paulo: Edunesp, 1996. (Ariadne)
- _____. *As origens da pós-modernidade*. Trad. Marcus Penchel - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Lisboa: Europa - América, 1983.
- BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique. (org.) *Passados Recompostos: campos e canteiros da História*. Trad. Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: UFRJ: FGV, 1998.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989. A revolução francesa da historiografia*. Tradução Nilo Odalia - 4ª reimpressão. São Paulo: Edunesp, 1997.
- _____. (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes - 4ª reimpressão - São Paulo: Edunesp, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 1-26.

CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro, Difel/Bertrand Brasil, 1988.

D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Os Annales no Brasil. Algumas reflexões. *Revista Anos 90*. Porto Alegre, 2:127-142, 1994.

DOSSE, François. *A História em Migalhas. Dos Annales à Nova História*. Tradução Dulce da Silva Ramos – 2ª reimpressão – São Paulo: Educamp, 1994.

DUBY, Georges. "Problemas e Métodos em História Cultural" e "História e Sistema de Valores" In: *Idade Média. Idade dos homens, do amor e outros ensaios*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

FREITAS, Marcos Cesar. (org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

GINZBURG, Carlo. Ossos e Peles. In: *História Noturna: decifrando o Sabá*. São Paulo Companhia das Letras, 1991.

_____. Prefácio. In: *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

HERMAN, Arthur. *A idéia de decadência na História Ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

HUNT, Lynn. *A nova História Cultural*. Trad. Jefferson Luís Camargo. – 1ª reimpressão – São Paulo: Martins Fontes, 1995 (O homem e a História).

LE GOFF, Jacques. *Memória e História*. Trad. Bernardo Leitão (et al.) – 4.ed. – Campinas. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996 (coleção repertórios).

_____. "Mentalidades - Uma História Ambígua". In: LE GOFF, J. & NORA, P. (org.). *História: Novos objetos*. Rio de Janeiro Francisco Alves, 1976, p. 68-83.

_____. Aspectos Eruditos e Populares nas Viagens ao Além na Idade Média. In: *O imaginário Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. (Col. Nova História, 13)

_____. Cultura Clerical e Tradições Folclóricas na Civilização Merovíngia. In: *Para um Novo Conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no ocidente*. Lisboa: Estampa, 1980.

_____. (org.) *A História Nova*. Tradução Eduardo Brandão – 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

REIS, José Carlos. *Nouvelle Histoire e Tempo Histórico. A contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Ática, 1994.

_____. *Annales: a Renovação da História*. Belo Horizonte: UFOP, 1996.

_____. *Identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

RODRIGUES, Antônio E. M. & FALCON, Francisco J. C. *Tempos modernos: ensaios de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é Cultura*. Paulo: Brasiliense, 1994.

VAINFAS, Ronaldo. Da história das mentalidades a história cultural. *HISTÓRIA*. São Paulo: UNESP. v.15., 1996, p.126-141.

_____. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.127-162.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

REFORMA DO ESTADO E HISTORIOGRAFIA: REFLEXÕES SOBRE O
NOSSO TEMPO

Gustavo BUENO*
Leandro Salman TORELLI*
Michael Luiz dos SANTOS*

RESUMO: Este artigo objetiva analisar o processo de transformações que vem sofrendo o Estado Nacional a partir da crise do *welfare state* e do surgimento das idéias do chamado Estado Gerencial para, a partir da análise do Brasil de autores clássicos como Celso Furtado e Florestan Fernandes, discutir a idéia de "projeto nacional" e da atual Reforma do Estado.

UNITERMOS: Reforma do Estado; *Welfare State*; Estado Gerencial; Celso Furtado; Florestan Fernandes; "Projeto Nacional".

No entender de alguns teóricos das ciências sociais que estudam o atual momento da humanidade, vivemos um período de grandes incertezas, ocasionadas pela chamada crise do pensamento racional e, conseqüentemente, de todas as ciências baseadas no racionalismo.

Essa crise, segundo esses cientistas, atinge todas as esferas da vida, portanto, os Estados Nacionais, que atravessam um período de mudanças no que diz respeito às suas funções, não poderiam se diferenciar das outras esferas da sociedade, e também encontram-se em crise.

O historiador, comprometido com essa sociedade que vive um período de incertezas, deve buscar compreender a história do seu tempo e tentar encontrar respostas para a superação dessa crise.

Sendo assim, nosso maior objetivo é compreender as transformações que o Estado Nacional vem sofrendo desde a crise do *welfare state* e pontuar, através de um histórico, as diferenças desse Estado de Bem Estar Social para o Estado Gerencial – predominante hoje do ponto de vista ideológico (FIORI, 1997).

* Graduandos em História. Orientador: Pedro Geraldo Tosi. Bolsistas PET/SESu.

No caso do Estado Nacional brasileiro faremos um trajeto pelas análises do Brasil de Celso Furtado e Florestan Fernandes, isso para a compreensão dos caminhos adotados pela elite nacional na formação do nosso Estado. Por fim, confrontar os projetos anteriores – Celso Furtado e Florestan Fernandes – com os projetos antagônicos para o Brasil do Estado desenvolvimentista e o atual projeto de Estado Gerencial.

A crise do *welfare state* e a emergência do neoliberalismo

As idéias keynesianas, materializadas no estado de bem-estar social, tomaram grande força após a Segunda Guerra Mundial nos países centrais da Europa e nos Estados Unidos. O neoliberalismo encontrava-se então retraído, um tempo de resistência ou clandestinidade, onde poucos lhe faziam referência (FIORI, 1997). Porém, nas décadas de 60 e 70 esse panorama começaria a se alterar. Nas academias norte americanas começam a surgir novos defensores das idéias liberais que, em pouco tempo, se espalharam por toda a Europa.

Mas a grande virada aconteceu com a vitória eleitoral de Thatcher em 1979 na Inglaterra, de Reagan em 1980 nos Estados Unidos e de Kohl em 1982 na Alemanha. Foi através desses três paladinos que o ideário neoliberal atingiu o plano prático e ampliou sua influência em termos mundiais. Somando-se a esse quadro a implosão do Comunismo na transição dos anos 80 para os 90 e nos deparamos com a situação quase hegemônica atingida pelo neoliberalismo.

As novas práticas possuem relações de continuidade e, simultaneamente, algumas diferenças com o liberalismo do século XIX. Podemos dizer que em linhas gerais mantém-se a crença de que são as forças políticas que distorcem a economia, então se tivermos o menos de Estado e de política possível a “mão invisível” do mercado corrigirá as eventuais falhas para a obtenção da harmonia. O individualismo volta a cena, sendo visto com naturalidade pois o que se valoriza é a “igualdade de oportunidades”. Caracterizando os anos 90, temos o fato da quase universal presença neoliberal, espaço conquistado pela força das idéias que possibilitou a vitória ideológica sobre o *welfare state* (FIORI, 1997).

Na América Latina, observamos uma adesão tardia ao processo, que se inicia através das renegociações da dívida externa. Com tal

objetivo, em 1989 foram definidas algumas medidas – conhecidas por Consenso de Washington – a serem tomadas pelos países desse continente. Elas se resumem a três fases: estabilização macroeconômica, reformas estruturais e retomada dos investimentos e crescimento econômico. Essas práticas estão intrinsecamente ligadas ao projeto liberal e a sua efetivação marca a inserção do continente nesse novo quadro internacional (FIORI, 1997).

No Brasil, a aplicação das idéias debatidas no Consenso de Washington, se iniciam com o Governo Fernando Collor (1990-1992). A abertura da economia e os planos de estabilização monetária e fiscal implicam na efetiva utilização dos ditames do *Washington Consensus*.

A partir das eleições de 1994, com a vitória do antigo Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, a aplicação das políticas de estabilização macroeconômicas ganham ainda mais força, e se consolidam no país como alternativa única para a pretensa busca do equilíbrio e desenvolvimento econômicos (FIORI, 1997).

Porém, o discurso do governo Fernando Henrique – a medida que torna-se claro o seu alinhamento com as idéias do Consenso de Washington – é de que o Brasil necessitava de reformas para a superação do Estado burocrático e implementar o chamado Estado Gerencial (BRESSER PEREIRA & SPINK, 1998).

Segundo Bresser Pereira (1998, p.257-70), o novo Estado gerencial, baseado nas fórmulas administrativas empresariais, tem como características a descentralização político-administrativa, a superação dos níveis hierárquicos do Estado burocrático e uma maior agilidade ao atendimento do cidadão.

Os serviços oferecidos pelo Estado gerencial, segundo Bresser Pereira, superam a ineficiência do Estado burocrático. A proposta é de distribuir essas funções em quatro setores: núcleo estratégico, atividades exclusivas, serviços não exclusivos ou competitivos e a produção de bens e serviços para o mercado.

O núcleo estratégico caracteriza-se por definir as leis e as políticas públicas – poderes legislativo, judiciário, executivo e a cúpula dos ministérios. Já o setor das atividades exclusivas compreende o exercício do poder estatal – polícia, regulamentação, fiscalização, fomento e seguridade social básica. Quanto aos serviços não exclusivos são

aqueles que, embora não financiados diretamente pelos cofres públicos, podem vir a ser subsidiados pelo Estado em virtude de sua extrema relevância social – universidades, hospitais, centros de pesquisa e museus. Por fim, a produção de bens e serviços para o mercado é realizada pelas empresas de capital misto, ou seja, aquelas que operam em setores estratégicos – empresas estatais (BRESSER PEREIRA, 1998 p. 257-9).

Do ponto de vista administrativo, estes setores do Estado gerencial, descritos no parágrafo anterior, diferem-se em suas funções. O setor estratégico será, por definição, estatal. As atividades exclusivas do Estado devem ser geridas por “agências autônomas”, com flexibilidade administrativa em relação ao poder central. Os serviços não exclusivos devem ser públicos não estatais, pois a publicização garante a qualidade do serviço e justifica o subsídio do Estado, a não estatização se legitima pela autonomia administrativa e pela lógica do mercado expressa na cobrança do serviço. Por fim, a produção de bens de consumo deve ser privada, pois acredita-se que a empresa privada é mais eficiente diante do mercado do que as empresas públicas (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 259-64).

Porém, as particularidades da formação do Estado brasileiro e o diferencial da formação das nossas elites, não permitem a pura aplicação de teorias surgidas a partir de experiências que não combinam com a nossa realidade. Além disso, a idéia de “projeto nacional” vem sendo debatida no Brasil a algum tempo, sem que um desses projetos fossem efetivamente concluídos. Sendo assim, discutiremos a seguir a idéia de formação nacional e as influências históricas na configuração do nosso Estado à luz do pensamento de Celso Furtado e Florestan Fernandes.

A formação do Estado brasileiro e a ausência de um projeto nacional: Celso Furtado e Florestan Fernandes

A escolha dos autores – Celso Furtado e Florestan Fernandes – justifica-se pela relativa polêmica que os dois cientistas sociais são alvo ainda hoje. No caso de Celso Furtado, um economista fora de moda

(SCHWARTZ, 2000, p. 267-71), a sua idéia de formação econômica do Brasil pela lógica centro-periferia é, até o momento, muito debatida. Já em Florestan Fernandes, a teoria de que a revolução burguesa no Brasil ocorreu mediante características pré-capitalistas e que esse é o motivo do atraso e da dependência, também são temas recorrentes atualmente.

Celso Furtado entende a evolução econômica do Brasil como um processo histórico de constituição das bases técnicas para a industrialização em contradição com as velhas estruturas coloniais.

Porém, as dificuldades de formação de um economia nacional concentram-se não só no fato da manutenção das antigas estruturas coloniais, mas também a difícil ruptura da nossa economia com o centro capitalista (SAMPAIO JR., 1999, p.437-46). O resultante dessas dificuldades para Furtado é um Estado onde os projetos sócio-econômicos encontram sérias barreiras na efetiva conclusão de seus ideários.

Furtado escreveu sua principal obra, *Formação Econômica do Brasil*, num período em que a euforia como o projeto econômico era geral. As três décadas entre 1950 e 1980 são marcadas pelo intenso crescimento econômico, baseado no avanço da industrialização; isso possibilitando uma sensação de que faltavam “dar uns poucos passos para finalmente nos tornassemos uma nação moderna” (MELLO e NOVAIS, 1998, p.560).

Celso Furtado, inserido no contexto descrito acima, acredita que, com o grande surto da indústria e a crise final do chamado complexo cafeeiro, havíamos finalmente superado a etapa colonial e caminhávamos para um sistema econômico autônomo (FURTADO, 27.ed., 2000). Mesmo em trabalhos mais recentes do que *Formação Econômica do Brasil*, porém escritos nas décadas de 1960 e 1970, Furtado mantém um relativo otimismo frente ao projeto desenvolvimentista, a exemplo de quase todo o país (SAMPAIO JR., op. cit.).

Porém, em um artigo da década de 1990, Furtado denuncia que o projeto nacional desenvolvimentista foi desmoronado antes da sua conclusão e afirma que os arquitetos dessa idéia, com a atual postura, nos vinculam fortemente ao centro capitalista, repondo várias características da antiga dependência (FURTADO, 1992).

Para Florestan Fernandes a independência do Brasil marca o fim da era colonial e constitui-se o referencial para a época da sociedade nacional. Dentro desse contexto, ela caracteriza-se como uma revolução social, onde os estamentos senhoriais absorveram as funções que antes eram desempenhadas mediante tutela colonial.

Os senhores rurais mantiveram a mentalidade econômica construída sob a economia colonial e foi graças a ela que lograram êxito. Assim a autonomização política e a burocratização dos privilégios imprimiram à produção e à exportação funções de acumulação estamental de capital, condição estrutural de desenvolvimento interno do capitalismo. No entanto, colaborou para eternizar o processo pré-capitalista de acumulação de capital.

O capitalismo não nasceu da diferenciação interna da ordem econômica colonial. Está ligado ao desenvolvimento de tendências de absorção cultural, de organização política e de crescimento econômico, que tinha suportes materiais na colônia, sem lançar nela suas raízes. A própria formação da ordem social competitiva possui dois aspectos, acelera o colapso da sociedade de castas e, simultaneamente, acorrenta a expansão do capitalismo a um privatismo tosco, particularista, como se o burguês moderno renascesse das cinzas do senhor antigo. Forma-se então um Estado-amálgama, com a pretensão de se modernizar, mas sempre dependente e ligado ao passado arcaico e colonial. Os limites do capitalismo dependente expressam-se na oposição entre as forças heteromônicas e as forças autonômicas (FERNANDES, 1976).

A partir da metade da década de 60, com o regime militar, a burguesia venceu todas as barreiras e acomodou os grupos atrasados as exigências dos modernos, quando deveria ter feito o contrário, forçar os segmentos mais modernos a compor com os mais atrasados. O estado burguês estabelece-se então de forma totalmente comprometida com os interesses e privilégios da plutocracia brasileira (SAMPAIO JR., 1999, p. 427-36).

Sendo assim, tanto Celso Furtado quanto Florestan Fernandes, acreditam que sem um "projeto nacional" é impossível que o Brasil supere o atraso e se desvincule da dependência.

Para Furtado, o Estado desenvolvimentista, mesmo com suas falhas e equívocos, tratava-se de um projeto que poderia permitir ao Brasil

superar às antigas estruturas do colonialismo e se configurar como um Estado autônomo.

Já para Florestan Fernandes, somente uma reconfiguração de nossas elites em consonância com um "projeto nacional" com autonomia para promover uma verdadeira ruptura com as forças senhoriais pré-capitalistas seriam alternativas reais para uma nação justa.

Percebe-se, a partir da análise destes autores, que a urgência de alternativas capazes de reestruturar o Estado Nacional se faz presente, pois o projeto posto em prática, além de ter interrompido bruscamente um outro, contém uma forte gama de teorias alienígenas, que pouco contribuem para a compreensão da nossa realidade.

Além disso, como afirma o próprio Celso Furtado, "os ajustamentos sem precedentes que neste fim de século estão ocorrendo nas relações internacionais requerem para sua compreensão uma visão global apoiada não apenas na análise econômica, mas também na imaginação prospectiva que nos habilita a pensar o futuro como história. Sem essa visão global, estaremos incapacitados para captar o sentido dos acontecimentos que nos concernem mais diretamente e, mais ainda, para agir conscientemente como sujeitos históricos" (FURTADO, 1992, p. 55).

BUENO, Gustavo, TORELLI, Leandro Salman, SANTOS, Michael Luiz dos. *State Reform and History's writing: reflections about our time. Ensaio de História*, Franca, v.5, n1/2, p.111-117, 2000.

ABSTRACT: This article objectives proceed with the analise of the transformations process that is suffering the National State with effect from the welfare state crisis and the appearance of ideas from the Managerial State to, with effect from the analise of classic authors of Brazil, like Celso Furtado e Florestan Fernandes, quarrel the "National Project" idea and the current State Reform.

KEYWORDS: State Reform; Welfare Satate; Managerial State; Celso Furtado; Florestan Fernandes; National Project.

Referências Bibliográficas

- BRESSER PEREIRA, L. Carlos & SPINK, Peter (org.). *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- FERNANDES, Florestan. *Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1975.
- FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 27.ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional: Publifolha, 2000.
- _____. "Globalização das estruturas econômicas e identidade nacional". *Estudos Avançados*. v.6, n.16, 1992, p.55-64.
- MELLO, J. M. Cardoso de & NOVAIS, Fernando. Capitalismo Tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARTZ, Lilian M. (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. v.4, São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 559-658.
- SAMPAIO JR., P. de Arruda. "O impasse da 'Formação Nacional'". In: FIORI, J. L. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 415-47.

COMPANHIA ESTRADA DE FERRO MORRO AGUDO: A CHEGADA DOS TRILHOS E AS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS, 1925-1942

Reginaldo de Oliveira PEREIRA*

RESUMO: O objetivo do presente artigo é mostrar a influência da ferrovia no desenvolvimento dos diversos municípios de São Paulo, estudando em particular o município de Morro Agudo/SP a partir da concessão para a construção do ramal Pontal/Morro Agudo bem como o interesse de proprietários locais em atrair esse importante meio de comunicação para próximo de suas fazendas. Merece destaque o conflito entre a Mogiana e a Paulista, no sentido de uma tentar impedir o avanço da outra.

UNITERMOS: Ferrovias; Companhia Paulista; Morro Agudo; Estrada de Ferro Morro Agudo.

Considerações Preliminares

Podemos notar o desenvolvimento da via férrea em São Paulo, a partir da segunda metade do século XIX, de maneira geral, como sendo "uma decorrência da expansão da lavoura cafeeira, facilitando o transporte de homens e mercadorias. A contingência de colocar o café no porto de embarque para os países consumidores e a sua própria marcha através das diversas zonas da Província, iriam ditar o sentido de sua expansão" (CAMARGO, 1952, p. 172).

Podemos afirmar que as estradas de ferro tiveram um importante papel no desenvolvimento da cultura cafeeira paulista. Aliás, o desenvolvimento da economia baseada no café não teria sido possível sem este importante meio de transporte que encurtou distâncias, reduziu gastos e possibilitou a integração dos cafezais das regiões mais afastadas ao mercado de exportação do produto.

No que diz respeito aos diversos municípios do Estado de São Paulo, podemos afirmar que há uma estreita relação entre o impulso

* Graduando em História – Bolsista PET/SESU. Orientador: Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi.

demográfico, o desenvolvimento econômico e a expansão da rede ferroviária. Esses três elementos caminharam juntos após a primeira metade do século XIX (CAMARGO, 1952).

Dentre as companhias ferroviárias que se desenvolveram a partir da segunda metade do século XIX, merecem destaque três das mais importantes ferrovias do Estado de São Paulo: a Paulista, que teve sua linha inaugurada em 1872; a Mogiana, aberta ao funcionamento em 1875; e a Sorocabana, que inaugurou seu tráfego também no ano de 1875. Devido à importância que estas viações férreas tiveram para o escoamento do café, elas ficaram sendo conhecidas como "ferrovias do café".

Conforme foi se ampliando a área utilizada para a plantação das rubiáceas, foi se fazendo necessário a substituição do transporte realizado em lombo de mula. Desta maneira, estas linhas férreas, assim como muitas outras que surgiram depois, vieram substituir o transporte realizado por tropas de mulas, já que este sistema se tornara bastante limitado para escoar uma grande produção de café que se encontrava distribuída por diversas áreas do Estado, para romper as grandes distâncias entre o local das plantações e o porto de Santos e para impedir os riscos de perda do café que ficava exposto às intempéries.

De acordo com Saes, "a incapacidade deste sistema para atender às crescentes necessidades da economia paulista mostra-se patente: por um lado, a capacidade limitada, o alto custo e a demora do transporte por mulas já estimulavam a busca de novas formas de superar o problema. Além disso, o estado precário das estradas de rodagem e, especificamente, a difícil descida da serra do Mar faziam mais nítida a fragilidade do transporte que sustentava a crescente economia paulista" (SAES, 1981, p.38).

O transporte ferroviário surge, então, como alternativa para solucionar estes problemas. Com ele, "todo o interior de São Paulo estava portanto apto a ser conquistado pelo 'pioneiros' do café. As plantações não seriam mais esmagadas sob o peso de colheitas impossíveis de escoar" (SILVA, 1995, p. 50).

No que diz respeito ao traçado da rede ferroviária paulista, em particular ao caminho tomado pela Companhia Mogiana, que é o mais sinuoso em relação às demais ferrovias, seu traçado não se deve apenas

às imposições geográficas. "Mas, para além das imposições, inúmeros aspectos políticos e econômicos apresentaram-se intrinsecamente ligados e determinantes na direção do prolongamento dos trilhos: a competição entre capitais privados e a busca de promissoras zonas comerciais, além do próprio fortalecimento do Estado Nacional brasileiro caminharam juntos no 'descobrimto do interior'" (FALEIROS & TOSI, 2000).

Embora, a sinuosidade possa parecer, a primeira vista, como tendo surgido a partir das influências políticas e econômicas dos grandes chefes locais para atrair os trilhos para suas fazendas, esse aspecto somente se torna bem nítido a partir de 1906 (TOSI, 1998). Até então, era seguida uma lógica que buscava a consolidação do território, ou seja, os rumos tomados pelos trilhos estavam acima dos interesses locais.

No caso do Estado de São Paulo, merecem destaque o papel exercido pelas pequenas ferrovias, que serviam como ramais de captação de café, de diversas mercadorias e de passageiros, transportando-os até alguma estação das médias e grandes ferrovias.

Elas se desenvolvem a partir de 1880, com o intuito de atender a interesses de chefes locais, no sentido de anexar seus domínios as facilidades que a ferrovia proporcionava.

Os pequenos ramais tiveram um importante papel na integração das diversas unidades produtoras (fazendas de café), o que proporcionou uma transformação qualitativa e quantitativa na produção, já que facilitava a ligação entre as regiões produtoras e os centros de consumo.

É com o intuito de fundir suas propriedades às comodidades trazidas pela ferrovia que alguns fazendeiros morroagudenses se empenharam em criar uma pequena companhia local. Essa empresa foi chamada de Companhia Estrada de Ferro Morro Agudo, e, como veremos, exerceu um papel importante no desenvolvimento desta localidade.

A Estrada de Ferro Morro Agudo

A Companhia Estrada de Ferro Morro Agudo que ligava a estação de Pontal, da Companhia Paulista, situada na cidade de mesmo nome ao

município de Morro Agudo/SP foi oficialmente inaugurada em agosto de 1929.

A cidade de Morro Agudo está situada na região da Alta Mogiana, que se localiza no nordeste do Estado de São Paulo. Na época da implantação do ramal vila do município de Orlândia - este abrangia também as áreas de Guaíra, Sales Oliveira, Sant'Ana dos Olhos D'Água (atual Ipuã) e Nuporanga -, Morro Agudo conseguiu atrair para si uma linha férrea que estava ligada à Companhia Paulista. Isso fez com que o território de Orlândia fosse cortado por duas diferentes ferrovias, a Mogiana e a Estrada de Ferro Morro Agudo.

A concessão que autorizava a construção da referida linha ferroviária foi dada pelo governo do Estado de São Paulo ao engenheiro Mario Thomaz Whately a partir do decreto n.3.908 de 29 de agosto de 1925, conforme se segue abaixo:

Concede ao engenheiro Mario Thomaz Whately ou à empresa que o mesmo organizar, licença para a construção, uso e gozo de uma estrada de ferro vicinal que partindo de Pontal vá ter a Morro Agudo, com o auxílio a que se refere a lei n. 3496, de 24 de Agosto de 1922.

No dia 5 de janeiro de 1925 foi assinado, na Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, o contrato de compromisso do concessionário com o governo, onde ficou estabelecido que o mencionado ramal seria construído no prazo de 18 meses. Neste mesmo ano, foi sendo organizada uma sociedade anônima com o capital de 2.500 contos de Réis para a exploração da estrada, sendo incorporadores da empresa Mario Watheley, José Jorge Diniz Junqueira, João Francisco Diniz Junqueira, Antonio Olyndo Diniz Junqueira e Sebastião de Almeida Prado.

Os incorporadores subscreviam um capital de aproximadamente 1.000 contos de réis e tinham a expectativa de que o restante seria coberto em poucos dias em virtude do entusiasmo com que os grandes lavradores locais encaravam a idéia da construção da estrada de ferro (*Jornal A Notícia*, 17/01/1925). Entretanto, sérios problemas de ordem financeira foram enfrentados e "a estrada de ferro projectada entre a estação de Pontal, da Paulista, e Morro Agudo (...), cujos estudos foram terminados o anno passado [1925], parece que não terá mais execução, devido a falta de um certo capital que seria fornecido pela Companhia Paulista, para o êxito completo da empreza" (*Jornal A Notícia*, 09/01/1926).

Todavia, os embaraços referente ao levantamento de capital para construção do ramal, foram resolvidos. No ano de 1926 o jornal *A Notícia* anunciava com entusiasmo a solução do problema:

Chegou o momento de se verificar um surto agigantado de prosperidade invulgar no município de Orlândia, com a construção de duas diferentes ferrovias que vão retalhar seu respectivo território, levando a lugares do mais difficil acesso, esse vehiculo poderoso da civilização que é o trem de ferro.

Além do ramal de Orlândia a Guayra, cuja construção esta diliberada e ordenada pela Mogiana, (...), temos a Estrada de Ferro Vicinal Pontal - Morro Agudo, que devidamente reorganizada, se acha appercebida para attingir a sua finalidade economica" (*Jornal A Notícia*, 20/03/1926). Conforme veremos no decorrer do presente artigo, a ligação entre Orlândia e Guaíra não se efetivou e por trás da concessão para a construção desse ramal, tinha um forte sentido de disputa entre a Mogiana e a Paulista, ou seja, uma visava barrar o prolongamento da outra.

No dia 06 de novembro de 1926, com o decreto n.4.130 foi autorizada a transferência da concessão da Estrada de Ferro Morro Agudo, atendendo à solicitação de Mário Thomaz Whately, para as mãos de alguns fazendeiros locais.

Com a transferência de concessão e pelo fato de Morro Agudo já ser um pequeno centro urbano anterior à chegada da ferrovia, os produtores locais se esforçaram muito para ligar esta localidade aos trilhos, já que eles tinham o objetivo de incorporar suas propriedades às facilidades trazidas pela locomotiva e diminuir os custos com o transporte de suas mercadorias.

Nesse sentido, "os principaes incorporadores da empresa, srs. José Jorge Junqueira e Celso Junqueira - que não se desanimaram com os embaraços causados pela falta do capital que seria fornecido pela Paulista - continuaram a trabalhar com o mesmo entusiasmo do primeiro momento, e graças a esse seu esforço conseguiram interessar na empresa diversos elementos de alta valia, realizando, finalmente, a 14 do corrente, em Morro Agudo, uma importante reunião dos accionistas da empresa, para a eleição dos seus diretores definitivos" (*Jornal A Notícia*, 20/03/1926).

Realizada a reunião dos acionistas, que já haviam levantado um capital de 2.176:000\$000 (dois mil cento e setenta e seis contos de réis),

ficou com o cargo presidente da empresa o coronel Candido Pereira Lima; como diretor técnico, Joaquim Severo de Lima; José Jorge Diniz Junqueira, ficou com o cargo de tesoureiro; e, como membros do conselho fiscal ficaram, Celso T. Junqueira, João Procópio de A. Carvalho e João Francisco D. Junqueira.

Vencidos os obstáculos para a implantação da via férrea de comunicação, iniciaram-se os serviços de preparo do leito para o assentamento dos trilhos. Estes tinham bitola de um metro, e a ferrovia contava com uma garantia de zona de cem metros de cada lado, sendo que esta seria reduzida a cinquenta metros nas gargantas e declives de serra.

Os terrenos por onde passou a Estrada de Ferro Morro Agudo, foram cedidos pelos proprietários que, desta forma, se tornavam acionistas da companhia (VASCONCELLOS MARTINS, 1987).

Com a transferência da concessão, dada em 06 de novembro de 1926, a construção do ramal da Estrada de Ferro Morro Agudo ficou prevista para ser concluída em um ano e meio. No entanto, o término da obra só foi concluído quase três anos depois, somente sendo aberta ao tráfego e oficialmente inaugurada em 1929.

Apesar do atraso na condução das obras, com a chegada dos trilhos, Morro Agudo foi "sentindo os efeitos do grande melhoramento em execução, que se reflete na construção de numerosos prédios novos e reforma dos existentes e no entusiasmo promissor dos seus habitantes que se sentem ensejados no seu afan de trabalhar pelo progresso da localidade" (Jornal *A Notícia*, 16/10/1926).

Em um curto espaço de tempo, o número de prédios (casas, armazéns, alojamentos, etc) mais que duplica, passando de 136 em 1925 - ano em que foi dada a concessão para a construção do ramal - , para 297 em 1929 - ano da inauguração da linha férrea (BARBETI, 1987). Em 1927, é fundado o distrito de Cândia, que se formou a partir de uma das estações da Estrada de Ferro Morro Agudo - a estação de Cândia, que posteriormente, passou a pertencer ao município de Pontal. A partir daí, podemos notar que começa a ocorrer uma ampliação do espaço urbano, com novas áreas sendo destinadas para a habitação.

A Companhia Estrada de Ferro Morro Agudo, de acordo com a nomenclatura instituída pelo Departamento Nacional de Estrada de Ferro -

primeira, segunda e terceira categoria - quanto a natureza econômica, se classifica como sendo uma ferrovia de terceira categoria, pois tinha uma arrecadação bruta anual inferior a 5.000 contos de réis.

No que diz respeito às ferrovias de terceira categoria, o Estado de São Paulo apresenta uma particularidade em relação aos demais Estados. Das 34 empresas brasileiras pertencentes a esta categoria, 12 se encontravam em São Paulo. Ademais, a maioria delas não ultrapassava os cinquenta quilômetros de extensão. Entretanto, esse tipo de transporte foi de fundamental importância para o desenvolvimento das cidades que serviam, pois, possibilitava o transporte de mercadorias e de passageiros para os ramais das ferrovias de primeira categoria, ou seja, aquelas que tinham renda bruta anual superior a 20.000 contos de réis (NUNES, 2001).

Nos seis primeiros meses de funcionamento da Companhia Estrada de Ferro Morro Agudo, foram despachados 79.123 sacas de café (BARBETI). Sendo que, nos quatro meses e meio iniciais de funcionamento foram transportados 6.806 passageiros, 80 animais, 52 toneladas de bagagens e encomendas, 29 toneladas de café (sendo que neste total não estão computados o montante de café despachado para Santos), 4.492 toneladas de mercadorias diversas e 271 telegramas (RELATÓRIO, 1930).

Na tabela 1 temos a tonelage de café entregue à São Paulo Railway - ferrovia de primeira categoria - pela Estrada de Ferro Morro Agudo, no período de 1929 à 1932.

Tabela 1 - Tonelage de café entregue a São Paulo Railway, 1929-1932

Anos	1929	1930	1931	1932
Tonelage de Café	29	1.590	3.680	5.630

Fonte: Relatório n.84 da Diretoria da Companhia Paulista de Estradas de Ferro para a sessão de Assembléia Geral em 23 de junho de 1933. São Paulo: Estabel. Graphico Cruzeiro do Sul, 1933.

Podemos notar que ocorre um aumento progressivo em relação ao montante de café entregue pela Estrada de Ferro Morro Agudo - ramal de primeira categoria - à São Paulo Railway - ramal de primeira categoria.

Isso nos mostra a importância que as pequenas ferrovias tiveram no sentido de captar a produção para as grandes ferrovias.

Além de facilitar o escoamento do café, o ramal de Morro Agudo, tinha como finalidade fornecer lenha para a Companhia Paulista e transportar cereais e passageiros.

Esse tipo de empreendimento teve uma importante função econômica para Morro Agudo, facilitando o escoamento dos produtos deste local e permitindo que os fazendeiros anexassem seus domínios aos benefícios trazidos pela via férrea. Em relação ao café, houve uma mudança qualitativa na forma como se dava a inserção desse produto no mercado, pois, as quatro estações que existiam no decorrer dos 41 Km de trilhos, devido ao fato de não haver grandes distâncias entre elas, propiciaram uma maior integração entre as diversas unidades produtoras. Essas quatro estações eram as seguintes: Estação Quilômetro 1 (Pontal), Estação Quilômetro 16 (Cândia), Estação Quilômetro 30 (Geórgia) e Estação Quilômetro 41 (Morro Agudo).

A Companhia Estrada de Ferro Morro Agudo, foi uma das últimas empresas ferroviária a ser criada. No ano de 1925, quando recebeu autorização para ser construída, visava a estender seus trilhos até Sant'Anna dos Olhos D'Água (atual Ipuã) e Guaira. Em 1925, o jornal *A Notícia*, afirmava o seguinte:

“O sr. Mario Wathely com os demais incorporadores da empresa, percorreram a zona de Morro Agudo e Guayra, tendo maravilhosa impressão acerca das possibilidades productivas da mesma” (*Jornal A Notícia*, 17/01/1925).

É importante lembrar que Morro Agudo, Guaira e Sant'Anna dos Olhos D'Água, eram vilas pertencentes ao município de Orândia que era servido pela Companhia Mogiana desde 1901.

Ao mesmo tempo que a construção de duas diferentes ferrovias que cortavam o território de Orândia representavam a prosperidade deste local, significavam também motivo de disputa entre a Estrada de Ferro Morro Agudo, que estava ligada à Paulista, e a Companhia Mogiana. A primeira pretendia coletar para sua linha a produção que até então se escoava pela Mogiana.

Acerca da disputa, “a Vicinal de Morro Agudo mesmo antes de constituir-se regularmente e antes de construir o primeiro quilometro de estrada de Pontal a Morro Agudo, já entrou com um novo pedido de

concessão para uma estrada de Morro Agudo a Guayra” (*Jornal A Notícia*, 07/03/1925). (Vide mapa 1)

Nesse sentido, a Companhia Mogiana, vendo que a estrada vicinal de Pontal a Morro Agudo construiria uma séria ameaça, resolve tomar algumas providências para cercar com os seus trilhos a zona que de direito lhe pertencia. “E assim entendendo, a Mogyanna cuidou logo de garantir-se requerendo a devida concessão para o projectado ramal de Guayra, tocando por Sant'Anna dos Olhos d'Água” (*Jornal A Notícia*, 07/03/1925).

A concessão para a construção do ramal de Orândia a Guaira foi dada à Companhia Mogiana pelo governo do Estado em 1925. Entretanto, esta não levou a cabo o projeto de execução da obra. Em 1927, são declarados pelo governo do Estado, sem efeito, os decretos n.3.895 de 29 de julho de 1925, e n. 4.106 de 23 de setembro de 1926, relativos à concessão do ramal que ligaria Orândia a Guairá, da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.

Com essa revogação, ficou livre a zona que vinha sendo disputada pela Estrada de Ferro Morro Agudo (*Jornal A Notícia*, 22/01/1927). Esta empresa então decidiu estender seu ramal para Guaira. Para tanto, foram realizados estudos para o prolongamento. Segundo o traçado estudado, a via ferroviária alcançaria a fazenda Peroba para dali rumar a Guairá, talvez, se aproximando de Sant'Anna dos Olhos d'Água (Ipuã), com o objetivo final de atingir Uberaba/MG, para que assim, fosse recuperada uma antiga concessão que autorizava a Paulista a levar seus trilhos a esta cidade (*Jornal A Notícia*, 08/02/1930). Todavia, as dificuldades encontradas em transpor as crises mais agudas da economia baseada no café e o declínio da cafeicultura na região da Alta Mogiana impediu que a Companhia Estrada de Ferro Morro Agudo se expandisse, fazendo com que seus trilhos não alcançassem Guaira.

Em 1952, já operando em déficit há algum tempo, essa empresa foi incorporada pela Companhia Paulista que teve sua linha aumentada de 2.114,936 quilômetros em 1951 para 2.155,836 quilômetros com a absorção dos 40,900 quilômetros das linhas da Companhia Estrada de Ferro Morro Agudo no dia 31 de dezembro de 1952 (RELATÓRIO, 1953).

“Por escritura pública passada em 10 de novembro último em notas do 11.º Tabelionato desta capital [São Paulo], a Companhia Paulista

adquiriu o acervo social da Companhia Estrada de ferro Morro Agudo, passando em consequência para sua propriedade todos os bens componentes do ativo social da citada empresa, inclusive suas concessões ferroviárias, cuja transferência para a Companhia Paulista foi autorizada pelo decreto n.21.577-B, de 22 de julho de 1952, do Governo do Estado.

A dissolução da Companhia Estrada de Ferro Morro Agudo foi levada a efeito por assembleia geral extraordinária convocada pela mesma e realizada em 19 de fevereiro deste ano [1952], que autorizou a sua liquidação" (RELATÓRIO, 1953).

Depois de incorporada pela Paulista, o ramal Pontal/Morro Agudo foi suprimido em 16 de setembro de 1966, em virtude de ter se tornado uma linha bastante dispendiosa.

Mapa 1: Linha da estrada de Ferro Morro Agudo e seu projeto de ampliação até Guaira.



ESTRADA DE FERRO MORRO AGUDO
Linha de Bitola de 1.00 m. - 40.900 kms
Conforme consta no mapa das linhas da Cia.
Paulista do ano de 1930

Fonte: VASCONCELLOS MARTINS, Roberto.
Pontal histórico, história para os pontalenses.
[Pontal]: s. ed., 1987.

PEREIRA, Reginaldo Oliveira. Morro Agudo Railway Company: steel rails arrival and social-economical transformations, 1925-1942. *Ensaios de História*, Franca, v.5, n.1/2, p.119-131, 2000.

ABSTRACT: This article intends to show the railway influence in the development of several São Paulo counties, studying particularly the Morro Agudo one, with effect from the concession to the construction of Pontal/Morro Agudo offshoot as well as the local farmers interest in attract this important communication way to the neighborhoods of their belongings. Deserve prominence the conflict among Mogiana and Paulista by the growing contention of the from one to each other.

KEYWORDS: Railroads; Companhia Paulista; Morro Agudo; Morro Agudo Railroad.

Referência Bibliográfica

BACELLAR, Carlos de A. Prado & BRIOSCHI, Lucila Reis, (orgs). *Na Estrada do Anhangüera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

BARBETI, Maria Aparecida de Souza. *Terra da Gente*. Franca: Editora Santa Rita, 1987.

CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. Vol. 1, São Paulo: FFCL/USP, 1952.

NUNES, Ivanil. *Estrada de Ferro do Dourado: uma ferrovia na contra mão?*. Trabalho apresentado na 5ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 2001.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. *As ferrovias de São Paulo, 1870-1940: expansão e declínio do transporte ferroviário em São Paulo*. São Paulo: HUCITEC; [Brasília]: INL, 1981.

SILVA, Sergio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 8.ed., 1995.

TOSI, Pedro Geraldo; FALEIROS, Rogério Naques. *Nas Fronteiras do Capitalismo: a Mogiana e os (des)caminhos da expansão ferroviária*. In *Locus: revista de história*. Juiz de Fora: EDUFJF, 2000, v.6, n.2, p.111-126.

TOSI, Pedro Geraldo. *Capitais no interior: Franca e a história da indústria coureiro-calçadista 1860-1945*. Campinas/SP: UNICAMP. Tese de doutoramento, 1998.

VASCONCELLOS MARTINS, Roberto. *Pontal histórico, história para os pontalenses*. [Pontal]: s. ed., 1987.

Fontes

Jornal *A Notícia*, anos de 1925, 1926 e 1930.

Relatório da Diretoria da Companhia Estrada de Ferro Morro Agudo para a Sessão de Assembléia Geral, ano de 1930.

Relatório n.84 da Diretoria da Companhia Paulista de Estradas de Ferro para a Assembléia Geral em 23 de junho de 1933. São Paulo: Estabel. Graphico Cruzeiro do Sul, 1933.

Relatório n.104 da Diretoria da Companhia Paulista de Estradas de Ferro para a Assembléia Geral Ordinária em 15 de abril de 1953. São Paulo: Sociedade Imprensa Brasileira – Brusco & Cia, 1953.

Decreto n.3.908 de 29 de agosto de 1925.

Decreto n.4.130 de 06 de novembro de 1926.

AS POLÍTICAS CREDITÍCIAS DO BANCO DE CRÉDITO HIPOTECÁRIO
E AGRÍCOLA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1909-26

Leandro Salman TORELLI*

RESUMO: Este trabalho objetiva analisar a política creditícia do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola de São Paulo para a lavoura cafeeira, já que sua fundação aconteceu justamente na tentativa de atender a esta demanda. Além de estudar a proximidade do Banco com o Governo do Estado de São Paulo, que acabou culminando com sua estatização em 1926, transformando-o em Banco do Estado de São Paulo.

UNITERMOS: Banco de Crédito Hipotecário; Estado de São Paulo; Políticas de Crédito; Lavoura Cafeeira; Estatização.

Observando o contexto do setor bancário paulista na primeira década do século XX, comparando o volume de negócios (depósitos, empréstimos e encaixe) realizados por bancos estrangeiros e por estabelecimentos nacionais, percebemos a relativa superioridade dos primeiros em relação aos últimos (SAES, 1986, p. 100-3)

Esta situação deve-se a vários fatores, mas os mais importantes são, sem dúvida, a crise do sistema bancário nacional em 1864, que resultou da feroz concorrência imposta pelos bancos ingleses no comércio exterior e, internamente, da decadência do café no Vale da Paraíba (COSTA, 1988, p. 59-61)

As operações destes bancos estrangeiros caracterizavam-se pelo(a): I. desconto e cobrança de letras cambiais junto ao comércio de importação e exportação, o que explica o bom número de agências filiais destes estabelecimentos em Santos; II. mediação financeira da dívida pública, seja esta nacional ou regional e – por consequência desta penetração em território nacional por meio dos dois fatores citados acima –, III. avanço progressivo do crédito interno, muitas vezes oferecidos em moeda brasileira, com recursos obtidos em nosso país.

* Graduando em História Orientador: Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi. Bolsista PET/SESu.

É neste quadro de predomínio dos bancos estrangeiros em São Paulo, que se instala na capital deste Estado, em junho de 1909, o Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo, fruto de um convênio firmado entre o Estado de São Paulo e os banqueiros franceses J. Loste & Cia.. Este contrato só foi possível em virtude da existência da lei nº 923, de agosto de 1904, que assegurava vários subsídios à “*casa bancária que neste Estado se instale para financiar a lavoura cafeeira*”. Porém, apenas com a garantia de maiores concessões, com a modificação da lei de 1904 pelo artigo 15 da lei n.1160 de dezembro de 1908, – que é resultante das negociações do Governo Paulista com a J. Loste & Cia. – é que, seis meses depois, funda-se o BCHASP na capital bandeirante (NUNES, 1966, p.09-10).

É clarividente que o Banco de Crédito Hipotecário possuía uma relação estreita com o Estado de São Paulo, diferentemente dos outros estabelecimentos estrangeiros. Essa talvez seja a principal razão da sua estatização em 1926, ao lado da forte ligação que o BCHASP possuía com a lavoura cafeeira. São justamente estes fatores que darão origem ao Banco do Estado de São Paulo.

Sendo assim, o nosso intuito é analisar, primeiramente como o BCHASP instrumentalizou as suas operações em torno da lavoura cafeeira; e por que as influências, desde sua fundação, do Estado de São Paulo foram decisivas nos caminhos adotados pelo Banco até o instante de sua estatização.

Os primeiros anos do BCHASP

O primeiro decênio do século XX e, mais precisamente, o ano de 1906, assiste a uma transformação radical no que tange à lavoura cafeeira. Em razão da queda vertiginosa dos preços do café, os Estados produtores – São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo – reuniram-se em Taubaté/SP e estabeleceram um plano para a valorização do preço deste artigo.

Esta operação consistia, em linhas gerais, em fixar um preço mínimo de trinta e dois mil réis por saca de café tipo 7, com aumento proporcional para os tipos superiores, financiado por uma dívida externa

de 15 milhões de libras esterlinas, que deveria ser paga por um imposto de 3 francos por saca de café exportado (DELFIN NETTO, 1959).

Há uma grande controvérsia entre os estudiosos do Convênio de Taubaté – como ficou conhecida a valorização de 1906 – no que diz respeito aos resultados alcançados pela operação. Celso Furtado (2000, 27.ed., p.194-7), crê que esta foi prejudicial para a economia nacional, pois permitiu o crescimento da cafeicultura fora do Brasil, acabando com a possibilidade de manutenção do semi-monopólio. Já para Thomas Holloway (1978, p.100), a operação foi positiva superficialmente, entretanto não ajudou na solução de problemas fundamentais: relações comerciais arcaicas e métodos ineficientes de produção. Por fim, Delfim Netto (1959, p.81-6) afirma que os objetivos foram alcançados, pois mantiveram-se os preços em níveis razoáveis, porém abriu-se um precedente que foi reclamado constantemente.

Neste cenário de crise no setor cafeeiro, o recém-fundado BCHASP veio a socorrer os fazendeiros desta cultura com o crédito tão reclamado por eles a algum tempo.

Os estatutos do Banco, aprovados em 1909, garantem, em seu artigo 4, que “*a sociedade terá por objetivo todas as operações tendentes ao auxílio e desenvolvimento da lavoura*”. Segundo Aristides Nunes (1966, p. 12), durante os 17 anos – 1909 a 1926 – de sua existência privada, o Banco manteve-se fiel à sua finalidade, ou seja, orientou todas as suas ações para o auxílio da lavoura.

O capital social do Banco era de 10 milhões de francos, divididos em 20 mil ações de 500 francos cada uma. Os franceses sempre tiveram a maioria das ações até 1916. A presidência da instituição foi ocupada pelo francês Ferdinand Pierre até março de 1925, quando renuncia e dá lugar ao ex-presidente do Estado de São Paulo, Altino Arantes.

As reformas nos estatutos do Banco, desde então, atenderam a solicitações da lavoura. Em 1913, aumenta-se o capital do BCHASP em 25%, devido a disponibilidade financeira do estabelecimento estar completamente empregada em operações previstas em estatuto – basicamente empréstimos hipotecários de longo prazo, 10 a 15 anos.

A crise ocasionada pela I Guerra Mundial afetou diretamente o BCHASP, pois seus empréstimos eram todos feitos em moeda francesa, que enfrentava uma forte desvalorização por motivos óbvios. Sendo

assim, a grande parte dos empréstimos hipotecários contratados em francos foram liquidados no período de guerra (COSTA, 1988, p.81-2).

Para ressarcir os prejuízos provenientes da liquidação dos contratos feitos em moeda francesa, o Banco viu-se obrigado a promover o reembolso das 64.855 obrigações em circulação, de 500 francos cada uma. Estas foram remetidas a Paris, e o lucro proveniente da diferença cambial foi repassada aos cofres do Banco, o que compensou as perdas (COSTA, op. cit., p.82).

Os acontecimentos durante o período de guerra são de vital importância para a compreensão do caminho que levará o BCHASP a configurar-se em banco estatal na segunda metade da década de 1920.

Os franceses que controlavam o Banco foram obrigados a se afastar. O presidente Pierre por motivos de saúde e o vice-presidente Emile Quonian, em virtude de sua convocação para a guerra. Mais ainda, em 1916, uma nova reforma estatutária, permitiu ao governo paulista comprar 3 mil das 20mil ações do Banco. A partir de então, 13 mil ações passaram a pertencer aos brasileiros.

Com a segunda operação valorizadora do café (ver DELFIM NETTO, op. cit., p.90-98), entre 1917 e 1920, inicia-se o debate em torno de uma possível política de defesa permanente. Para tanto, era necessário um estabelecimento bancário disposto a arcar com o risco de financiar constantemente os estoques de café.

Um banco privado, provavelmente, não aceitaria este tipo de financiamento pelos altos custos e grande perigo de falência das operações. Apenas um banco estatal poderia encarar os riscos. Sendo assim, é a partir do final do segundo decênio do século XX, que percebe-se a necessidade de formação de um estabelecimento bancário estatal para o socorro a lavoura.

O processo de estatização do BCHASP

As discussões relativas a defesa permanente se intensificaram a partir da chamada terceira operação valorizadora (ver DELFIM NETTO, op. cit., p.100-10). Esta operação foi financiada pelo Governo Federal, entre 1921 e 1924. Esta intervenção federal nos preços do café deve-se, segundo Delfim Netto (op. cit., p.105), a dois fatores: “em primeiro lugar,

os bons lucros das operações anteriores constituíam um estimulante poderoso, diante das dificuldades financeiras permanentes do Governo. Em segundo lugar, consagrava-se a doutrina de que a defesa dos preços era um problema nacional”.

O Governo Federal iniciou o projeto de Defesa Permanente do Café em consonância com a terceira operação valorizadora, mas quem realmente assumiu foi o Estado de São Paulo que implementou uma série de medidas para manter os preços do café.

A defesa permanente paulista apoiava-se nos seguintes pontos: “I. regularização das entradas de café no porto de Santos, pela limitação dos transportes; II. empréstimos, a juros módicos, sob o café depositado nos reguladores; III. compra de café, em Santos ou no interior sempre que isso fosse julgado necessário, para a regularização da oferta” (DELFIM NETTO, op. cit., p. 118). Além disso previa a lei a criação de uma instituição financeira paulista de crédito agrícola, para financiar as operações.

No início da década de 1920, o BCHASP encontrava-se totalmente dominado pelos acionistas brasileiros, ligados de uma forma ou de outra a lavoura cafeeira. Neste período iniciam-se discussões entre os acionistas em nacionalizar o capital, o que de fato acontece em 1924 – o capital do Banco, a partir de então, é de 20 mil contos de réis.

Em 1926, o Banco tem seu capital aumentado para 50 mil contos de réis, o Estado de São Paulo e o recém-criado Instituto Paulista do Café juntos adquirem mais de 90% das ações do BCHASP que é reorganizado e renomeado para *Banco do Estado de São Paulo*.

As operações do BCHASP, também no final de sua existência, enfrentavam o problema crônico que o acompanhou em todos estes 17 anos, a falta de capital. O último relatório financeiro do Banco, apresentado em 31 de março de 1926, dizia que “estão atualmente em vigor 455 contratos no valor de 44.808:703\$000, sendo 338 a longo prazo, na importância de Rs. 30.986:193\$530, e 117 a curto prazo, na importância de Rs. 13.822:509\$770. Estes, nos respectivos vencimentos, quando não liquidados, estão sendo convertidos em contratos a prazo de cinco, dez e quinze anos, a vontade dos mutuários. Devemos informar que em geral os nossos mutuários continuam à ser pontuais na satisfação de seus compromissos tendo sido desde a fundação do Banco muito

pequeno o número de intervenções judiciais. Neste momento não existe em juízo execução de espécie alguma. O Banco não possui nenhuma fazenda. As poucas que foi obrigado a receber foram imediatamente vendidas, não tendo dado prejuízo o total destas operações. (...) Os fornecimentos para custeio das fazendas mediante penhor agrícola de café estão sendo feitos aos lavradores com os recursos do crédito de Rs. 10.000:000\$000, que nos foi concedido pelo Banco do Brasil, com a responsabilidade também do Tesouro do Estado. Achando-se grande parte de nossas disponibilidades aplicada em contratos hipotecários a longo prazo, não é possível ao Banco dar a estes empréstimos, como é de seu desejo, o desenvolvimento que deveriam ter operações dessa natureza".

Este documento representa o fracasso das ações do Banco. Suas operações típicas, aquelas ligadas ao crédito hipotecário para a lavoura, imobilizaram seu capital. A descapitalização do Banco o tornou cada vez mais dependente do Estado de São Paulo. Não lhe restava outro caminho a não ser a estatização, para que sua ação junto a lavoura e, agora, ao lado da defesa permanente do café não fosse perdida.

Além do mais, com já afirmamos, o Governo Paulista e o Instituto do Café necessitavam de uma instituição financeira capaz de financiar a regulação dos estoques e as operações de defesa em geral. Apenas uma banco estatal correria os riscos que tal operação carrega.

TORELLI, Leandro Salman. The credence politics by the Mortgagey Credit and Agricultural Bank os São Paulo Satate, 1909-26. *Ensaios de História*, Franca, v.5, n1/2, p.131-139, 2000.

ABSTRACT: This paper has as objective the analysis of the credit politics by Mortgagey Credit and Agricultural Bank of São Paulo State to the coffee tree farming, seeing that its fundation happened ecactly with the suppress attempt to this claim. Besides study the proximity of the Bank with the State Government of São Paulo State, that culminated with the bank statization in 1926, trabsforming it in Bank of São Paulo State.

KEYWORDS: Montgagery Credit and Agricultural Bank; São Paulo State; Credit Politics; Cofee Tree Farming; Statization.

Referências bibliográficas

COSTA, Fernando Nogueira. *O Banco do Estado: o caso Banespa*. Campinas: Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP, 1988.

DELFIM NETTO, Antônio. *O Problema do Café no Brasil*. São Paulo, 1959.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27.ed. São Paulo: Cia Editora Nacional: Publifolha, 2000.

HOLLOWAY, Thomas. *Vida e Morte do Convênio de Taubaté*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NUNES, Aristides. *História do Banco do Estado de São Paulo*. São Paulo: (mimeo), 1966.

SAES, Flávio A. M. de. *Crédito e Bancos no desenvolvimento da economia Paulista, 1850-1930*. São Paulo: IPE/USP, 1986.

RESUMO: O Neoliberalismo, antes de ser praticado, surgiu nas academias britânicas e norte americanas na década de 60. Nos anos posteriores foi ganhando credibilidade até dominar a cena através de três grandes atores: Thatcher em 1979 na Inglaterra, Reagan em 1980 nos Estados Unidos e Kohl em 1982 na Alemanha. No Brasil observamos a adesão tardia à esse processo já nos anos 90. O objetivo desse trabalho é analisar a escalada neoliberal no Brasil, que se inicia com a atuação do Instituto Liberal e do PFL e atinge o seu ápice no governo de Fernando Henrique Cardoso.

UNITERMOS: Neoliberalismo; Brasil; PFL; PSDB; Fernando Henrique Cardoso.

Hegemonia Neoliberal

Em meados da década de 70, começava a se desenhar a superação do welfare-state. As idéias liberais novamente estavam vindo à tona, impulsionadas pela crise econômica, pelas transformações no mundo do trabalho que vinham colocando em xeque a linha fordista, pela força das idéias nas universidades britânicas e norte-americanas. As práticas keynesianas levavam o Estado a manter o pleno emprego e o nível de renda; as contas públicas poderiam ser deficitárias ou superavitárias em função da atividade econômica. Com a nova edição liberal, volta-se a pregar a máxima: "o menos de Estado e de política possível"; a crença no poder da "mão invisível" do mercado renasce com força total, culpando o intervencionismo estatal pela crise econômica e até pelas desigualdades sociais.

Porém, um longo caminho foi traçado pelo ideário neoliberal até que a situação hegemônica fosse alcançada. Mesmo logo após a Segunda Guerra Mundial, tais idéias não se encontravam mortas, mas sim escondidas nas universidades, em um tempo chamado por Perry Anderson de clandestino ou de resistência. Seria nas décadas de 60 e 70 que conseguiriam se expandir pelas academias, principalmente norte americanas. Seria a vitória eleitoral de Thatcher, em 1979 na Inglaterra; de

* Graduando em História. Orientador: Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi. Bolsa: PET/SESu.

Reagan, em 1980 nos EUA; e de Kohl em 1982 na Alemanha que dariam força prática ao neoliberalismo. A implosão do mundo soviético no fim dos anos 80 seria a justificativa ideológica para a sua expansão para o mundo subdesenvolvido. Curiosamente, em muitos casos, políticos com tradição na militância de esquerda que seriam os grandes responsáveis por esse processo (FIORI, 1997).

Na América Latina, podemos dizer, em linhas gerais, que o neoliberalismo se fortalece no momento da renegociação das dívidas externas no final dos anos 80. Os órgãos financeiros internacionais - FMI e Banco Mundial - pressionavam os países dessa região para aderirem às práticas da ortodoxia liberal. O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial em 1988 e o *World Economic Outlook* do FMI em 1989 apontavam para os modelos chileno e boliviano como exemplo a ser seguido pelos outros países latino-americanos, pois ambos apresentavam fortes traços liberais. O gasto do setor público é apontado como o grande responsável pelo péssimo desempenho dessas economias. Seguindo essas orientações, o Presidente do México Carlos Salinas lança em 1989 o Plano para Estabilidade e Crescimento Econômico, o Presidente argentino Carlos Menem e o Ministro da Fazenda Domingos Cavallo lançaram em 1991 o plano de Conversibilidade.

No Brasil, observamos desde o Plano Cruzado até o Plano Collor3 a tendência para uma maior ortodoxia. Mas seria com o Plano Real que o neoliberalismo perderia todas as suas amarras e reinaria livremente. No entanto, podemos notar que até o seu auge, o neoliberalismo vem ganhando espaço no cenário nacional desde o início dos anos 80, com a fundação do Instituto Liberal. Em 1985 surgiria um partido político engajado na proliferação das práticas liberais, o Partido da Frente Liberal. Seria exatamente uma aliança entre esse partido e o Partido da Social Democracia Brasileira que conseguiram a vitória eleitoral em 1994 e 1998, levando as reformas a frente.

O Instituto Liberal

Esse instituto é uma instituição sem fins lucrativos e não possui nenhuma vinculação político-partidária, fundada em 1983 com o objetivo de divulgar as idéias liberais. O primeiro instituto surgiu no Rio de Janeiro, sendo posteriormente fundados os do Rio Grande do Sul, São Paulo,

Paraná, Minas Gerais, Brasília, Bahia e Pernambuco. A suas atividades são financiadas principalmente por contribuições voluntárias de pessoas físicas e jurídicas de direito privado. Outra parte de suas receitas vêm das vendas de publicações.

Segundo a documentação fornecida pelo próprio Instituto, seus objetivos são "promover a pesquisa, a produção e a divulgação de idéias, teorias e conceitos sobre as vantagens de uma sociedade baseada: no Estado de direito, no plano jurídico; na democracia representativa, no plano político; na economia de mercado, no plano econômico; na descentralização do poder, no plano administrativo. Levar a conhecimento público, através da mesma ação, as vantagens de uma sociedade estruturada de acordo com os princípios: da livre iniciativa, da propriedade privada, do lucro, da responsabilidade individual e da igualdade de todos perante as leis".

Para cumprir com essas metas, o instituto mantém "uma ação constante e de longo prazo no campo das idéias, realizando estudos e pesquisas e divulgando seus resultados, publicando livros e panfletos, recorrendo aos meios de comunicação para a difusão de suas idéias, promovendo cursos, colóquios, debates, seminários e conferências, e conversando diretamente com as pessoas".

Em suas publicações encontramos alguns dos principais expoentes da crítica da economia centralizada e do estado intervencionista.

Quadro 1 Algumas Publicações do Instituto Liberal

Título	Autor
Desestatização do dinheiro	Friedrich August Von Hayek
Desemprego e política monetária	Friedrich August Von Hayek
Direito, legislação e liberdade	Friedrich August Von Hayek
O caminho da servidão	Friedrich August Von Hayek
Liberdade de escolher	Milton Friedman
Liberalismo	Luwig Von Mises
Uma crítica ao intervencionismo	Luwig Von Mises

Fonte: www.il-rs.com.br/biblio.htm

Friedrich Hayek (1899-1992), economista e filósofo austriaco, é apontado por vários autores como o principal pensador liberal do século XX, "não só por sua longevidade e produção fértil, com também pela força dos argumentos intelectuais com que fundamenta a economia política

neoliberal". Com o seu livro *The Road to Serfdom*, de 1944, estabeleceu uma famosa polêmica contra o socialismo. A recepção dessa obra nos Estados Unidos foi muito boa, no entanto, no Leste Europeu, ainda dominado pela social-democracia dos anos 50 e 60, não obteve o mesmo sucesso. Sua argumentação segue no sentido de encarar toda forma de intervenção estatal, keynesiana ou social-democrática, como o "primeiro passo para o totalitarismo fascista ou comunista". O livre mercado é considerado um produto espontâneo da civilização, que como "produto de contingências, e não de planejamento, não favorece nem discrimina ninguém". Portanto o Estado não deve interferir na economia, mas sim proteger a ordem espontânea. (WAINWRIGTH, 1998). Hayek, que foi socialista na juventude, foi influenciado pela obra de Ludwig von Mises, por volta de 1922 quando abandonou a antiga militância, e dedica a sua obra aos "amigos socialistas de todos os partidos".

Foi através da publicação e discussão de obras como as de Hayek que o neoliberalismo deu seus primeiros passos no Brasil, sendo a atuação do Instituto Liberal importante nesse sentido. O próximo passo seria a fundação do PFL e do Instituto Tancredo Neves.

O Partido da Frente Liberal (PFL) e a Instituto Tancredo Neves

A reforma partidária de 1980 criou cinco novos partidos: PDS, PMDB, PDT, PTB e PT. O primeiro deles representava uma continuidade quase direta da ARENA, partido que dava sustentação ao regime militar. Para as eleições indiretas de 1985 formou-se a Aliança Democrática, união entre peemedebistas e parcelas do PDS; que seriam vitoriosos com a chapa Tancredo Neves e José Sarney. Com a morte do primeiro, Sarney tornou-se então Presidente da República. Ainda em 1985, esses dissidentes do PDS formariam o Partido da Frente Liberal, que assumiu a sigla PFL. Esse novo partido teria desde sedo vocação para o poder, participando de praticamente todos os governos desde o fim do período militar, e até mesmo antes, pois muitos de seus membros participaram efetivamente dos governos pós 64 (MOTTA, 1999).

Em seus documentos de fundação fica claro o seu posicionamento liberal, porém cauteloso, deixando ainda algum espaço para a intervenção estatal. Segundo as idéias defendidas por esse partido "impõe-se,

sobretudo, libertar as imensas energias criadoras do homem brasileiro, historicamente sufocadas pelo centralismo e pelo estatismo. A par da descentralização, a grande revolução a realizar-se neste País é a da liberdade da iniciativa em todos os planos – no político, no social e no econômico. (...) O amplo processo de liberação inclui a proteção do cidadão contra a asfixia burocrática, o controle da voracidade fiscal e a contenção da interferência excessiva do Estado na atividade econômica. Consideramos, entretanto, que há desigualdades que não podem ser satisfatoriamente resolvidas pelo livre jogo das forças de mercado. Existe um espaço legítimo, inclusive na área social, para a atuação do Estado, (...) sem que, contudo, em nenhuma hipótese, resulte em estrangimentos espúrios ao livre mercado ou no cerceamento das liberdades do cidadão".

Na constituinte de 1988, os militantes do PFL atuaram no sentido de através da carta magna iniciar as reformas que viam como ideais para o país. Não ficaram contentes com o resultado, pois acreditam que "forças retrógradas" atuaram para perpetuar o atraso de nosso país, impondo um modelo "econômico autárquico e estatizante" (PAIM, 1998). Existia ainda uma forte tradição para práticas econômicas heterodoxas e intervencionismo estatal – identificada como retrógrada – resquícios de décadas de práticas desenvolvimentistas.

Paralelo a tudo isso, foi fundado em 1 de maio de 1985 o Instituto Tancredo Neves (ITN), que atua como órgão de assessoria ao Partido da Frente Liberal. De acordo com seu estatuto, seus objetivos são: "desenvolver estudos e pesquisas científicas sobre dados econômicos, políticos e sociais ligados à realidade brasileira e internacional, promover estudos sobre o liberalismo contemporâneo com ênfase nos aspectos sociais, buscar a divulgação das mais expressivas manifestações da evolução do pensamento liberal no Brasil e no exterior, contribuir para a formação de um pensamento liberal que corresponda às necessidades atuais e futuras da sociedade brasileira, buscar ampliar as iniciativas voltadas para a formação de quadros e o aprimoramento das lideranças partidárias".

Dessa forma, a atuação política do PFL vem a se somar com os esforços do ITN para proliferar o ideário liberal no Brasil. Nesse momento, o neoliberalismo começa a abandonar as páginas dos livros e os

discursos de intelectuais para ganhar a prática política. No governo Collor já observamos algumas medidas nesse sentido: privatizações, liberação de preços e salários, abertura financeira e desregulamentação econômica. Porém, isso só ocorreria abertamente nos anos 90, através da aliança política com outro partido político, o PSDB.

O PSDB e o Plano Real

Formado através da dissidência de membros de PMDB, o Partido da Social Democracia Brasileira nasce em 1988. Seus fundadores encontravam-se descontentes com a atuação do PMDB na constituinte e com a forma como alguns dirigentes controlavam o antigo partido (MOTTA, 1999).

Nas palavras do então Senador Fernando Henrique Cardoso (1990) a "social-democracia é uma corrente política que quer corrigir as injustiças sociais e melhorar as condições de vida do povo através de reformas livremente consentidas pela sociedade, dentro de um regime democrático". Ela não se posiciona nem com os liberais, que "acabaram muitas vezes apoiando regimes ditatoriais", nem ao lado dos comunistas, que "vêm a democracia, não como um princípio permanente, mas como uma tática temporária para acumular forças à espera da revolução". Nesse texto, elaborado pelo escritório político do senador, os sociais democratas brasileiros são posicionados ao lado dos trabalhadores e das transformações sociais, só que não pela via revolucionária, mas sim pelo convencimento e pelo voto.

Em seu programa, editado em 1988, o partido se compromete com a defesa da democracia, a busca do parlamentarismo, a justiça social, a educação e a cultura; com a seguridade social e o crescimento econômico com distribuição de renda.

O partido vem crescendo a cada eleição. Nas eleições presidenciais de 1989 o candidato tucano, Mário Covas, não conseguiu atingir a disputa para o segundo turno. Já em 1994, o candidato Fernando Henrique Cardoso foi eleito Presidente da República. Fato que voltaria a acontecer em 1998. Em todas as situações, o PFL estava entre os partidos que davam apoio ao candidato vitorioso.

Tabela 1 – Percentual de deputados federais eleitos por anos e partido (1982 – 1998)

	1982	1986	1990	1994	1998
PMDB	41,8%	53,4%	21,5%	20,9%	16,0%
PDS/PPB ¹	49,1%	7,0%	8,7%	10,1%	11,7%
PFL	-	24,0%	16,3%	17,4%	20,7 %
PDT	4,8%	4,9%	9,1%	6,6%	4,7%
PT	1,7%	3,3%	7,0%	9,6%	11,3%
PTB	2,7%	3,5%	7,4%	6,0%	6,0%
PSDB	-	-	7,5%	12,1%	19,3%
OUTROS	-	3,8%	22,6%	17,4%	10,4%

¹ O atual PPB (Partido Progressista Brasileiro), formado em 1995, teve com principal base lideranças oriundas do PDS

Fonte: MOTTA, R.P.S. *Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

A tabela 1 demonstra como o PMDB vem perdendo espaço eleitoral, principalmente após a formação do PSDB, o PFL mantém importante contingente parlamentar desde a sua formação, e o PSDB vem crescendo ininterruptamente desde seu surgimento. Proporcionalmente, o PT é o partido que mais cresceu no período abordado, inclusive estando em segundo lugar em todas as eleições presidenciais desde 1989, com o candidato Luiz Inácio "Lula" da Silva.

Fato curioso, porém não inédito, é que o ex-senador Fernando Henrique e o PSDB, que possuíam orientação mais à esquerda, concluíram a entrada do Brasil no contexto neoliberal. Após o Plano Real, as privatizações, as desregulamentações, os cortes nos gastos públicos, as reformas visando o "Estado mínimo" e a constante preocupação com a estabilidade macroeconômica passam a ser os norteadores das ações governamentais. Nas palavras de Fernando Henrique (1998), agora já presidente, é necessário adaptar o Estado à nova conjuntura mundial, a economia estabilizada exige uma nova mentalidade, que sempre pondere sobre as disponibilidades orçamentárias e o aumento da produtividade. As alianças políticas que sustentam tais medidas envolvem os quadros mais tradicionais da política brasileira, herdeiros da velha ARENA.

De tudo que foi apresentado, podemos concluir que a escalada neoliberal no Brasil possui três fases:

1. *Fase de Divulgação* (na primeira metade dos anos 80): quando as idéias liberais voltavam a ser divulgadas e discutidas, novos projetos para o Brasil pós-governos militares começavam a ser apresentados, entre eles o neoliberal começava a se colocar. Destacamos nessa fase a importância do Instituto Liberal e da publicação de várias obras, como as do austríaco Friedrich Von Hayek.

2. *Fase de Transição* (de 1985 até 1993): quando as práticas neoliberais começavam a dar seus primeiros passos; desde a atuação do PFL na constituinte, com as primeiras reformas liberais de Collor, até o Governo Itamar Franco e o Plano Real.

3. *Fase Hegemônica* (a partir de 1994): com o Plano Real e as vitórias de Fernando Henrique Cardoso, o projeto neoliberal se torna hegemônico; a ponto de se pregar a idéia de que esse é o único caminho imposto pela conjuntura internacional e a evolução natural das coisas.

Nos resta saber agora se isso é realidade, o caminho liberal é o único possível, ou não, existe algum projeto alternativo capaz de alterar a ordem das coisas. A maior probabilidade está na segunda resposta, mas será que este modelo é a principal pergunta nas mentes de intelectuais e políticos tanto a esquerda como a direita?

BUENO, Gustavo . The Neoliberal Escalate in Brazil. *Ensaios de História*, Franca, v.5, n1/2, p.141-150, 2000.

ABSTRACT: The neoliberalism, rather than being practiced, appears in the British and North American academies on the 60's. After that, it was gaining credibility until domains the scene with three great actors: Tacher in 1979, on England; Reagan in 1980, on the USA; and Kohl in 1982, on Germany. On Brazil, we can watch this process already in the 90's. The objective of this article is study the new liberal evaluate on Brazil, wich begins with the Liberal Institute and PFL actions, and shows your maximum expression with President Cardoso.

KEYWORDS: Neoliberalism; Brazil; PFL; PSDB; Fernando Henrique Cardoso.

Fontes

Material de divulgação fornecido nos sites

www.il-rs.com.br

www.pfl.org.br

www.itn.org.br

www.psdb.org.br

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Conjuntura Econômica*, v.42, n.7, julho, 1988

_____. *Conjuntura Econômica*, v.42, n.7, julho, 1988

_____. *Conjuntura Econômica*, v.43, n.8, agosto, 1989

_____. *Conjuntura Econômica*, v.43, n.9, setembro, 1989

_____. *Conjuntura Econômica*, v.43, n.12, dezembro, 1989

_____. *Conjuntura Econômica*, v.43, n.9, setembro, 1989

_____. *Conjuntura Econômica*, v.44, n.3, março, 1990

_____. *Conjuntura Econômica*, v.44, n.3, março, 1990

_____. *Conjuntura Econômica*, v.45, n.10, outubro, 1991

_____. *Conjuntura Econômica*, v.46, n.10, outubro, 1992

_____. *Conjuntura Econômica*, v.46, n.12, dezembro, 1992

_____. *Conjuntura Econômica*, v.47, n.4, abril, 1993

_____. *Conjuntura Econômica*, v.47, n.7, julho, 1993

_____. *Conjuntura Econômica*, v.48, n.4, abril, 1994

_____. *Conjuntura Econômica*, v.49, n.4, abril, 1995

Referência Bibliográfica

BATISTA JR, Paulo Nogueira. O Plano Real à luz da experiência mexicana e argentina. *Estudos Avançados*. v.10, n.28, 1996, p.129-97.

BRESSER PEREIRA, L. Carlos & SPINK, Peter (org.). *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CANO, Wilson. América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo. In: FIORI, J. L. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 287-326.

CANO, Wilson. *Introdução à Economia: uma abordagem crítica*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997.

GONÁLVES, Reinaldo. Concentração de riqueza e renda: alternativa para a crise brasileira. In: LESBAUPIN, Ivo (org.). *O Desmonte da Nação: balanço do governo FHC*. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 45-74.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. O primeiro ano de governo Fernando Henrique Cardoso. *Novos Estudos CEBRAP*. n.44, março de 1996, p.47-72.

PAIM, Antonio. *História do Liberalismo Brasileiro*. São Paulo: Instituto Tancredo Neves, Mandarin, 1998.

SINGER, Paul. A raiz do desastre social: a política econômica de FHC. In: LESBAUPIN, Ivo (org.). *O Desmonte da Nação: balanço do governo FHC*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.25-44.

WAINWRIGHT, Hilary. *Uma Resposta ao Neoliberalismo: argumentos para uma nova esquerda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

JOSÉ GUILHERME MERQUIOR, INTELLECTUAL POLÍTICO E VIDA PÚBLICA

Milton A. REIS*

RESUMO: Este artigo tem como objetivo fundamental, apresentar algumas considerações em torno do pensamento político de José Guilherme Merquior. Abarcando história intelectual, pensamento político e uma análise da cultura política do período em que se insere o intelectual em questão, visamos, desta forma, contribuir e lançar luz acerca do discurso deste e de outros intelectuais brasileiros que a partir da década de 1960 buscaram dar sustentação para suas interpretações sobre o Brasil, pautados sobre a perspectiva da crítica social no interior da esfera pública.

UNITERMOS: José Guilherme Merquior; história intelectual; pensamento político; cultura política, liberalismo democrático.

Na historiografia sobre os intelectuais são comuns generalizações no sentido de proporcionar a estes determinadas qualificações, objetivando sua classificação. Raymond Aron, por exemplo, menciona os escribas, os peritos e os letrados; Edward Shils os produtores, os intérpretes e os consumidores. Por outro lado, Daniel Pecauly salienta que estas classificações, não se aplicam rigorosamente ao Brasil.

Entre nós, diz o cientista político francês, "todos os intelectuais brasileiros mantêm laços com as ciências sociais: a sociologia na década de 30, e uma mistura de sociologia e economia nos anos 60 e 70" (PECAULT, 1990). Portanto, recuperar intelectuais e pensamento político entre nós significa sempre acompanhar o processo de autonomização das ciências sociais no Brasil.

A pesquisa sobre pensamento político, por sua vez, remonta a uma tradição intelectual que se foi acumulando desde a década de setenta do século XIX. No entanto, como espécie acadêmica, esta se tornou autônoma dos estudos literários apenas na década de 1950 do século XX,

* Graduando História, Orientador: Prof Dr. Alberto Aggio.

quando se tornou agudo o debate sobre os grandes rumos do desenvolvimento econômico brasileiro. (BRANDÃO, 2000)

Neste período, como referiu-se recentemente Marcelo Romero (2000), o tema da superação do “atraso” torna-se central no pensamento político brasileiro, superando-se então as reflexões sombrias sobre as fraquezas do caráter nacional e as incertezas do ser brasileiro. A partir daí, o “atraso” é imputado a uma relação de opressão provocada pela dominação cultural e, no presente, pela dominação imperialista.

Entendia-se que, a partir do momento que esta relação se rompesse, nada impediria o Brasil de ingressar no caminho de um desenvolvimento acelerado. Assim, era o atraso que permitiria não recorrer às forças de mercado mas controlar o desenvolvimento, orientando-o segundo um projeto voluntarista.

Neste período (1950/60), intelectuais como Nelson Werneck Sodré e Juvenal Osório Gomes, ligados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), foram alguns dos intelectuais que detiveram maior relevância no debate sobre a ideologia nacional desenvolvimentista, formulada por estes e seus pares cariocas, visando a regeneração da ideologia, não só enquanto categoria de análise, mas também como diretriz da ação voluntária dos homens em sua prática política.

A crença na planificação da economia e na racionalização do corpo burocrático estatal fez com que os pensadores do ISEB e também do Partido Comunista Brasileiro (PCB) privilegiassem a ideologia como forma de mobilização das forças progressistas brasileiras, a ponto destas tomarem consciência de seu papel histórico “no processo de emancipação nacional”. (BRANDÃO, 2000)

O fim do Estado Novo e o início do pós 2ª guerra, trouxeram consigo novos agentes e temáticas ao debate intelectual. As transformações ocorridas na USP em conjunto a uma radicalização nas pesquisas sociológicas evidenciaram uma maior autonomização da universidade frente à esfera pública, principalmente em relação à antiga elite agrária fundadora da instituição na década de 1930.

“Posto diante das expectativas conservadoras dos donos do poder, eu e meus companheiros de geração não procuramos nos incorporar às elites culturais do país: apegamo-nos a um radicalismo científico que servisse, ao mesmo tempo, como um escudo protetor e um recurso de

auto-afirmação. Portanto, não cerramos fileiras com o liberalismo esclarecido, que via na criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ou da Escola Livre de Sociologia e Política um mecanismo de renovação do poder dos estratos dirigentes das classes dominantes, empenhados na defesa da hegemonia paulista. Procuramos legitimar uma área própria de autonomia intelectual e o fizemos em nome da ciência e da solução racional dos problemas sociais.” (FERNANDES, 1977).

A partir deste período, intelectuais como Florestan Fernandes, José Arthur Giannotti e Antonio Candido, propõem uma nova forma de intervenção intelectual na esfera pública.

Imbuídos de rigor científico, retomam o método histórico dialético como forma de interpretação da realidade brasileira, abandonando a ideologia como forma de referencial teórico, distanciando-se, desta maneira, da antiga tradição marxista-leninista que marcara o PCB. Os temas de pesquisa em ciências sócias, por sua vez, voltam-se para a análise do processo histórico econômico, cultural e político do estado brasileiro visando uma maior inteligibilidade acerca da estruturação do capitalismo e da modernização conservadora no Brasil. (FERNANDES, 1975).

O peso político da universidade como formadora de opinião trouxe consigo a emergência de novos intelectuais, jovens, que do seio de uma década de transformações culturais e políticas, se rebelam e avançam frente suas formações intelectuais iniciais, buscando até mesmo uma certa emancipação de seus grupos de origem. Destes, certamente, Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni, sob a orientação de Florestan Fernandes, tiveram sua formação intelectual, para em seguida, emanciparem-se de Florestan Fernandes. O advento do Grupo de Estudos sobre o Capital constitui-se, de fato, na melhor caracterização da nossa argumentação. (LAHUERTA, 1999).

Paralelamente à reorganização e orientação metodológica das pesquisas ocorridas nas décadas de 1960 e 1970, e da própria identidade do intelectual brasileiro, o campo de reflexão marxista se revigora grandiosamente, acolhendo a maior parte destes intelectuais.

Estes viriam a contribuir de forma marcante para diversificação de temas fora e dentro da própria esquerda. Exemplo clássico destas transformações são as primeiras traduções de textos de Antonio Gramsci,

produzidos entre 1966 e 1968, por iniciativa de intelectuais ligados à época ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), dentre eles, Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. (AGGIO, 1999).

A expansão do referencial marxista como método de análise da realidade latino-americana, a partir da década de 1960, e a relevância de seus intelectuais no debate acadêmico se mostrava tão vigorosa a ponto de Norbert Lechner, chegar a afirmar que, neste período, do pós 2ª guerra mundial até a década de 1980, existia apenas uma cultura política em toda América latina, ou seja, a cultura política de esquerda. (LECHNER, 1982)

No entanto, “falar dos intelectuais como se eles pertencessem a uma massa indistinta é uma insensatez” (BOBBIO, 1982). Seria, ademais, uma generalização perigosa, pois, mesmo sendo verdadeiro o fato de que os referenciais teóricos da esquerda brasileira tenham se transformado de forma marcante no período, em função da influência do marxismo, como explicar, então, casos únicos na história intelectual brasileira como o de José Guilherme Merquior (1941-1991), que também se forma e ascende ao debate intelectual de maneira relevante no período, partindo não do campo teórico do marxismo, mas do campo da liberal-democracia?

Passada uma década de sua prematura morte, o papel deste intelectual ainda não está claro aos olhares atentos da história política no Brasil. Este artigo que apresentamos surge desta lacuna nas investigações que têm procurado abordar a história dos intelectuais e do pensamento político brasileiro.

Entendemos que não apenas o pensamento político de matriz marxista e sua intelectualidade vivenciaram, entre as décadas de 1970 e 1980, transformações significativas. Haveria que pensar também as vicissitudes da tradição liberal brasileira.

Neste sentido, entendemos como importante um olhar mais atento à trajetória intelectual de José Guilherme Merquior.

Nascido em 1941, no Rio de Janeiro, formado em Direito e Filosofia na extinta Universidade Nacional do Rio de Janeiro, Merquior se insere na carreira diplomática logo após curso preparatório no Instituto Rio Branco, indo trabalhar em Brasília, no Ministério das Relações Exteriores no ano de 1964, onde, logo após o golpe militar, enfrenta processo interno por ligação com o regime anterior.

Seus escritos iniciais sobre estética nos apresentam um jovem ensaísta, voltado não para a ideologia política liberal, mas para poesia brasileira. Carlos Drummond de Andrade, por exemplo, lhe proporcionaria seu tema de tese de doutorado em letras – “*Verso Universo em Drummond*”- defendida na Universidade de Paris.

Contudo, *Razão do Poema*, sua primeira obra, de 1965, publicada inicialmente em francês, passando por *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin, O estruturalismo dos pobres e outros ensaios*, até *O fantasma Romântico e outros ensaios*, de 1978, traçam uma longa trajetória de um “intelectual da cultura”, marcado pela contínua evolução e diversificação de seu referencial teórico. De Lukács, no início, passando por Heidegger, até Levi Strauss, podemos concluir, como nos relata Luiz Costa Lima, que estes referenciais lhe proporcionaram raízes teóricas diferenciadas e conseqüentemente um pensamento diverso sobre a cultura brasileira. (LIMA: 2001).

Porém, nos centramos num segundo momento da trajetória intelectual de José Guilherme Merquior, isto é, quando seu pensamento sobre cultura une-se à política, abarcando o liberalismo como referencial teórico de sua crítica no interior do debate acadêmico e público. Portanto, se de *A razão do poema* (1965) até *O fantasma romântico e outros ensaios* (1978) temos mais acentuadamente um crítico literário, é a partir de *As idéias e as Formas* (1980) até sua morte, que podemos situá-lo como um dos maiores intelectuais do pensamento político brasileiro dos últimos 30 anos.

Sua inclinação direta ao liberalismo se evidencia no prefácio de *As idéias e as Formas* (1980), coletânea de artigos publicados de 1968 a 1980, no *Jornal do Brasil*, reunidos e editados pela editora Nova Fronteira, no qual, logo de início, Merquior se questiona se é possível atacar o marxismo, a psicanálise e a arte de vanguarda sem ser reacionário em política, ciências humanas e estética. O livro proporciona uma resposta afirmativa em todos os sentidos.

Seu gosto pela modernidade se evidencia no trato especial que dispensa aos autores do século das luzes e nos demonstram claramente suas raízes liberal-democráticas depositadas em Locke, Montesquieu e Rousseau, a quem, este último, Merquior dedica um estudo intitulado *Rousseau and Weber- Two Studies in the Theory of legitimacy*, tese de

doutorado em ciências políticas, apresentada em 1979, a London School of Economics and Political Science.

Após ter vivenciado a invasão russa em Praga e de ter concluído seu segundo doutorado, transfere-se de Londres para o Uruguai. Retorna ao Brasil em 1978, dando início a uma nova fase. Seus textos surgem no fogo cruzado da década de 1980, onde se segue uma série de livros, em que, recém eleito para a Academia Brasileira de Letras, busca dar sustentação à sua crítica totalizante da realidade. *A natureza do Processo* (1982), *O Argumento Liberal* (1983), *O Marxismo Ocidental* (1987) e o *Liberalismo Antigo e Moderno* (1991), todos publicados pela editora Nova Fronteira, “colocam Merquior no mesmo diapasão que outros intelectuais latino-americanos que haviam migrado da esquerda para o liberalismo e da literatura para a política como Mario Vargas Llosa e Octavio Paz” (SINGER, 2001).

Naquele contexto, o “milagre econômico”, como via de legitimidade do regime militar, desgastava-se cada vez mais, emergindo desta forma, o que se caracterizaria, nos primeiros traços de desagregação do estado autoritário brasileiro.

Estávamos, então, em pleno processo de abertura política, (governo de Ernesto Geisel 1974/1979), e as pesquisas em ciências sociais na década de 1970 buscaram demonstrar e aprofundar a reflexão em torno do caráter histórico conservador da modernização brasileira.

Seguindo de perto Florestan Fernandes (1975), José Murilo de Carvalho (1978), Luiz Werneck Vianna (1978) dentre outros, parece-nos consensual a idéia de que a “revolução burguesa” no Brasil assumiu um caráter conservador, sempre baseado numa coalizão entre as elites modernas e as tradicionais, na qual estas dirigiram, a partir do Estado, o processo de modernização brasileira.

Podemos, também situar aqui, a partir da década de 1960 a extrema difusão da obra clássica de Raimundo Faoro, *Os Donos do Poder* (1950), que analisando o patrimonialismo brasileiro também nos alerta sobre a questão da modernização realizada pelo Estado por meio de uma reorganização das elites, numa visão weberiana que no essencial aponta o atraso como herança do patrimonialismo ibérico.

Neste sentido, portanto, a abertura política proporcionou uma maior transparência e retorno das pesquisas à outrora enigmática antinomia

atraso-moderno. O recurso à sociologia histórica como principal referencial analítico passa a ser bastante significativo nas ciências sociais da década de 1970.

Avaliando-se, as transformações históricas, o que se visava era comparar os casos de modernização em países de capitalismo tardio em relação aos de capitalismo maduro, procurando distinguir os caminhos impares de que se impuseram na transição do atraso ao moderno.

Conseqüentemente, as pesquisas em ciências sociais que datam da década de 1970 privilegiam temas de estudo sobre processo histórico do *state building* brasileiro, ou seja, da construção do estado nacional brasileiro, estipulando um marco teórico minimamente consensual sobre as condições em que se impôs o capitalismo autoritário à brasileira (VIANNA, 1997).

Autores e atores destas transformações, intelectuais como José Guilherme Merquior se apresentavam aos debates políticos, diretamente ligados à necessidade da crítica social.

Como categoria que se inscreve diretamente na vida pública em nome da luta pela mudança social, uma parte dos intelectuais brasileiros procurou afirmar como princípio fundamental o exercício incessante da crítica como modo de aplicação da razão.

A esta nova identidade intelectual, o período da transição democrática no Brasil apresentou-se como “uma dinâmica aberta à criação política” (AGGIO, 1999). E, desta estimulante oportunidade de exposição e defesa de idéias, temas liberais como democracia, liberdade, civilização e progresso, ressurgiram e foram incessantemente debatidos no campo intelectual, transformando-se em reivindicação política e social na esfera pública como nos comprova as campanhas pela anistia e principalmente por eleições diretas para presidente da República.

Neste quadro, a autonomia da reflexão, a responsabilidade cívica e o agudo censo crítico frente às instituições de poder, levaram muitos intelectuais à polarização Direita versus Esquerda e, até mesmo, a perda do racionalismo crítico, transformando-se em apologetas de determinada ordem de coisas, legando-nos uma identidade intelectual a ser reconhecida, pela mera filiação partidária ou a determinadas correntes teóricas (VIANNA, 1999).

Em oposição a isto, este artigo que apresentamos, busca justamente romper com este entrave, pois, entendemos que o pensamento político de José Guilherme Merquior destoa de uma simples generalização que vise enquadrá-lo, de forma infeliz e esquemática, ao conservadorismo brasileiro.

Conseqüentemente, entendemos que a retomada de temas liberais que é realizada por José Guilherme Merquior na década de 1980/1990 e outros intelectuais em toda América Latina, foi de extrema relevância para o aprofundamento de uma cultura democrática no continente.

Recuperar o significado de liberdade, civilização e progresso em seu texto é colocá-lo à prova do rigor científico. Distante de uma mera história intelectual privada chamamos atenção aqui, para a profundidade e a relevância do pensamento político deste intelectual e de sua crença na democracia enquanto forma de sociabilidade entre os indivíduos e destes com seu governante, visando, colocar em discussão as feições do contrato social que preside a civilização brasileira.

Portanto, analisar o pensamento de José Guilherme Merquior, significa entender que a extraordinária “substituição cultural de importações” (BERNARDO, 2000) que implica tal temática, das idéias e sua história, e que deve ser encarada como parte do processo de autonomização da cultura brasileira que outrora presa a um campo interno de idéias, num primeiro momento, foi capaz de regular suas trocas como um mercado mundial de produção do conhecimento.

Neste sentido, a identidade dos intelectuais vai deixando de ser registrada pela sua simples filiação a determinadas correntes teóricas ou político-partidárias e passa a depender da consistência de respostas dadas aos problemas postos pela realidade, ou seja, pela capacidade de repensar a problemática mundial e contemporânea sobre uma ótica própria e à altura do que há de mais avançado em seu período (BERNARDO, 2000).

E se atualmente vivemos o descrédito da figura do intelectual político, tanto pela intensa especialização profissional decorrente das últimas décadas mas principalmente pelas desventuras de nosso maior representante atualmente intelectual político (Fernando Henrique Cardoso). Talvez, recuperar intelectuais que fizeram da esfera pública seu palco de debates, possa significar uma contribuição para o próprio debate

sobre a figura do intelectual, seu papel na sociedade e mais profundamente contribuir para discussões sobre os caminhos e descaminhos de nossa democracia.

REIS, Milton A. José Guilherme Merquior, political intellectual and public life.

REIS, Milton A. José. Guilherme Merquior, political intellectual and public life. *Ensaios de História*, Franca, v.5, n1/2, p.151-160, 2000.

ABSTRACT: In this article I expose the renovation of peinture in Brasil, in the XIX to XX Century transition, by the hands of the carioca's painter Belmiro de Almeida, an artist graduated at Academia de Belas Artes, but with a large versatility, transiting across the peinture, the sculpture and the caricature. From this last, learned the comic and ironic form to retract his epoch, and characterized all his work, breaking rules of the artistic institution.

KEYWORDS: José Guilherme Merquior; intellectual history; politicize thinking; political culture; democratic Liberalism.

Referências bibliográficas

MERQUIOR, Guilherme José. *A natureza do Processo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 1982.

_____. *As idéias e as Formas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1968.

_____. *O Argumento Liberal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

_____. *O liberalismo antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

AGGIO, Alberto. *Pensamento Político e Estratégias democráticas na América Latina*. Franca: FHDSS (Tese de Livre Docência) 1999.

BASTOS, Rugai, Elide. e REGO, Leão. D. Walquíria. *Intelectuais e Política: A moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho Dágua. 1999.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Unesp 1982.

CARVALHO, Murilo José. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Rio de Janeiro: Globo, 1950.

FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. *A revolução Burguesa no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1975.

- LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. São Paulo: Usp. FFLCH. (Tese de Doutorado) 1999.
- LECHENER, Norbert. *Que significa fazer política?* Lima: Desço, 1982.
- LIMA, Costa. Luiz. *A crítica total*. Caderno Mais. São Paulo: Folha de São Paulo. 15/7/2001.
- MARÇAL, Brandão; Gildo. Prefácio a RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: 34 fapesp, 2000.
- PECAULT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil; entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990 p.10.
- RICUPERO, Bernardo: *Caio prado Jr: a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: 34 fapesp, 2000.
- ROMERO, Marcelo. *O pensamento de Fernando Henrique Cardoso Liberalismo e Social Democracia*. Franca: FHDSS. (Dissertação de Mestrado) 2000.
- SINGER, André. *O Enigma Merquior*. Caderno Mais. São Paulo: Folha de São Paulo. 15/07/2001.
- SORJ, Bernardo. *Construção intelectual do Brasil contemporâneo: Da resistência a Ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- VIANNA, Werneck, Luís. *Vantagens do moderno e vantagens do atraso*. *Presença Revista de Cultura e Política*. n.12, p.146-162. São Paulo: 1988.
- _____. Weber e a Interpretação do Brasil. São Paulo *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo. n.53 p.33-49, 1999.
- _____. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.
- _____. *A revolução Passiva*. Rio de Janeiro : Revan, 1997 p. 205.

A JUVENTUDE NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Benjamin Xavier de PAULA*

RESUMO:O trabalho pretende debater a desindustrialização, a falta de perspectiva da juventude negra da cidade de São Paulo e como se dará o processo de exclusão desses jovens do acesso ao emprego que, significa também a perda do direito à cidadania. Um fenômeno de dimensão internacional, mas com características determinadamente locais, fundamental para a compreensão da sociedade pós-moderna. Desta forma, pretende-se, lidar com vários autores de diversas áreas, e buscar elementos para a compreensão do tema proposto que deverá ser estudado em sua amplitude fragmentária: as transformações no Mundo do Trabalho.

UNITERMOS: Juventude; movimento negro; mundo de trabalho; juventude negra.

A problemática deste artigo, busca na historiografia acerca da História do Tempo Presente, um referencial para a pesquisa sobre as transformações do mundo do trabalho, e sobre a demanda de um acúmulo no campo da história que busque uma estreita relação com os acontecimentos, buscar a precisão científica e a definição empírica dos métodos aqui abordados, no cruzamento de dados entre os tipos de fontes abordados.

O artigo tem como objetivo debater, no contexto da desindustrialização crescente e da falta de perspectiva da juventude negra da cidade de São Paulo, como se dará o processo de exclusão desses jovens do acesso ao emprego, que em última instância significa também a perda do direito à própria cidadania. Fenômeno de dimensão internacional mas com características determinadamente locais, fundamental para a compreensão da sociedade pós-moderna. Desta forma, pretende-se, dentro do espírito do que está sendo, para nós, a pós-

* Graduado em História pela FHDSS/UNESP / Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental - Secretaria Municipal de Educação de Franca / Professor de História - Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

modernidade, buscar elementos para a compreensão do tema proposto que deverá ser estudado em sua amplitude fragmentária: as transformações no Mundo do Trabalho. Procurando compreender a sociedade em sua dupla dimensão: na sua complexidade e na sua totalidade.

O modelo de industrialização adotado no Brasil, e na cidade de São Paulo, a partir dos anos 50, tem como principal referência o modelo fordista, responsável pelo crescente desenvolvimento industrial brasileiro por muitos anos e muito bem ilustrado por Chaplin no filme "tempos modernos", baseado divisão do trabalho, na implementação de uma rígida linha de produção dividida por setores de trabalho, que vai perdurar até final da década dos anos 80 e início dos anos 90.

Nas décadas de 80 e 90, assistiremos à substituição da indústria pesada (metalúrgica), e de transformação, entre outras, pelo avanço das empresas ligadas ao setor de serviços; acompanhado pelo investimento na área de tecnologia de ponta como a automação das linhas de produção e a implementação da robótica e da informática. Fenômeno já constatado no processo de substituição da Indústria americana durante as décadas de 60 e 70¹. O resultado deste processo no Brasil é um fluxo crescente de substituição industrial que aqui designaremos de desindustrialização², responsável pelo processo de estagnação da economia acompanhado da exigência de maior grau de qualificação técnica dos trabalhadores e desaparecimento de várias ocupações de trabalhos manuais, que vai dificultar ainda mais a inserção dos cidadãos de cor negra no mercado de trabalho, devido ao baixo grau de escolaridade e qualificação profissional, ao estigma das ocupações que historicamente lhe foram impostas e a outros fatores que elencaremos ao longo deste artigo. Os bairros das regiões periféricas de São Paulo, com maior concentração de trabalhadores pobres e/ou negros serão as mais afetadas.

¹ HOBBSBAWN, Eric. História Social do Jazz. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1984, 316p

² O termo desindustrialização aqui, refere-se ao processo de substituição industrial na cidade de São Paulo, sobre a compreensão de haver ou não um processo de desindustrialização, este é um termo demasiadamente debatido pelos economistas, o por falta de outro, me apropriado deste.

Se para os antigos operários não há mais emprego, menos ainda para os seus filhos, que, sem nenhuma perspectiva de vida, vão encontrar refúgio nas gangues, que passam a tomar conta da cidade. A reivindicação do espaço urbano, e a adesão à violência, passa a ser uma das suas principais características.

Esses jovens, por características comuns, como o "espírito desordeiro" e contestador aos limites estabelecido, reivindicam o espaço urbano, muitas vezes até mesmo com violência. Têm como um dos principais objetivos, embora de forma inconsciente, reivindicar o direito de emprego, meio de acesso à cidadania, mas que agora lhe é negado por todas as formas, tal como para os seus ascendentes.

A discriminação racial no Brasil tem uma longa História de debates no campo das ciências sociais e políticas, e também nas demais esferas intelectuais e sociais. É também longa a trajetória dos movimentos sociais (no caso da minha pesquisa o movimento Hip-Hop) na construção de sua ação política nesta questão. Esses caminhos já percorreram e até hoje ainda trilham as mais diferentes concepções, desde as posições que negam a existência do preconceito ou discriminação no país, até aquelas que buscam suas justificativas em explicação, como a necessidade do branqueamento da população, nas teorias da miscigenação, das questões culturais e de classe.

Este estudo parte da constatação inegável da imensa desigualdade social no Brasil. Essa desigualdade se expressa nos indicadores sociais de renda, educação, saúde, acesso à cultura e na inserção no mercado de trabalho.

Resta-nos saber quem são estes desiguais, onde estão, que cor, que rosto, que sexo eles têm. Saber quais são as construções sociais que engendram e mantêm essas desigualdades e quem sofre com elas; para com essas conclusões trilhar os caminhos a percorrer rumo à sua superação.

Como assinalou Miguel Chaia, valores negativos com desqualificação, a "aparência" e a inadequação são atribuídos aos negros como características associadas aos estigmas de ex-escravo e trabalhador braçal, desqualificando-os para obter os postos de trabalho que almejam. Enquanto o que se observa é que a seleção pela cor da

pele freqüentemente prepondera sobre os demais critérios para se obter uma vaga ou uma promoção profissional.³

Os dados para este estudo foram obtidos a partir das pesquisas desenvolvidas pela fundação SEDA, pelo DIEESE em conjunto com a FAT/Mtb, na região metropolitana de São Paulo, envolvendo 9.000 (nove mil) casos entre o período que vai de maio de 1984 a janeiro de 1985, que se insere no período estudado na pesquisa.

Os dados tabulados versam sobre os seguintes aspectos: a) Quem são os negros; b) Quantos são os negros na população e no mercado de trabalho; c) A inserção do negro no mercado de trabalho.

A conclusão reúne as principais informações sobre o cenário geral da população negra no mercado de trabalho. Para se ter uma noção geral deste quadro ver a tabela 1.

Tabela 1 – Cenário geral da população negra no mercado de trabalho

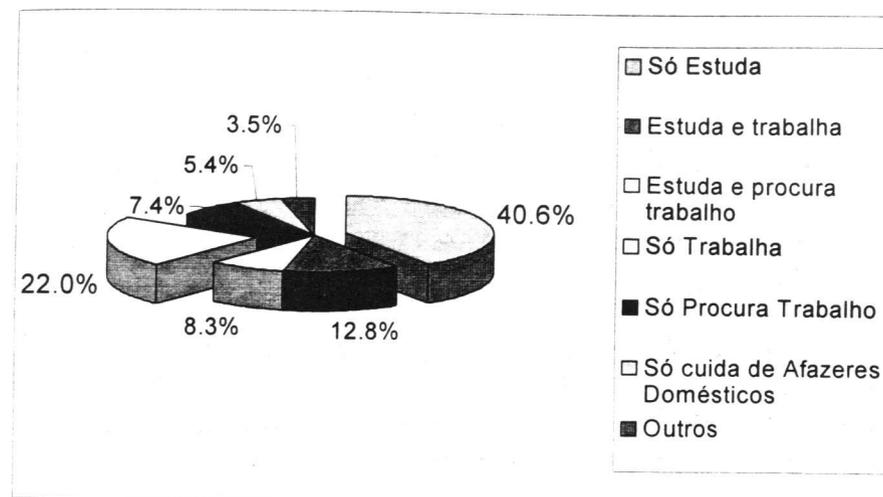
Região Metropolitana de São Paulo - 1998		Em 1000 Pessoas	
Estimativas Populacionais	Raça		Total
	Não Negra	Negra	
População Total	11412	5626	17039
População em idade ativa (10 Anos ou mais)	9621	4518	14140
População Economicamente Ativa	5854	2855	8710
Desempregados	944	650	1594
Ocupados	4910	2206	7116
Inativos	3767	1663	5430
Menores de 10 anos	1791	1108	2899

Fonte: Convênio DEITE/SEDA. PD – Pesquisa de Emprego e Desemprego – RMSP. Elaboração: DEITE. Obs.: Raça Negra: pretos e pardos; raça não negra: brancos e amarelos.

A alta participação do jovem no mercado de trabalho, em especial do jovem negro, implica na limitação do seu tempo disponível para dedicar-se aos estudos, o que, além de sobrecarregar sua jornada, torna-se obstáculo para a conclusão dos estudos e formação, dificultando sua inserção futura no mercado de trabalho.

³ CHAIA, Miguel W. O negro e a discriminação racial no mercado de trabalho. In: mercado de Trabalho na grande São Paulo, SEDA/DEITE, 1989. p. 163-176.

Figura 1 - Condição de Estudo e Trabalho entre Jovens de 10 a 24 anos



Fonte: Convênio DEITE/SEDA. PD – Pesquisa de Emprego e Desemprego – RMSP. Elaboração: DEITE. Obs.: Raça Negra: pretos e pardos; raça não negra: brancos e amarelos.

Há uma alta valorização dos estudos entre os jovens, independente do atributo de cor, sobretudo, considerando-se que parcelas significativas conciliam as atividades estudantis com o trabalho. Dados que verificaremos na tabela e no gráfico a seguir:

A maioria dos jovens, aqui tabulados, de 10 a 24 anos, negros ou não negros, respectivamente 58% e 63%, freqüentam escolas de ensino regular, sendo que apenas 38,3% (negros) e 41,9% (não negros) só estudam. A proporção daqueles que só estudam tende a diminuir com a idade, na medida em que aumenta seu comprometimento com o mundo do trabalho, ou com a realização de afazeres domésticos.

Na pesquisa, observamos que as crianças entre de 10 a 14 anos, a porcentagem de estudantes ultrapassa 95% em ambos os grupos raciais (95% entre as crianças negras e 97,5% entre as crianças não negras) mantendo-se ainda em altos patamares para os jovens de 15 a 17 anos (76% e 85%). Embora se acentuem as diferenças entre as respectivas porcentagens. Na última faixa etária – de jovens de 18 a 24 anos - , a proporção de estudantes se reduz ainda mas, tanto para negros como para não negros, com intensidade maior entre os primeiros, já que a

parcela destes que frequenta a escola diminui para 23,4%, enquanto para os demais, ainda alcança 33,7%.

É interessante identificar as situações combinadas de estudo e trabalho e a dedicação exclusiva do jovem ao mundo do trabalho ou, até mesmo, outras atividades alheias ao estudo

Um padrão diferenciado de atividades de trabalho e estudo entre jovens de cor negra e não negros, começa se configurar a partir da faixa etária de 15 a 17 anos; acentuando-se ainda mais entre os jovens de 18 a 24 anos: a proporção de adolescentes entre 15 e 17 anos que combina estudo com trabalho é semelhante para os dois grupos raciais, atingindo os patamares de 38,7% dos adolescentes negros e 31% dos adolescentes não negros. Porém aqui começa-se a diferenciar a parcela desses jovens que tem que se dedicar exclusivamente ao trabalho, que chega aos patamares de 13,7% para os jovens de cor negra e 8,8% para os jovens de cor não negra, como também aos que se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico (4,4% dos adolescentes negros e 2,2% dos adolescentes não negros). Aqui podemos observar a participação das mulheres negras desta faixa etária, exercendo um importante papel na compreensão da discriminação desses jovens: quando não têm de parar os estudos para trabalhar e ajudar no sustento da família, essas são condicionadas em outra esfera aos trabalhos domésticos e a cuidar dos irmãos mais novos, em função do trabalho dos pais e da infra-estrutura de creches e outras infra-estruturas na periferia paulistana. Em proporções inversas a estes dados, aumenta a diferença entre aqueles que só estudam invertendo os patamares para 37,6% para os jovens de cor negra e 47% dos jovens não negros) o que reflete diretamente na menor possibilidade do jovem negro alcançar níveis superiores de estudo.

Entre os jovens de 18 a 24 anos, em ambas as raças a parcela dos que exclusivamente estudam é de menor ocorrência, uma vez que a maioria desses jovens já fazem parte da população economicamente ativa. No entanto entre os jovens negros essa proporção continua sendo inferior à observada entre os jovens não negros. Respectivamente 4,6% para negros e 8,8% para não negros. a parcela ativa dos jovens negros nesta faixa etária que só trabalham ou procuram por um trabalho, atingem o patamar de 60,2%, enquanto para jovens não negros este percentual

cai para 53,9%. Este é um reflexo do efeito cumulativo do abandono escolar, mais precoce entre os jovens negros, revelados pelas menores proporções de indivíduos de cor negra que frequentam escolas nas faixas etárias anteriores.

A menor dedicação do jovem negro trabalhador ao estudo, está diretamente associado à persistência de condições mais precárias em relação ao jovem trabalhador não negro. Além disso contribuem possivelmente outros fatores como o maior comprometimento com a sobrevivência familiar, inclusive para a realização de afazeres domésticos, frente à dificuldade de pagar estes serviços. A conciliação entre estudo e trabalho ou entre o estudo e a procura por um trabalho é menor entre os jovens negros entre os 18 e 24 anos (18,8%) que entre os não negros (24,9%)

CONCLUSÃO

A utilização de critérios discriminatórios, baseados na cor dos indivíduos, pode explicar os indicadores segregatórios e excludentes aos jovens negros, seja qual for o aspecto considerado.

Os Negros ingressam mais cedo no mercado de trabalho e neles permanecem por mais tempo, como demonstram as altas taxas de participação dos jovens e das pessoas com mais de 40 anos no mercado de trabalho. Para os jovens esse ingresso precoce certamente significa prejuízos à sua formação educacional, expressos em números crescentes de jovens negros que abandonam os estudos para se dedicarem somente ao trabalho.

Paula, Benjamin Xavier de. The black youth in work market in São Paulo City. *Ensaios de História*, Franca, v.5, n1/2, p161-169, 2000.

ABSTRACT: This work intends to argue the desindustrialization, the failure of perspective among the black youths from São Paulo City and how it will be possible to confer these youth exclusion to the employment, tha also means the loss of the clizenship righth. A phenomenon of international dimension, but with local characteristics, fundamental to the comprehension os the postmodern society. At this rate, we intend to deal with several authors from several areas, and search elements to the comprehension of thje proposed theme.

KEYWORDS: Youthfulness; Black Movement; The world's work; Black youth.

Referência Bibliográfica

- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFÁS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996.
- DE DECCA, Maria Auxiliadora. *A vida Fora das Fabricas*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.
- DEVESCONI, Regina C.B. *Urbanização e acumulação: um estudo sobre a cidade de São Carlos*, Arquivo de história Contemporânea, São Carlos: UFSC, 1987.
- DIAS, Maria Odila, Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Sec. XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.
- FERNANDES, Florestan. *O Negro no Mundo dos Brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1983. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: USP, 1993, (Coleção Ponta v. 5).
- HOBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos: O breve sec. XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- HOBSBAWN, Eric. *A História Social do Jazz*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1989.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.
- PAULA, Benjamin Xavier de. *Movimento Hip-Hop: A Reinvenção Cultural dos Excluídos na Cidade de São Paulo*. São Paulo. 2000, TCC (Monografia em História) FHDSS /UNESP, Franca.

PERROT, michelle. *Os Excluídos da História*. São Paulo, editora Paz e Terra, 1991.

SANTOS, Milton. *A urbaniza. A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos*. Petrópolis: Vozes, 1980.

SARTRE, Jean Paul. Orfeu Negro, in: *Reflexões Sobre o Racismo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

WALESTEIN, Immanuel. *El Moderno Sistema mundo*. 1979.

Periódicos

DOSSIÊ POVO NEGRO – 300 anos. Revista da Universidade de São Paulo. n.28 dez./95 a fev./96, Coordenadoria da Comunicação Social. São Paulo. 1996

FENELON, Dea Ribeiro. *Trabalho, Cultura e História Social: Perspectiva e investigação*. In. Revista do Programa de Estudos de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n.10, São Paulo, 1985.

INSTITUTO INTERAMERICANO PELA IGUALDADE RACIAL – INSPIR. Mapa da população Negra no Mercado de trabalho, São Paulo, 1998.

MUNANGA, Kabenguele. *Negritude Afro-brasileira: Perspectivas e Dificuldades*. In. Revista de Antropologia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, n.33, São Paulo, 1980.

ÍNDICE DE AUTORES/*AUTHORS INDEX*

AGGIO, J. O., p.77
ANHEZINI, K., p.45
BOVO, C. R., p.169
BUENO, G., p.111; p.141
D'ASSUNÇÃO, I., p.9
FAUSTINO, O. A., p.89
FERRARO, J., p.33
FERREIRA, R. A., p.61
PAULA, B. X. de, p.161
PERREIRA, R. de O., p.119
REIS, M. A. dos, p.151
ROIZ, D. da S., p.89
SANTOS, J. R. dos., p.89
SANTOS, M. L. dos., p.111
SILVA, M. S., p.15
TORELLI, L. S., p. 111; p.133

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAL

INFORMAÇÕES GERAIS

ENSAIOS DE HISTÓRIA publica trabalhos inéditos de autores da UNESP/Franca e de outras instituições nacionais e internacionais, na forma de artigos, revisões, comunicações, notas prévias, resenhas e traduções.

Os trabalhos deverão ser redigidos em português. Deverão anteceder o texto os seguintes itens: título, autor(es), identificação do(s) autor(es), resumo de, no máximo, 5 linhas e 5 unitermos. Sucederão o texto: referência bibliográfica em inglês, *abstract* e *keywords*.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores. Os trabalhos que não se enquadrarem nessas Normas para a Apresentação de Original* serão devolvidos aos autores.

PREPARAÇÃO DOS ORIGINAIS

Apresentação. Os trabalhos devem ser apresentados em duas vias, com cópia das ilustrações. Textos em disquetes serão acompanhados do *printer* (cópia impressa, fiel, do disquete), em *Word 6.0*, apresentados em letra 13, tipo *Times New Roman*, espaço 1.5; os textos devem ter no máximo 15 páginas.

Estrutura do trabalho. Os trabalhos devem obedecer à seguinte seqüência: *Título*; *Autor(es)* (por extenso e apenas o sobrenome em maiúscula); *Filiação científica do(s) autor(es)* (indicar em nota de rodapé: Departamento, Instituto ou Faculdade, Universidade, sigla, Cidade, Estado, País, orientação quando houver, agência financiadora —bolsa e/ou auxílio a pesquisa— quando houver); *Resumo* (com máximo de cinco linhas); *Palavras-chave* (até cinco); *Texto* (subtítulos, notas de rodapé e outras quebras devem ser evitadas); *Agradecimentos*; *Title, Abstract e Keywords* (versão para o inglês do Resumo e Palavras-chave precedida pela Referência bibliográfica do próprio artigo); *Referências bibliográficas* (trabalhos citados no texto).

Referências bibliográficas. Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023 da ABNT.

Abreviaturas. Os títulos de periódicos deverão ser abreviados conforme o *Current Contents*. Exemplos:

Livros e outras monografias

LAKATOS, E.M., MARCONI, M.A. *Metodologia do trabalho científico*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1986. 198p.

* Esclarecimentos adicionais sobre as normas para apresentação de original constam do manual Normas para publicações da UNESP.

Capítulos de livros

JOHNSON, W. Palavras e não palavras. In: STEINBERG, C. S. *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1972, p.47–66.

Dissertação e teses

BITENCOURT, C. M. F. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino nas escolas paulistas (1917–1939)*. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH, USP.

Artigos de periódicos

ARAÚJO, V.G. de. A crítica musical paulista no século XIX: Ulrico Zwingli. *ARTEunesp*, São Paulo, v.7, p.59–63, 1991.

Trabalho de congresso ou similar (publicado)

MARIN, A. J. Educação continuada: sair do informalismo? In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 1, 1990. Anais... São Paulo: UNESP, 1990, p.114–8.

Citação no texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, separado por vírgula da data de publicação (BARBOSA, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: "Morais (1955) assinala...". Quando for necessário especificar páginas(s), esta(s) deverá(ão) seguir a data, separada(s) por vírgula e precedida(s) de p. (MUMFORD, 1949, p.513). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (PESIDE, 1927a) (PESIDE, 1927b). Quando a obra tiver dois autores, ambos são indicados, ligados por & (OLIVEIRA & LEONARDO, 1943), e quando tiver três ou mais, indica-se o primeiro seguido de et al. (GILLE et al., 1960).

Notas. Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé da página. As remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior.

Anexos e/ou Apêndices. Serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

Tabelas. Devem ser numeradas consecutivamente com algarismos arábicos e encabeçadas pelo título.

Figuras. Desenhos, gráficos, mapas, esquemas, fórmulas, modelos (em papel vegetal e tinta nanquim, ou computador); fotografias (em papel brilhante); radiografias e cromos (em forma de fotografia). As figuras e suas legendas devem ser claramente legíveis após sua redução no texto impresso de 11,5x17cm. Devem-se indicar, a lápis, no verso: autor, título abreviado e sentido da figura. Legenda das ilustrações nos locais em que aparecerão as figuras, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e iniciadas pelo termo FIGURA.

SOBRE O VOLUME

Formato: 16 x 21 cm

Mancha: 27 x 45 paicas

Tipologia: Garamond

Papel: Ofsete 75 g/m² (miolo)

Couchê 60 g/m² (capa)

Matriz: eletrostática

Tiragem: 200

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Coordenação e Diagramação

Cesar Agenor Fernandes da Silva

Lucas Miranda Pinheiro

Assessoria Técnica

Aparecida Fátima Vieira Guiraldelli

Olga Alves Nicula Barbosa

Revisão de Normas Técnicas

Cesar Agenor Fernandes da Silva

Revisão Ortográfica

Lucas Miranda Pinheiro

Montagem

Cláudio Rigueti

Produção Gráfica

Alcione Moraes de Oliveira

Luís Carlos Mendonça

Valter Mendes da Silva (chefe)

